

Relatório & Contas '23





<b>01.</b> Relatório do Conselho de Administração		08
<b>O1.1</b>	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado	12
01.2	Governação da Sociedade Estrutura e modelo de governo Estrutura Acionista Órgãos Sociais Código de conduta Política de remunerações	16 16 22 23 24 25
01.3	Enquadramento da atividade Cenário Macroeconómico Mercado de seguros em Portugal	28 28 45
<b>O1.4</b>	Análise de Gestão Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno Síntese de indicadores Atividade comercial Gestão de ativos Custos gerais de funcionamento Recursos humanos e formação Capital próprio e solvência	50 50 52 52 53 54 54 56

01.5	Perspetivas para 2024	60
01.6	Proposta de aplicação de resultados	62
<b>O1.7</b>	Nota final	63
02.	Demonstrações Financeiras e Anexo	66
<b>O3</b> .	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	149
O4.	Certificação Legal de Contas	155



Relatório do Conselho de Administração



# 01.1

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado

# Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado

Caros Colaboradores, Clientes, Parceiros e Acionistas,

É com enorme entusiasmo e uma profunda sensação de responsabilidade que partilho convosco o relatório anual e as contas da Aegon Santander Portugal Não Vida. Este ano foi marcado por conquistas notáveis e um impacto positivo assinalável. Em 2023, a nossa Companhia não só atingiu, mas superou os objetivos propostos, reforçando a sua posição de liderança no mercado de seguros em Portugal.

Fiel à nossa missão de proteger as pessoas e o que para elas é mais valioso – a saúde, a família e os seus bens – o ano foi pautado pela contínua entrega de soluções inovadoras e sob medida. Desenvolvemos novos produtos e melhoramos os já existentes, oferecendo um portfólio abrangente que responde às exigências de um mercado em evolução. Além disso, investimos significativamente em tecnologia para aprimorar a experiência dos nossos clientes, simplificar processos e fortalecer a relação de confiança que nos une.

A confiança dos nossos clientes foi reafirmada com a atribuição, pelo quarto ano consecutivo, do Prémio Cinco Estrelas na categoria de seguros bancários. Isso confirma que estamos no caminho certo.

Com a adoção da norma contabilística IFRS 17, em substituição da IFRS 4, o ano foi de desafios e adaptações. Observamos um aumento de 19% nos réditos de contratos de seguro, que em conjunto com uma gestão rigorosa e melhorias operacionais, conseguimos um aumento de 50% no resultado líquido, para 19 milhões de Euros (2022: 12,7 milhões de Euros), mantendo uma posição de capital robusta.

Em 2023, também intensificamos o nosso compromisso com a responsabilidade social corporativa. Participámos em programas de apoio à juventude e promovemos a importância de estilos de vida saudáveis, refletindo o nosso empenho em valores éticos e cidadania corporativa.

A digitalização e a inovação foram pilares fundamentais na nossa estratégia de crescimento e modernização. Empenhamo-nos em adotar as mais recentes tecnologias digitais, não apenas para otimizar os nossos processos internos, mas também para proporcionar aos nossos clientes uma experiência mais eficiente, segura e personalizada. Estamos a testemunhar uma transformação digital que não só melhora a nossa operacionalidade, mas também redefine a maneira como interagimos com os nossos clientes e parceiros. Este investimento contínuo na digitalização é um sinal claro do nosso compromisso com a inovação e do nosso otimismo em relação ao futuro.

Agradecemos profundamente a todos os colaboradores da Aegon Santander Portugal. A vossa dedicação e competência foram essenciais para ultrapassar os desafios e alcançar a excelência em todas as frentes de atuação. A vossa entrega é um verdadeiro reflexo da nossa cultura organizacional, e tenho imensa gratidão por contar com uma equipa tão dedicada e talentosa.

Hoje, estamos mais fortes, mais inovadores e mais bem preparados do que nunca para proteger, servir e superar as expectativas dos nossos clientes.

Um sincero obrigado pela confiança contínua dos nossos Clientes, Distribuidores, Colaboradores e Acionistas, os verdadeiros pilares do nosso sucesso.

**Tomás Alfaro** 

Tomas Alfano

Presidente do Conselho de Administração

Tiago do Couto Venâncio

Winana

Administrador Delegado



# 01.2

## Governação da Sociedade

Estrutura e modelo de governo Estrutura Acionista Órgãos Sociais Código de conduta Política de remunerações

# Governação da Sociedade

# Estrutura e modelo de governo

A Companhia está dotada de um sistema de governação composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, em que as suas responsabilidades estão devidamente definidas e segregadas, e um sistema de transmissão de informação eficaz

Este sistema foi definido com base na natureza, dimensão e complexidade das atividades e dos riscos da Companhia, assegurando uma gestão sã e prudente da atividade e do capital, por forma a garantir um nível de excelência no serviço prestado aos clientes, bem como na relação com os diversos *stakeholders*.

Na sua gênese estão princípios como a transparência, integridade, responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado.

A estrutura de governo da Companhia está representada no seguinte organograma:

### Assembleia Geral



Os Acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente, através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou por qualquer Acionista titular de mais de 5% do capital da Sociedade. Assim, pelo menos uma vez por ano, a Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, no prazo de três meses após a data de encerramento do exercício. Compete-lhe deliberar sobre o relatório de gestão de contas do exercício anterior, sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração da Companhia e às eleições que, legal e estatutariamente, lhe sejam atribuídas ou que eventualmente se tornem necessárias.

O Conselho de Administração assegura a administração de todos os negócios e interesses da Companhia. Este conselho é composto por oito Administradores, entre os quais um Administrador Delegado responsável pela gestão corrente. O mandato dos membros é de quatro anos e reúne trimestralmente ou sempre que o interesse da Companhia o exija. Delibera por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate. Existem, no entanto, matérias que requerem aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: a aprovação do plano estratégico, do plano de negócios e do orçamento anual; a concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de joint venture, aliança estratégica ou operações similares.

Por sua vez, compete ao Conselho Fiscal a fiscalização da Companhia. Este conselho é composto por três membros efetivos e um suplente, sendo estes eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes. Aquele tem como principais competências verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

Mediante proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas é designado em Assembleia Geral por um período de três anos. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem como responsabilidade conferir a conformidade das contas com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela Ordem dos Revisores de Contas (OROC), emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, uma certificação legal das mesmas e documentando a sua opinião

sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade.

Em cumprimento da Norma Regulamentar Nº4/2022, no último trimestre de 2023 foi constituído o Comité de Remunerações. A sua composição foi aprovada na reunião de Assembleia Geral de 20 de dezembro. O Comité deve reunir-se com uma periodicidade mínima anual.

As responsabilidades do Comité incluem:

- Prestar apoio ao órgão de administração na definição da política de remunerações da Companhia;
- Preparar decisões e recomendações sobre remuneração;
- Rever anualmente a política de remunerações e a sua implementação e funcionamento, de modo a assegurar que: (i) existe uma efetiva aplicação da política; (ii) no que se refere à remuneração dos membros executivos do órgão de administração, é possível a formulação de um juízo de valor fundamentado e independente sobre a adequação da política de remuneração em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e no capital da Companhia; (iii) a politica está de acordo com a legislação nacional e internacional em vigor.
- Prestar informação adequada ao órgão de administração relativamente à política de remuneração da Companhia;
- O Comité avaliará anualmente a política de remunerações que for aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e elaborará um relatório com o resultado de tal avaliação, que será apresentado ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral da Companhia e deve ainda ser objeto de apreciação por um revisor oficial de contas, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 4 do Artigo 90º da Norma Regulamentar da Autoridade nº 4/2022-R.

Adicionalmente, os Comités apresentados no organograma funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre Acionistas e ao processo de tomada de decisão. São órgãos consultivos aos quais compete analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Conselho de Administração. Cada Comité é constituído por cinco membros, designadamente, o Administrador Delegado da Companhia e dois representantes de cada Acionista. As suas principais responsabilidades são:

 Comité Técnico: analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e pricing, à análise técnica dos processos de subscrição e gestão de sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;

- Comité de Risco: avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente, deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e à verificação do cumprimento;
- Comité Comercial: analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no Business Plan da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais.
   Deve apresentar ao Conselho de Administração o Business Plan para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;
- Comité de Auditoria e Financeiro: analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;
- Comité de IT e Operações: analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comités.

Na sua gestão regular, para além do Administrador Delegado e do Comité de Direção, a estrutura da Companhia integra ainda uma área de Secretariado e as seguintes Direções:

- Direção de Tecnologia e Operações;
- Direção Financeira;
- Direção de Qualidade e Compliance;
- Direção Técnica e de Produtos;
- Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno.

O processo de decisão contempla um Comité de Direção constituído pelo Administrador Delegado e pelos Diretores das diversas áreas da Companhia. O referido Comité reúne com uma periodicidade mensal, sendo posteriormente lavradas atas, refletindo os principais pontos discutidos e as decisões tomadas. Assim, os

Diretores de cada uma das Direções, em conjunto com o Administrador Delegado, constituem as pessoas que dirigem efetivamente a Companhia.

No cumprimento da Norma Regulamentar N.º 3/2017, de 18 de maio, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o Conselho de Administração desta entidade, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2017, deliberou proceder ao registo, das pessoas que dirigem efetivamente a Companhia, a fiscalizam ou são responsáveis por funções chave e do atuário responsável.

# Estrutura Acionista

Participação (%)

**51%**Aegon Iberia Holding B.V.

49%
Santander Totta
Seguros S.A.

#### 23

# Órgãos Sociais

#### Assembleia Geral

**António Miguel Terra da Motta** Presidente

**Alexandre Jardim** Secretário

### Conselho de Administração

Tomás Alfaro Uriarte Presidente

**Inês Oom de Sousa** Vice-presidente

**Tiago Filipe Martins do Couto Venâncio** Administrador Delegado

Armindo Bordalo Escalda

Borja Borrero Mayora

Francisco del Cura Ayuso

Horacio Centeno García

Julián Vallejo Rincón

#### Conselho Fiscal

**José Duarte Assunção Dias** Presidente

**António Baia Engana** Vogal

Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço Vogal

**José Luís Areal Alves da Cunha** Suplente

#### Revisor Oficial de Contas

Fernando Manuel Miguel Henriques

José Manuel Henriques Bernardo

em representação da PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

#### Comité de Remunerações

**José Duarte Assunção Dias** Presidente

**Alexandre Jardim** Vogal

Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço Vogal

### Código de conduta

Os valores, princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores encontram-se refletidos no código de conduta da Companhia. Este código tem por base valores de honestidade, respeito e responsabilidade, promovendo um elevado nível de excelência na relação com os clientes, parceiros, fornecedores e restantes *stakeholders*.

Como tal, no código de conduta estão definidos os princípios éticos gerais pelos quais a Companhia se rege e que constituem os pilares fundamentais nos quais assenta a sua atividade:

- Igualdade de oportunidades e não discriminação;
- Respeito para com as pessoas;
- Conciliação do trabalho com a vida pessoal;
- Prevenção de riscos laborais;
- Proteção do meio ambiente e políticas de responsabilidade social e ambiental;
- Direitos coletivos.

Refira-se que o código de conduta encontra-se divulgado no sítio da *internet* da Companhia e é disponibilizado a cada novo colaborador, assegurando o entendimento dos diversos princípios e artigos que o compõem.

### Política de remunerações

A política de remuneração tem como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

No ano de 2023 a Companhia procedeu à revisão e aprovação da sua Política de Remunerações.

Nesta, estabeleceu o conjunto dos princípios e dos procedimentos destinados a fixar os critérios, a periodicidade e os responsáveis pela avaliação do desempenho dos colaboradores da Companhia, bem como a forma, a estrutura e as condições de pagamento da remuneração devida a esses colaboradores, incluindo a decorrente do processo de avaliação de desempenho.

Esta revisão vem dar cumprimento aos Artigos 258.º, 275.º, 294.º e 308.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão de 10 de outubro de 2014, ao Artigo 64.º, n.º 4 Regime Jurídico De Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei nº 147/2015, de 9 de setembro e às novas indicações que, relativamente a essa matéria, constam da Norma Regulamentar N.º 4/2022-R, de 31 de maio (NR 4/2022-R), da Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões (ASF), que revogou parcialmente a Norma Regulamentar N.º 5/2010-R no que respeita ao setor segurador.

Foram também tomadas em consideração elementos da Secção 2 das "Orientações da EIOPA relativas ao sistema de governação - EIOPA-BoS-14/253 PT", refletidas pela ASF na Norma Regulamentar n.º 4/2022-R e da "Opinion on the supervision of remuneration principles in the insurance and reinsurance sector (EIOPA-BoS-20/040), de 7 de abril de 2020".

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza e transparência, alinhados com a cultura da Sociedade;
- Consistência com uma gestão de risco e controlo eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;

- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável;
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.

A política, bem como a declaração de cumprimento nos termos previstos no Artigo 4º da Norma 5/2010 R, de 1 de abril, da ASF, encontram-se publicadas no sítio da internet da Companhia.

# 01.3

## **Enquadramento da atividade**

Cenário Macroeconómico Mercado de seguros em Portugal

# Enquadramento da atividade

### Cenário Macroeconómico

#### **Economia Internacional**

A atividade económica global, em 2023, foi dominada pelo contexto de inflação elevada e pela posterior normalização da política monetária.

Em 2022, a inflação atingiu máximos de mais de 3 décadas (acima dos 10% na zona euro e nos EUA), em resultado da combinação dos vários choques que afetaram a economia mundial, nomeadamente a pandemia e subsequentes respostas de política económica (estímulos monetários e orçamentais), posteriormente agravados pela guerra na Ucrânia, na sequência da invasão pela Federação Russa.

Para combater os riscos inflacionistas, os principais bancos centrais executaram um processo de subida das taxas de juro de referência que consubstanciou um dos ciclos monetários mais pronunciados e rápidos desde o início dos anos 1980.

Este substancial endurecimento da política monetária, combinado com os efeitos de base relacionados com a recuperação pós-pandémica e com a guerra ainda em curso, contribuiu para uma desaceleração da economia mundial, embora de forma diferenciada entre os principais blocos económicos.

Observou-se, assim, uma dinâmica diferenciada entre economias avançadas e em desenvolvimento e, mesmo dentro das primeiras, o ciclo económico evoluiu de forma diferenciada, com a zona euro a ser mais afetada pelo contexto de guerra.

Por outro lado, a atividade registou dinâmicas distintas nos dois semestres de 2023, com uma maior resiliência no decurso do primeiro semestre, beneficiando da evolução no setor dos serviços e, em particular, do turismo. A reabertura plena das economias, que ocorreu gradualmente ao longo de 2022, assim como a alteração dos padrões de consumo, em favor dos serviços, permitiu que estes

retomassem a tendência pré-pandémica, assim sustentando a atividade económica global.

No segundo semestre, já foram mais visíveis os efeitos do significativo endurecimento das condições monetárias entretanto implementado pelos bancos centrais. Esses efeitos foram, também, diferenciados, com maior impacto na zona euro.

Esta evolução económica está materializada na atualização de janeiro de 2024 das estimativas do Fundo Monetário Internacional.

#### Crescimento Económico Mundial

	2022	2023	2024P
Mundo	3,5	3,1	3,1
Países Avançados	2,6	1,6	1,5
EUA	1,9	2,5	2,1
UEM	3,4	0,5	0,9
Reino Unido	4,3	0,5	0,6
Japão	1,0	1,9	0,9
Países em Desenvolvimento	4,1	4,1	4,1
África	4,0	3,3	3,8
Ásia	4,0	5,4	5,2
China	3,0	5,2	4,6
Europa de Leste	1,2	2,7	2,8
Médio Oriente	5,5	2,0	2,9
América Latina	4,2	2,5	1,9
Brasil	3,0	3,1	1,7

Fonte: FMI (janeiro 2024)

Apesar de, em 2023 a economia mundial ter desacelerado face a 2022 (por dissipação de efeitos da recuperação pós-pandémica), o crescimento foi mais forte do que o antecipado, com a exceção da zona euro. A economia mundial terá, assim, crescido cerca de 3,1%, abaixo da sua tendência de longo prazo, mas com uma revisão em alta de 0,1pp face ao cenário de outubro de 2023, e que foi similar para as economias avançadas e para as economias em desenvolvimento. Contudo, e como referido, houve diferenças entre as economias desenvolvidas.

Por outro lado, o processo de desinflação ocorreu mais rapidamente, com a inflação a desacelerar significativamente no segundo semestre de 2023, em reação à intervenção dos bancos centrais, assim como à correção dos preços da energia, embora permanecendo ainda acima do objetivo de 2% definido pelos principais bancos centrais (EUA, zona euro e Reino Unido).

Nos EUA, o PIB cresceu 2,5%, em média anual, com uma aceleração do ritmo de crescimento ao longo do ano.

O consumo privado foi o principal motor do crescimento, refletindo a normalização da atividade no pós-pandemia, com um maior consumo de serviços, em detrimento de bens não duradouros (que inclui alimentação).

A resiliência da despesa das famílias esteve muito alavancada na solidez do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a permanecer abaixo de 4%, assente em criação sustentada de emprego (em média, 255 mil novos empregos por mês), embora abaixo do ritmo de 2022. A menor pressão do lado da procura contribuiu para uma ligeira desaceleração dos salários, o que, por sua vez, contribuiu para uma diminuição das pressões inflacionistas.

Em resultado, a inflação desacelerou de forma bastante pronunciada ao longo do ano, para 3,3% em dezembro de 2023, refletindo em grande medida a evolução dos preços da energia. A inflação subjacente, que exclui alimentação e energia, desacelerou de forma mais moderada, para 4.6% em dezembro de 2023, refletindo a solidez do mercado laboral e o dinamismo do setor dos serviços.

A Reserva Federal manteve uma política monetária restritiva, elevando a taxa dos Fed funds para o intervalo 5.25%-5.50%, o que consubstancia uma subida total de 525pb nas taxas de juro de referência, desde que o ciclo se iniciou em março de 2022.

Na China, a atividade económica acelerou, mas a economia cresceu mais lentamente do que antes da pandemia, em "apenas" 5,2%, sendo necessário recuar ao início dos anos 1990 para observar taxas de crescimento mais baixas. A China continua afetada por uma série de problemas relacionados com o setor imobiliário, em especial residencial, com a falência de algumas entidades de relevo, que podem afetar a confiança dos agentes económicos, em especial das famílias. Por outro lado, a reorientação das cadeias globais também está a afetar o comércio internacional.

**No Japão, o PIB terá crescido 1,9% em 2023**, alicerçado na recuperação pós--pandémica ao nível do consumo privado, e complementado pela depreciação do iene e pelo investimento em infraestruturas.

Apesar da aceleração da inflação acima de 2%, o Banco do Japão manteve a sua política monetária expansionista.

No Reino Unido, a atividade desacelerou de forma pronunciada, com o PIB a crescer 0,5% em 2023.

A dissipação dos efeitos da recuperação pós-pandémica, a elevada inflação e a resposta em termos de política monetária, com uma subida pronunciada das taxas de juro (em mais de 500pb, para 5,25%), resultaram numa recessão técnica no segundo semestre de 2023. O desemprego, contudo, manteve-se em redor de 4,0%, colocando alguma pressão sobre os salários, pelo que a inflação desacelerou, mas de forma mais moderada do que noutros países, situando-se em 4,0% no final do ano.

Na zona euro, a atividade também desacelerou de forma pronunciada, com um crescimento de 0,5% em 2023, refletindo os vários choques a que a economia esteve sujeita nos últimos anos. Apesar das diferenças entre países, com a Alemanha a ser o elo mais fraco, a zona euro, no seu conjunto, conseguiu evitar uma recessão técnica.

A região continuou a ser afetada pela guerra em curso na Ucrânia, fruto da continuação da ofensiva militar pela Rússia, apesar de ter sido capaz de substituir os fornecimentos de energia da Rússia por outras fontes. Contudo, os preços da energia foram estruturalmente mais elevados do que no passado, com impacto adverso sobre a atividade. Adicionalmente, a Alemanha foi afetada pelo fraco crescimento na China, que é um importante parceiro comercial.

Apesar da desaceleração da atividade, o mercado de trabalho permaneceu, à semelhança do que ocorre noutros países, bastante dinâmico, com uma descida da taxa de desempego para um mínimo de 6,4%, beneficiando de um crescimento do emprego em 1,3%, em termos homólogos.

2023	PIB	INFLAÇÃO
UEM	0,5	5,4
Alemanha	-0,3	6,0
França	0,9	5,7
França Espanha Itália	2,5	3,4
Itália	0,6	5,9

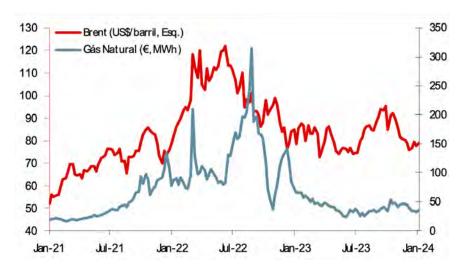
Fonte: CE (ianeiro 2024)

A inflação desacelerou, ao longo do ano, para 2,9% em dezembro, a um ritmo mais rápido do que o antecipado, embora permanecendo ainda acima do objetivo de 2,0% definido pelo Banco Central Europeu. Esta desaceleração decorreu, também, da descida dos preços da energia e da moderação dos preços da alimentação, mas beneficiou igualmente de medidas públicas de apoio, em alguns países (como a redução das taxas de IVA ou sua isenção para alguns bens e/ou serviços essenciais).

A inflação subjacente, que exclui alimentação e energia, desacelerou mais moderadamente, para 3,9%, em resultado das condições no mercado de trabalho, e dos aumentos salariais mais elevados, embora ainda sem cobrir plenamente o impacto sobre o poder de compra das famílias.

O Banco Central Europeu subiu as taxas de juro de referência em seis ocasiões, num total de 200pb em 2023 (e de 450pb desde que o ciclo se iniciou em meados de 2022), elevando a taxa de depósito para 4,0% e a taxa de refinanciamento para 4,5%.

# Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Gás Natural, em EUR por MWh



Fonte: Bloomberg

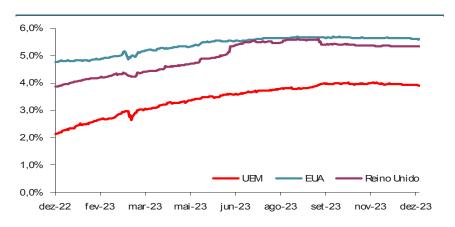
Os preços das matérias-primas, em especial energéticas, desceram ao longo do ano, apesar da continuação da guerra na Ucrânia e de, em outubro, o ataque do Hamas a Israel ter originado um novo conflito no Médio Oriente, que causou uma subida de preços, posteriormente revertida.

Os efeitos da desaceleração da atividade económica dominaram, apesar de a OPEP ter anunciado vários cortes na produção, no sentido de estabilizar os preços do petróleo.

Como referido, **os bancos centrais das principais economias desenvolvidas** mantiveram uma política monetária claramente orientada para o controlo das pressões inflacionistas, tendo continuado a subir as taxas de juro, embora a um ritmo mais gradual do que no ano de 2022. Ao longo do ano, foram várias as discussões sobre a taxa terminal e o ritmo a que a ela se chegaria.

A partir do final do verão, as autoridades monetárias estabilizaram as taxas de juro, avaliando o grau de desaceleração da inflação que já se observava, de forma relativamente generalizada.

#### Taxas de Juro 3 Meses

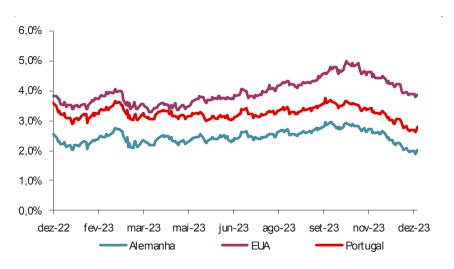


Fonte: Bloomberg

Em resultado, as taxas de juro de curto prazo acompanharam a dinâmica das taxas de juro de referência, com uma subida, mas que foi mais visível até ao verão de 2023. A partir dessa data, as taxas estabilizaram, para iniciar uma ligeira tendência descendente no final do ano, em especial nos prazos dos 6 e 12 meses.

Com efeito, uma vez concluído o ciclo de subida de taxas de juro, o consenso de mercado começou a antecipar quando se iniciaria o novo ciclo de descida, mas com os bancos centrais a reafirmarem a sua mensagem de que a fase seguinte do ciclo de política monetária ocorrerá apenas com a confirmação de que a inflação efetivamente convergiu para o objetivo de 2,0%.

#### Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

Estas expetativas, de reversão da política monetária, foram mais visíveis sobre a evolução das **taxas de juro de longo prazo**, que começaram a descer a partir de outubro, assim revertendo a tendência observada durante a maior parte do ano.

Em março de 2023, as *yields* subiram, principalmente devido ao foco de instabilidade associado à falência de vários bancos regionais nos EUA, a que se seguiu a venda do Credit Suisse à UBS.

A rápida subida das taxas de juro pelos bancos centrais, em especial nos EUA, traduziu-se num conjunto de perturbações em várias instituições bancárias, que tinham descurado a adequada gestão de riscos, nomeadamente a gestão de ativos e passivos (ao terem o seu balanço exposto a ativos de taxa fixa num contexto de subida de taxas) e a gestão de liquidez (ao financiarem o ativo, com maturidades longas, através de depósitos voláteis). Em resultado, nos EUA, ocorreram três intervenções em bancos, de grande dimensão: Silicon Valley Bank, Signature Bank e, já em maio, o First Republic Bank, que estava a sofrer uma saída desordenada de depósitos.

Igualmente no final de março, os problemas que há muitos anos afetavam o Credit Suisse conduziram à intervenção das autoridades suíças e à venda do banco à UBS. O facto de os detentores de divida Additional Tier 1 (AT1) terem visto o write-down permanente das suas exposições (uma especificidade do regime de resolução bancária na Suíça) afetou os mercados wholesale, com o seu virtual encerramento durante cerca de duas semanas, sem emissões de dívida, colateralizada ou não, por parte das instituições financeiras europeias.

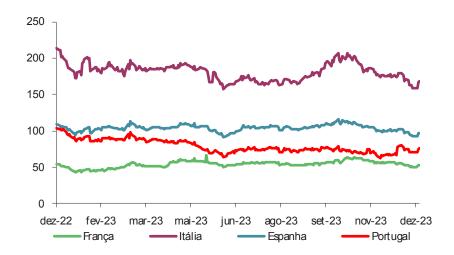
A partir de meados de abril assistiu-se à progressiva normalização das condições de mercado e, nos EUA, a rápida intervenção das autoridades, permitiu igualmente estabilizar os depósitos nos bancos regionais e locais, que tinham sido os mais afetados.

Nos meses seguintes, as taxas de juro subiram, num contexto de inflação ainda elevada, embora em desaceleração, a que, nos EUA, se juntou a discussão sobre a elevação do limite da dívida pública, e os riscos de, na ausência de acordo, os EUA entrarem em incumprimento e conduzir ao encerramento dos serviços não essenciais do Governo federal. O Congresso adiou o problema, mas muito influenciado pelo calendário eleitoral de 2024.

A mais rápida desaceleração da inflação, nos últimos meses de 2023, permitiu uma descida das *yields*.

Os desenvolvimentos de março não tiveram outro tipo de efeitos de contágio sobre os mercados (como seria o alargamento de spreads entre o core e a periferia da zona euro, por exemplo).

#### Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)

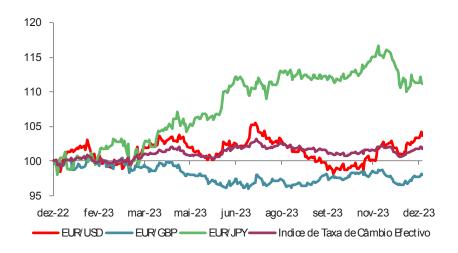


Fonte: Bloomberg

Com efeito, a evolução dos **diferenciais de taxas de juro soberanas** caraterizou-se por uma relativa estabilidade, num intervalo de flutuação relativamente limitado, durante o primeiro semestre de 2023, que deu lugar, a segunda metade do ano, a um estreitamento dos spreads para os países ditos "periféricos" da zona euro: o spread da dívida italiana a 10 anos face à Alemanha reduziu-se em 45pb e o da dívida espanhola, para o mesmo prazo, em 12pb.

Em **Portugal, a taxa de rendibilidade a 10 anos** desceu ao longo do ano de 2023, num movimento mais pronunciado no último trimestre. A yield desceu 81pb, para 2.79% no final do ano, traduzindo-se numa redução em 28bp do spread face à Alemanha, para 75pb. Igualmente relevante foi a diferenciação entre a dívida pública portuguesa e a espanhola, com o spread entre ambas a ampliar-se em 17pb, a favor de Portugal, para o que muito contribuíram os sucessivos upgrades da notação de risco da República Portuguesa registados em 2023, pelas agências DBRS, Fitch e Moody's.

# Principais Taxas de Câmbio (Dez-2022=100)

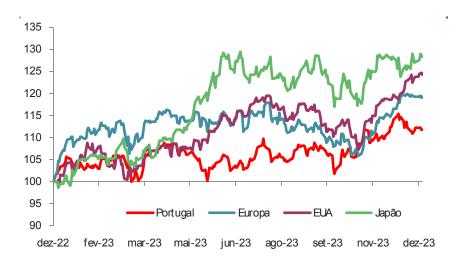


Fonte: BCE

No **mercado cambial**, observou-se uma trajetória de apreciação do euro face à generalidade das dívidas, como evidenciado na apreciação da taxa de câmbio efetiva (que agrega as divisas dos principais parceiros comerciais da zona euro) em 1,7%, ainda que esse movimento não tenha sido uniforme ao longo do ano. No final do ano, o euro cotava a 1,11 face ao dólar norte-americano (+3,6%), a 87p face à libra esterlina (uma depreciação do euro em 2,1%) e a 156,3 ienes por euro (uma apreciação de 11,1%).

Na comparação com o dólar norte-americano, a **libra esterlina**, apesar da apreciação face ao dólar em 2023 (para 79p), permanece em níveis historicamente baixos. O **iene japonês**, por seu lado, após uma recuperação no início do ano, retomou os mínimos de 1990, terminando o ano nos 141 ienes por dólar.

#### Mercados Acionistas (Dez-2022=100)



Fonte: Bloomberg

Os **mercados acionistas** tiveram um ano muito favorável, alimentados pelos bons resultados de empresas e pelas expetativas de descida das taxas de juro, que começaram a ganhar relevância no último trimestre do ano.

Em máximos históricos absolutos terminaram os índices norte-americano (S&P500), com uma valorização de 24%, e o britânico (FTSE), apesar de um crescimento muito moderado (3,8%) do que os demais índices.

Em máximos absolutos terminaram os índices norte-americano (**S&P500**), com uma valorização de 24%, e o britânico (**FTSE**), apesar de um crescimento muito moderado (3,8%) do que os demais índices.

Em máximos de décadas, destacam-se o índice japonês **Nikkei** que, com uma valorização de 28%, atingiu um máximo de 1990, e o índice pan-europeu **Eurostoxx50**, que valorizou 19%, para os máximos desde 2000.

A dinâmica de valorização registou momentos de reversão temporária, em março, quando da resolução de vários bancos nos EUA, e no final do verão, com a discussão sobre o teto da dívida nos EUA.

Em **Portugal**, o índice **PSI** registou uma valorização mais moderada, de 12%, para o nível mais elevado desde 2014. Os contributos positivos dos setores da banca, construção e retalho foram parcialmente anulados pelo comportamento da energia.

O **ouro** valorizou de forma consistente, terminando o ano de 2023 acima dos 2 mil dólares por onça, surgindo como um ativo de refúgio num momento em que as pressões inflacionistas revelavam sinais de moderação.

#### Economia portuguesa

O PIB cresceu 2,3% em 2023, beneficiando de uma maior recuperação no final do ano, pois o crescimento nos segundo e terceiro trimestres do ano tinha sido virtualmente nulo.

#### **Dados Macroeconómicos**

	2021	2022E	2023P
PIB	5,7	6,8	2,3
Consumo Privado	4,7	5,6	1,6
Consumo Público	4,5	1,4	1,2
Investimento	11,4	3,5	0,8
Exportações	12,3	17,4	4,2
Importações	12,2	11,1	2,2
Inflação média	1,3	7,8	4,3
Desemprego	6,7	6,2	6,5
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,9	-0,3	0,9
Dívida Pública (% do PIB)	124,5	112,4	98,7
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1,0	-0,2	2,7

Fonte: INE, Banco de Portugal. Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

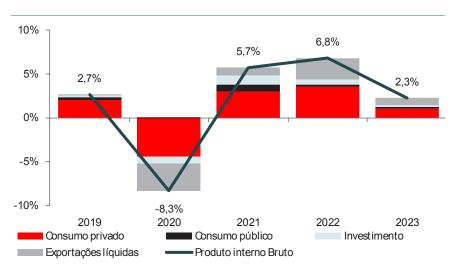
O PIB beneficiou, ainda, de efeitos de "carry" relacionados com a recuperação pós-pandémica, que caraterizaram o 1.º trimestre, enquanto no final do ano, as medidas de apoio ao rendimento das famílias implementadas durante o ano (atualizações de salários na função pública e de pensões, por exemplo) suportaram o consumo privado.

Contudo, o ritmo de crescimento em cadeia foi relativamente volátil ao longo do ano, com uma virtual estagnação da atividade nos segundo e terceiro trimestres, refletindo os efeitos dos vários choques, em especial da subida das taxas de juro.

De realçar que no 4.º trimestre de 2023 a economia cresceu 0,8% em cadeia (2,2% em termos homólogos), apoiada no consumo privado, assim como no investimento, enquanto as exportações líquidas tiveram um ligeiro contributo negativo para a evolução trimestral.

No conjunto do ano, todas as componentes da despesa contribuíram positivamente para o crescimento, ao nível da procura interna assim como da procura externa.

#### Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)



Fonte: INE

A **procura interna** contribuiu com 1,4pp para o crescimento, especialmente concentrado no consumo privado, fruto do comportamento do mercado laboral. O consumo púbico cresceu moderadamente, uma vez dissipado o efeito dos gastos relacionados com a pandemia.

O **consumo privado** cresceu 1,6% em 2023, uma forte desaceleração face aos 5,6% observados em 2022, muito influenciado pelo impacto da elevada inflação (4.3%) e da pronunciada subida das taxas de juro sobre os orçamentos familiares. Apenas a despesa em bens duradouros cresceu de forma mais visível (+7,1%), com a despesa em bens não duradouros e serviços a crescer apenas 1,1% (1,2% ao nível dos bens alimentares).

Foi visível uma alteração do cabaz de consumo das famílias, com a procura de bens mais baratos, seja pelo consumo de proteínas mais baratas, seja pela diversificação para marcas brancas.

#### Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE

Este ajustamento ao nível da despesa das famílias ocorreu, apesar de o mercado de trabalho se ter mantido dinâmico, com crescimento da população ativa que, na sua maioria, encontrou emprego.

Houve um ligeiro aumento do desemprego, mas a taxa de desemprego permaneceu abaixo de 7% (em 6,6%), em 2023, continuando a refletir uma economia a operar no pleno emprego. Os inquéritos às empresas continuaram a reportar a escassez de mão-de-obra como uma das principais restrições à atividade. Em 2023, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador aumentou 6,6% face a 2022, ou seja, um aumento real de 2,3%.

Embora com um valor elevado, o ritmo de crescimento dos preços no consumidor desacelerou, em especial no segundo semestre do ano, situando-se em 4,3%, em média anual (que compara com 7,8% em 2022). A taxa de variação homóloga, em dezembro de 2023, foi de 1,4% (9,6% no período homólogo). A desaceleração refletiu, por um lado, a descida dos preços da energia e, por outro, as medidas de apoio, com destaque para o "IVA zero", que abrangeu um cabaz de 46 produtos alimentares básicos (e que terminou no final de 2023). Em dezembro, os preços dos bens caíam 0,3% face ao período homólogo.

À semelhança do que se verificou na zona euro, a inflação subjacente desacelerou mais lentamente, situando-se em 2,6% (face ao pico de 7,3% observado em dezembro de 2022), refletindo a evolução dos preços dos serviços, que a dezembro de 2023 cresceram 4,1%.

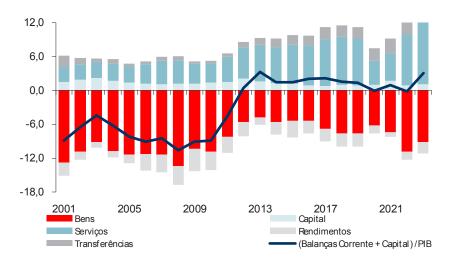
Em 2023, as famílias utilizaram o stock de poupança acumulado durante o período da pandemia – refletido no crescimento dos depósitos junto do setor bancário até ao final de 2022 – para fazer aos encargos mais elevados, seja pela inflação, seja pelo maior serviço da dívida, mas também para reduzir o endividamento.

O **investimento** desacelerou fortemente, com um crescimento de apenas 0,8% em 2023. A formação bruta de capital fixo cresceu 2,4%, com um maior gasto em equipamentos de transporte, mas em grande medida anulado por uma contração do investimento em construção. Por outro lado, houve uma redução de stocks, face à maior acumulação observada em 2021 e 2022, tendo um contributo negativo para o investimento total (-1,6pp).

Em 2023, as famílias utilizaram o stock de poupança acumulado durante o período da pandemia – refletido no crescimento dos depósitos junto do setor bancário até ao final de 2022 – para fazer aos encargos mais elevados, seja pela inflação, seja pelo maior serviço da dívida, mas também para reduzir o endividamento.

As **exportações** de bens e serviços cresceram 4,2% em 2023, em forte desaceleração face aos 17,4% registados no ano anterior. Esta evolução foi especialmente explicada pela dinâmica das exportações de bens, que praticamente estagnaram (+1,1%), refletindo a desaceleração na Europa e, em especial, do setor industrial na Alemanha. As exportações de serviços cresceram 10,6%, um ritmo muito expressivo, considerando o crescimento de 41% do ano anterior, com a normalização da atividade de turismo no pós-pandemia.

#### Balança Corrente e de Capital (% PIB)



Fonte: INE

As **importações** praticamente estagnaram, com um crescimento de 2,2%, em linha com a desaceleração quer da procura interna, quer das exportações.

O crescimento das exportações, conjugado com a descida dos preços da energia e das matérias-primas, tiveram um importante contributo para a recuperação do saldo da **balança de bens**, cujo défice se reduziu para 9,3% do PIB (+1,5pp face a 2022). Por seu lado, a melhoria da atividade de turismo permitiu uma clara recuperação do saldo da **balança de serviços**, cujo excedente aumentou em 1,5pp, para 10,5% do PIB.

A **balança de capital**, que reflete sobretudo os fundos europeus, aumentou o excedente para 1,4% do PIB, por novas transferências no quadro do PRR. Por seu lado, a **balança de rendimentos** agravou o défice, por maior pagamento de rendimentos de investimento ao exterior.

#### Saldo Orçamental (% PIB)



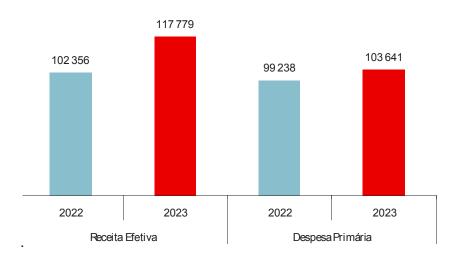
Fonte: Ministério das Finanças

Em resultado, o **saldo da balança corrente e de capital** registou um excedente de cerca de 2,7% do PIB, que é o mais elevado desde 2013.

A recuperação da capacidade de financiamento da economia beneficiou muito da evolução das **finanças públicas**, com as Administrações Púbicas a registarem um excedente orçamental de 0,9% do PIB.

A ainda elevada inflação, conjugada com o crescimento da atividade económica, os aumentos salariais e o crescimento do emprego, permitiu um significativo crescimento da receita fiscal (+11.8%).

#### Receita Efetiva e Despesa Primária (%€mn)



Fonte: Ministério das Finanças

Ao nível dos impostos diretos, a receita de IRC cresceu 22,3% e a de IRS 13,6%. Ao nível dos impostos indiretos, destaque para o crescimento da receita de ISP (+14.8%) e do IVA (+10,0% face a 2022, apesar do IVA zero sobre um cabaz de bens alimentares).

A despesa primária cresceu claramente abaixo da receita efetiva (+4,4% vs 15,1%), com o crescimento da despesa com pessoal (+7,5%) e do serviço com a dívida (+3,6%) a ser compensado por menores subsídios (-2,3%) e o controlo das transferências (+0,9%).

No quadro do plano de financiamento do Tesouro, em 2023, no primeiro semestre do ano, continuou a observar-se uma forte subscrição líquida de Certificados de Aforro, no montante de 13 mil milhões de Euros, que levou o Tesouro a criar uma nova série, com uma taxa de remuneração mais baixa (a taxa máxima passou de 3,5% para 2,5%). Em resultado, as subscrições líquidas reduziram-se significativamente, também com o aumento da taxa de remuneração dos depósitos.

Por aquele motivo, o Tesouro alterou o seu plano de financiamento em 2023, com menores emissões de Bilhetes do Tesouro, assim como de Obrigações do Tesouro. A alteração da remuneração é explicada, também, pelas implicações a médio prazo sobre a estrutura de financiamento do Tesouro, com um peso excessivo do retalho em detrimento do financiamento institucional – os Certificados de Aforro são mobilizáveis ao fim de 3 meses, sem qualquer pré-aviso, além de que a taxa de 3,5% se situava em linha ou mesmo acima da yield a 10 anos.

Fruto do maior peso dos Certificados de Aforro, o custo do financiamento executado em 2023 aumentou para 3,5%, enquanto a maturidade média da dívida pública baixou ligeiramente, para 7,2 anos.

Em resultado do maior crescimento nominal do PIB, por um lado, e da recompra de dívida, no final do ano, o rácio de dívida pública reduziu-se para 98,7% do PIB (-13,7pp face ao final de 2022), o nível mais baixo desde 2009.

O **rácio global de endividamento** da economia portuguesa situou-se, a dezembro de 2023, em 267% do PIB (-30pp face ao final de 2022), com o setor das sociedades não financeiras privadas a situar-se nos 112% (-10pp) e as famílias nos 56% do PIB (-6pp), claramente abaixo dos níveis observados no período anterior ao programa de ajustamento económico-financeiro de 2011-14.

A resiliência da economia e a boa execução orçamental permitiram novas melhorias na notação de risco da República atribuída pelas agências, em um notch, para A, pela DBRS, A-, pela Fitch, e A- pela S&P (já em 2024) e em dois notches, para A3, pela Moody's.

O **setor bancário português** foi claramente influenciado pelo contexto de taxas de juro mais elevadas, ao nível do crédito como dos depósitos.

O saldo global de crédito baixou, em 2023, com menor produção de crédito e um ritmo relativamente elevado de amortizações, com famílias e empresas a utilizarem a sua base de depósitos para o efeito, assim mitigando os impactos da subida das taxas de juro. O crédito ao setor privado baixou 1,6%, fruto de uma redução de 1,4% no crédito à habitação e de 2,6% no crédito a empresas.

Ao nível dos recursos de clientes, os depósitos reduziram-se em 2,5%, em 2023. Ao nível dos particulares, os depósitos baixaram 1,5%, embora com alguma transferência para depósitos a prazo, à medida que as taxas de remuneração foram aumentando. Também aumentaram as aplicações em recursos fora de balanço, em particular em fundos de investimento mobiliário. Os depósitos de empresas baixaram em 4,6%.

Apesar do contexto de rápida e pronunciada subida das taxas de juro observada desde meados de 2022, e do facto de os créditos serem maioritariamente a taxa variável, a qualidade creditícia não se deteriorou, com o rácio de Non-Performing Loans do sistema a situar-se em 2,9% no final do terceiro trimestre (-0,1pp face ao final de 2022), com uma cobertura por imparidades de 56,3%.

Em termos de rendibilidade do ativo assistiu-se a uma recuperação face a 2022 (+0,6pp, para 1,3%), enquanto a rendibilidade dos capitais próprios aumentou para um máximo de 14,6% (+5,9pp face ao final de 2022).

#### Mercado de seguros em Portugal

No ano de 2023, o volume da produção de seguro direto em Portugal ascendeu a quase 12 mil milhões de Euros, refletindo uma diminuição de 2% face ao valor registado no período homólogo.

O ramo Vida apresentou um decréscimo da produção de 14,3%. Os ramos Não Vida, seguindo a tendência dos últimos anos, registou um aumento, de 10,3%.

No ramo Vida, verificou-se um decréscimo acentuado nos Seguros Ligados a Fundos de Investimento, tendo passado a produção de 3,4M de Euros em 2022 para 1,2M de Euros em 2023 (variação de -61,1%).

Nos ramos Não Vida, o ramo que registou a maior crescimento foi Doença (variação de 16,7% face ao período homólogo). Em sentido contrário, os ramos de Aéreo e Mercadorias Transportadas foram os ramos que registaram maior decréscimo (19,9% e 9% respetivamente).

#### Produção\* de seguro direto em Portugal, por ramos

MII	HARES	DF	FΙ	IROS

	2022	2023	Δ
Vida	6.021.151	5.159.373	-14,3%
Seguro de Vida	2.977.119	3.950.411	32,7%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	3.044.033	1.206.899	-60,4%
Operações de Capitalização	0	2.063	100,0%
Não Vida	6.035.279	6.650.676	10,2%
Acidentes e Doença	2.386.923	2.700.030	13,1%
Acidentes de trabalho	1.027.190	1.140.207	11,0%
Doença	1.156.140	1.349.331	16,7%
Outros Acidentes	203.593	210.492	3,4%
Incêndio e Outros Danos	1.072.496	1.180.675	10,1%
Automóvel	1.983.626	2.098.348	5,8%
Marítimo e Transportes	30.535	30.321	-0,7%
Aéreo	10.978	8.789	-19,9%
Mercadorias Transportadas	21.973	16.097	26,7%
Responsabilidade Civil Geral	181.969	195.967	7,7%
Diversos	346.779	420.449	21,2%
TOTAL	12.056.430	11.810.049	-2,0%

\*Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de

prestação de serviço

Fonte: ASF

Apesar das perturbações sentidas nos últimos exercícios, o setor segurador tem revelado capacidade de reagir a situações adversas, uma vez que é caracterizado por um elevado grau de flexibilidade, capacidade de adaptação e inovação no desenvolvimento de soluções ajustadas às necessidades dos clientes. Nesta sequência, em 2024 espera-se que o setor continue a trabalhar para reforçar uma posição de solidez, credibilidade e resiliência, com o objetivo de aumentar os níveis de proteção dos consumidores e da sociedade em geral.

Para além da análise do comportamento do setor ao nível do negócio e da evolução das principais rubricas, importa referir que, tratando-se do oitavo ano desde a entrada em vigor do regime de Solvência II, é possível constatar uma maior estabilidade nos processos de certificação anual e da articulação entre o Revisor Oficial de Contas e o Atuário Responsável, quer ao nível do cumprimento dos requisitos de reporte e da qualidade da informação reportada.

A entrada em vigor da IFRS 17 – Contratos de Seguros a 1 de janeiro de 2023 verificou-se como um importante desafio. Esta nova norma introduziu uma profunda mudança na contabilização das demonstrações financeiras das empresas de seguros. A mensuração das responsabilidades dos contratos de seguro tem novas regras, trazendo maior exigência e complexidade.

A IFRS 17, publicada a 18 de maio de 2017 pelo International Accounting Standards Board (IASB), substituirá a IFRS 4 e cobre o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. A nova norma pretende trazer aos investidores e outros *stakeholders* uma maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas de seguros.

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões emitiu, no ano de 2022, normativos estruturantes das atividades supervisionadas, designadamente no âmbito do sistema de governação das empresas de seguros e de resseguros e no âmbito da conduta de mercado das empresas de seguros e de resseguros e das sociedades gestoras de fundos de pensões. O ano de 2023 foi marcado pela implementação e sedimentação desses normativos. A par desta intensa adaptação regulatória, 2023 foi igualmente um ano fértil em temáticas que impactam na conduta de mercado.

A 29 de março de 2023 foi aprovada a Carta Circular 3/2023 que recomenda um conjunto de boas práticas aplicáveis aos avisos de pagamento, dirigidas aos contratos de seguros dos seguros Automóvel e Incêndio e Outros danos, bem como aos contratos individuais do ramo Doença. A informação sobre os valores das variações dos prémios de seguros entre períodos de vigência da apólice é essencial para

que os consumidores estejam informados sobre aspetos relevantes das condições contratuais e capacitados para tomarem decisões conscientes e informadas.

A 11 de julho foi publicada a Norma Regulamentar nº 4/2023-R, relativa à prestação de informação à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – Empresas de Seguro e de Resseguro. Estabelece qual a informação a ser apresentada nos vários formatos, nomeadamente através de relatórios, reportes, formulários e mapas a apresentar à Autoridade Reguladora, bem como os respetivos prazos e as vias de envio dos mesmos.

A 28 de setembro foi aprovada a Norma Regulamentar nº 8/2023-R, relativa à alteração à Norma Regulamenta nº 14/2010-R, de 14 de outubro, que regulamenta o registo central de contratos de seguros de vida, contratos de seguros de acidentes pessoais e operações de capitalização com beneficiários em caso de morte. Clarifica a abrangência do dever de registo/manutenção de informação pelas empresas de seguros e estabelece requisitos de acesso à informação constante do registo central das operações e contratos supra descritos, procedendo, igualmente, ao alargamento da legitimidade de acesso e consulta à informação registada, na Norma Regulamentar n.º 14/2010-R, de 14 de outubro.

A 29 de dezembro foi aprovada a Lei nº 82/2023, relativa ao Orçamento de Estado de 2024. Neste diploma foram feitas alterações à Lei do Esquecimento, que reforça o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, proibindo práticas discriminatórias e consagrando o direito ao esquecimento. Prevê-se que seja realizado um acordo nacional por parte da Autoridade Reguladora até 30 de junho de 2024 para a execução da Lei 75/2021 de 18 de novembro. Na falta de acordo até esta data, as matérias que este acordo deveria abranger serão definidas por decreto-lei, após consulta à Comissão Nacional de Proteção de Dados, à Direção-Geral da Saúde, ao CNSF (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros), à Direção-Geral de Defesa do Consumidor e ao Instituto Nacional para a Reabilitação.

A ASF e o Banco de Portugal poderão regulamentar os deveres de informação relativamente às entidades sujeitas à sua supervisão. Os deveres compreendem prestar todos os esclarecimentos exigíveis e informar o consumidor, no acesso ao crédito à habitação e ao crédito ao consumo, sobre as condições aplicáveis por parte de pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência.

Continua a destacar-se a contínua monitorização do cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), que entrou em vigor em 25 de maio de 2018. Este regulamento, que surgiu como uma consequência direta da evolução

tecnológica, sobretudo ao nível da utilização de dados cada vez mais granulares e de processos de partilha de dados mais complexos, está diariamente presente na tomada de decisões estratégicas das entidades e o seu cumprimento revela-se imprescindível para uma gestão sã e prudente das mesmas.

Não obstante a elevada exigência regulamentar verificada durante 2023, a Companhia desenvolveu e continuará a desenvolver esforços no sentido de assegurar o cumprimento de todos os requisitos, bem como a sua atempada implementação.

O ano de 2024 será, uma vez mais, um ano de muitos desafios para a gestão do setor segurador, dando continuidade a práticas que permitam torná-lo mais rigoroso e transparente, quer na resposta ao supervisor, quer na prestação de informação a clientes e ao público em geral. A par da temática da sustentabilidade, identifica-se, na sociedade em geral, uma crescente preocupação com os riscos cibernéticos e com a segurança da informação, tema que será também um dos focos no futuro próximo do setor.

.

## 01.4

#### Análise de gestão

Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

Síntese de indicadores

Atividade comercial

Gestão de ativos

Custos gerais de funcionamento

Recursos humanos e formação

Capital Próprio e Solvência

### Análise de Gestão

#### Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

Um sistema de gestão de risco e controlo interno eficaz é determinante para proteger e fortalecer a Companhia, prevenindo ou diminuindo o impacto negativo de eventos futuros. Este sistema pretende acrescentar valor à Companhia e dotá-la de mecanismos que assegurem ao mesmo tempo os interesses dos acionistas e dos clientes. Para tal, é essencial a incorporação de uma cultura que promova a tomada de risco de modo consciente e disciplinado.

A operacionalização do sistema de gestão de risco e controlo interno é transversal a toda a Companhia. As diversas linhas de defesa instituídas no sistema de governação dos riscos contemplam as áreas operacionais, as funções de controlo, conformidade, gestão do risco e atuariais e ainda a função de auditoria interna.

Este sistema tem como objetivo assegurar que o perfil de risco global se mantém dentro dos níveis de apetite e tolerância aprovados pelo Conselho de Administração, obtendo uma rentabilidade que represente uma compensação adequada aos acionistas pelo risco assumido.

Para tal, o ciclo de gestão de risco incluii:

- Identificar os riscos que a Companhia pode enfrentar;
- Estabelecer um processo comum através do qual se possa monitorizar conjuntamente rentabilidade e risco;
- Estabelecer tolerâncias de risco e políticas que fundamentam o processo, para articular o nível de exposição máximo a cada risco ou a combinações de risco;
- Monitorizar a exposição ao risco e manter uma supervisão ativa sobre a posição de solvência das Companhias.

Durante o ano de 2023 foram desenvolvidas diversas ações, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II veio incutir na atividade. Assim destacam-se as seguintes atividades:

- Revisão e atualização das políticas de risco;
- Validação do cumprimento dos requisitos descritos nas políticas de risco;
- Elaboração e aprovação do relatório Own Risk and Solvency Assessment (ORSA), apresentando o perfil de risco, a metodologia de gestão de risco implementada, a projeção do rácio de solvência para os próximos três anos e o comportamento do rácio face à ocorrência de cenários adversos. Em qualquer um dos cenários, a Companhia revelou sempre rácios de solvência suficientes para o cumprimento dos requisitos regulamentares;
- Cálculo trimestral dos requisitos de capital e rácio de solvência e respetivo reporte quantitativo ao Supervisor;
- Certificação do reporte anual de 2022 (qualitativo e quantitativo) por parte do Revisor Oficial de Contas e do Atuário Responsável, no cumprimento da Norma Regulamentar Nº 2/2017-R de 24 de março;
- Elaboração do relatório anual Solvency and Financial Condition Report, divulgação pública e comunicação à ASF em conjunto com os relatórios de certificação;
- Monitorização dos planos de implementação de recomendações emitidas por Auditores (externos e internos), pelo Supervisor e pelo Atuário Responsável;
- Melhoria dos procedimentos de controlo e revisão de indicadores de reporte;
- No âmbito do Plano de Continuidade de Negócio, destaca-se a realização de um exercício de Disaster Recover na vertente tecnológica;
- Validação do cumprimento dos controlos operacionais.

A envolvência e o empenho de todas as áreas, em particular dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiram o cumprimento dos objetivos com sucesso. O sistema de gestão de risco e controlo interno tornou-se mais robusto e sólido permitindo à Companhia o desenvolvimento da sua atividade com segurança e sustentabilidade.

#### Síntese de Indicadores

MILHÕES DE EUROS

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA	2023	2022
Posição financeira		
Ativo líquido	72,0	62,3
Passivo	35,5	33,7
Capitais próprios	36,5	28,7
Resultado líquido	19,0	12,7
Atividade seguradora		
Réditos de contratos de seguro	112,6	94,3
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis e alterações a serviços passados	(23,8)	(24,6)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(49,7)	(41,9)
Réditos e gastos de contratos de resseguro	(10,6)	(8,0)
Resultados dos investimentos	0,5	0,2
Número de apólices em vigor	592.416	586.305
Outras variáveis e rácios		
Número de colaboradores (em 31 de Dezembro) (*)	90	82
Réditos de contratos de seguro / Número de colaboradores	1,3	1,1
Resultado líquido / Número de colaboradores	0,2	0,2
Resultado líquido / Réditos de contratos de seguro	17%	13%

(\*) Colaboradores das 2 seguradoras Aegon Santander Portugal + Administrador Delegado

#### **Atividade Comercial**

Distribuindo exclusivamente através da rede do Banco Santander Totta, S.A., a Aegon Santander Portugal Não Vida iniciou a sua atividade operacional apenas uma carteira de seguros de Acidentes pessoais de 6 milhares de apólices. Passados 9 anos a oferta da Companhia alargou tendo atualmente 592 milhares de apólices em vigor, nos ramos de Acidentes pessoais, Incendio e outros danos, Acidentes de trabalho e desde 2019, também Doença e Responsabilidade civil geral.

Esta evolução é demonstrativa da confiança que as soluções de proteção da Companhia têm merecido por parte dos clientes, bem como os investimentos efetuados em anos anteriores.

No ano de 2023, a Companhia obteve um desempenho comercial sólido e consistente, demonstrando resiliência e adaptabilidade num ambiente económico desafiante, tendo o ano sido marcado pelo desenvolvimento do mix estratégico de negócio da Companhia, que visa responder às necessidades dos clientes e um foco na fidelização de clientes, através da entrega de um serviço excelência.

A consolidação e desenvolvimento dos seguros de saúde e consolidação das soluções de serviço e assistência disponibilizadas aos clientes de forma transversal, foram prioridades e permitiram a obtenção de réditos de contrato de seguro de 112,6 milhões de Euros (2022: 94,3 milhões de Euros), sendo o ramo de Incêndio e outros danos responsável por 62% (2022: 68%) deste montante. Importa ainda

realçar a evolução alcançada pelo ramo saúde, que atingiu um peso de 28% no volume de réditos (2022: 21%).

Os sinistros ocorridos, outros gastos atribuíveis e alterações a relativas a serviços passados situaram-se nos 23,8 milhões de Euros (2022: 24,6 milhões de Euros), sendo o produto de Multirriscos habitação o principal responsável a este nível.

#### Gestão de Ativos

Os investimentos da Companhia serão geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia.

Durante os anos de 2023 e 2022, a Companhia não possuiu quaisquer instrumentos financeiros derivados ou teve exposição significativa a instrumentos de capital. Nesta base, os investimentos da Companhia correspondem essencialmente a títulos de rendimento fixo, integralmente classificados na rubrica de Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais ativos financeiros são analisados como segue

MILHÕES DE ELIROS

	IMIEI IOES B			
ATIVOS FINANCEIROS	2023	2022		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2,1	6,2		
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas				
Títulos de dívida pública	29,6	18,9		
De outros emissores	32,4	31,3		
TOTAL	64,2	56,4		

Em 2023, os resultados obtidos com a atividade financeira ascenderam a 481 milhares de Euros (2022: 227 milhares de Euros).

#### Custos Gerais de Funcionamento

Em 2023 os gastos gerais de funcionamento ascenderam a 7,4 milhões de Euros (2022: 6,2 milhões de Euros), destacando-se os custos de tecnologia e amortização de intangíveis, como segue:

MILHÕES DE EUROS

CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	2023	2022
Gastos com o pessoal	2,1	1,5
Fornecimentos e serviços externos	3,9	3,5
Impostos e taxas	0,3	0,2
Depreciações e amortizações do exercício	0,6	0,6
Juros suportados	0,0	0,0
Comissões	0,5	0,4
TOTAL	7,4	6,2

Os investimentos e melhorias contínuas introduzidos nos processos da Companhia, permitem uma estabilização da estrutura de custos, apesar do aumento de atividade e das soluções disponibilizadas aos Clientes

#### Recursos Humanos e Formação

Na Aegon Santander Portugal, a missão é clara: ajudar os seus clientes a proteger o que lhes é mais precioso está no centro do que as equipas da Aegon Santander fazem.

Os colaboradores da Aegon Santander são a força que impulsiona a excelência e a inovação das nossas soluções e têm um compromisso forte para com os clientes e alinhamento com a estratégia de negócio definida pelos Acionistas, contribuindo de forma decisiva para o forte desempenho financeiro obtido, o que exige que a Companhia possua nos seus quadros os melhores profissionais.

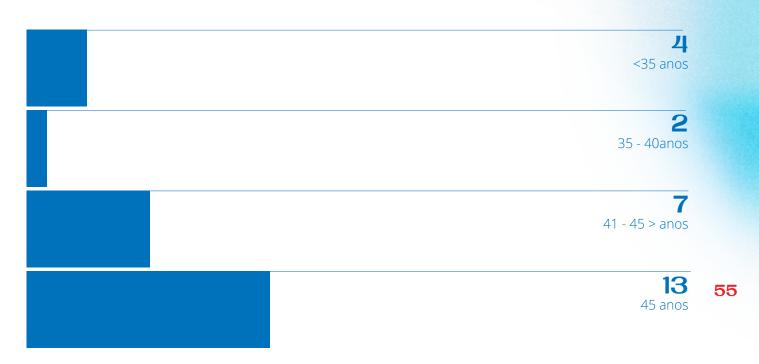
Em 31 de dezembro de 2023, a Aegon Santander Portugal (Vida e Não Vida), conta com 90 colaboradores (incluindo Administrador Delegado).

Os colaboradores da Companhia apresentam uma idade média de 43 anos, sendo 71% mulheres e 29% homens.

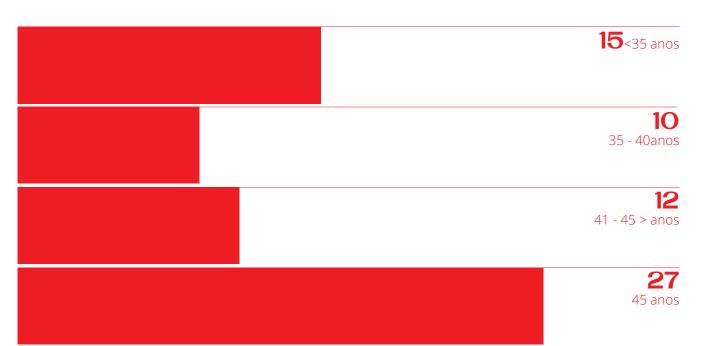
A equipa da Aegon Santander Portugal é composta por profissionais altamente qualificados e experientes em diversas áreas, existindo um investimento contínuo no seu desenvolvimento profissional, para garantir que estejam atualizados com as mais recentes práticas e tendências do setor.

### Estrutura de Colaboradores

#### Masculino



#### Feminino



Além disso, promovemos uma cultura organizacional que valoriza a diversidade, a inclusão e o trabalho em equipa. Acreditamos que a diversidade de experiências e perspetivas enriquece nosso ambiente de trabalho e nos capacita a enfrentar os desafios com criatividade e inovação.

O nosso compromisso com a integridade e a ética empresarial é fundamental para todas as nossas operações. Mantemos altos padrões de conduta profissional e incentivamos a transparência e a responsabilidade em todas as interações com todos os *stakeholders*.

Desde 2016, a Aegon Santander tem sido distinguida consecutivamente como uma das melhores empresas para trabalhar. 2023 não foi exceção. Este facto que confirma a estratégia seguida na atração e retenção de talento e materializa-se na excelência dos resultados alcançados ao longo dos anos em todas as vertentes da atividade..

#### Capital Próprio e Solvência

No final do ano de 2023, o Capital Próprio da Companhia encontrava-se nos 36,5 milhões de Euros (2022: 28,7 milhões de Euros), o que representa um acréscimo de cerca de 7,9 milhões de Euros face ao ano transato. Esta evolução é essencialmente explicada pelo resultado líquido do exercício, distribuição de dividendos e variação positiva da reserva de reavaliação.

Adicionalmente, em junho de 2023, a Assembleia Geral da Companhia aprovou um aumento de capital social de 7,5 milhões de Euros para 12,4 milhões de Euros por incorporação do prémio de emissão, com o aumento proporcional, no valor nominal de todas as ações da Sociedade. Nessa mesma data, a Assembleia Geral, aprovou igualmente a redução do capital social de 12,4 milhões de Euros para 7,5 milhões de Euros, tendo por finalidade a libertação do excesso de capital, transferindo para reservas livres o montante do capital social liberto e por redução proporcional do valor nominal de todas as ações da Sociedade, que passam a ter o valor nominal unitário de 1 Euro por ação.

No que se refere aos requisitos de capital, a Companhia privilegia a manutenção de rácios de solvência robustos, por forma a permanecer numa situação financeira estável. A gestão do nível de solvência é efetuada numa base trimestral, atendendo tanto às alterações do seu perfil de risco como das condicionantes económicas. Tendo por base o regime Solvência II, definido na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a Companhia respondeu aos seus requisitos durante o ano de 2023.

Como tal, é entendimento do Conselho de Administração, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2023, tendo por base a sua informação financeira e regulatória disponível. O rácio de solvência será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2024.



## 01.5

Perspetivas para 2024

## Perspetivas para 2024

A Aegon Santander Portugal Não Vida reagiu bem aos desafios introduzidos pela situação económica atual e está bem posicionada perante os clientes que procuram marcas de confiança, soluções de valor, conveniência e serviços fiáveis.

Em 2024, a Companhia planeia o desenvolvimento de novos produtos e melhorias nas linhas existentes, de forma a conferir um maior nível de proteção e valor aos clientes.

Continuaremos a investir em soluções tecnológicas e digitalização de forma a melhorar a experiência de cliente. Simplificar processos internos e eficiência operacional. Manteremos igualmente o foco na sustentabilidade e continuaremos a implementar iniciativas para reduzir o nosso impacto ambiental, promover a inclusão e contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Estas perspetivas refletem nosso compromisso contínuo com a inovação, sustentabilidade e excelência operacional, mantendo a Aegon Santander como uma seguradora de referência em Portugal.

## 01.6

Proposta deAplicação de Resultados Nota Final

# Aegon Santander - Seguros Não Vida

# Proposta de Aplicação de resultados

O Resultado líquido da Aegon Santander Portugal Não Vida, em 2023, é de 18.979.695 Euros.

Deste resultado, 10% será utilizado para o reforço da Reserva Legal, no montante de 1.897.970 Euros, de modo a cumprir o disposto no artigo 62° da Lei nº 147/2015.

No que diz respeito ao remanescente, no montante de 17.081.725 Euros, o Conselho de Administração propõe a sua distribuição como dividendos pelos Acionistas.

Adicionalmente, o Conselho de Administração propõe ainda a distribuição como dividendos de Resultados transitados no montante de 3.418.275 Euros, pelo que o valor total de dividendos a distribuir pelos Acionistas ascende a 20.500.000 Euros.

Por fim, o Conselho de Administração propõe a transferência 1.712.348 Euros da rubrica de Resultados transitados para a rubrica de Reservas livres.

#### 63

### Nota Final

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo de diversas entidades e parceiros para o bom desempenho da Companhia, concretização dos seus objetivos e implementação da sua estratégia. Agradecemos especialmente:

- Aos Clientes, pela sua confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de proteção;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Associação Portuguesa de Seguradores, pelo seu apoio e colaboração permanentes;
- Aos Acionistas, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o exercício;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu papel fundamental na comercialização dos produtos da Companhia;
- Aos Membros do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos Resseguradores, pela confiança e capacidade de aceitação de riscos;
- Aos nossos diversos parceiros e prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- E aos Colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os sinceros agradecimentos.

Lisboa, 22 de março de 2024

O Conselho de Administração





					EUROS
			2023		
CONTA DE GANHOS E PERDAS	NOTAS	TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL	2022
Réditos de contratos de seguro	2 I), 6	112.603.866	-	112.603.866	94.271.331
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio		112.603.866	-	112.603.866	94.271.331
Gastos de contratos de seguros	2 I), 7	(73.502.884)	-	(73.502.884)	(66.518.047)
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros		(39.237.173)	-	(39.237.173)	(36.102.120)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros		(49.679.149)	_	(49.679.149)	(41.914.838)
Alterações relativas a serviços passados		15.413.439	-	15.413.439	11.498.912
Réditos de contratos de resseguro	2 l), 8	654.140	-	654.140	344.021
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros – parte dos resseguradores		761.914	-	761.914	1.166.513
Alterações relativas a serviços passados – parte dos resseguradores		(107.773)	-	(107.773)	(822.492)
Gastos de contratos de resseguro	2 l) 8	(11.280.423)	-	(11.280.423)	(8.380.091)
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio - parte dos resseguradores		(11.280.423)	-	(11.280.423)	(8.380.091)
RESULTADO DE CONTRATOS DE SEGURO		28.474.699	-	28.474.699	19.717.215
Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro	2 l), 9	35.019	-	35.019	93.503
Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro	2 l), 9	(436)	-	(436)	(208)
RESULTADO DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE SEGURO		34.583	-	34.583	93.295
Rendimentos	2 e), 10	650.528	-	650.528	615.139
De juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas		650.528		650.528	615.139
Gastos de investimentos	2 e), 10	(169.494)	-	(169.494)	(386.444)
De juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(169.494)		(169.494)	(386.444)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	(1.967)
De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		-	-	-	(1.967)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		20.044	(20.032)	12	(32.325)
De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		20.044	-	20.044	(15.299)
De outros		-	(20.032)	(20.032)	(17.026)
Gastos não atribuíveis	11	(3.040.566)	-	(3.040.566)	(2.792.113)
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro		(3.688)	-	(3.688)	(7.013)
Outras rendimentos / gastos		(5.884)	-	(5.884)	683
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		25.960.223	(20.032)	25.940.191	17.206.470
Imposto sobre o rendimento do período - Impostos correntes	2 m), 20	-	-	(6.960.496)	(4.171.261)
Imposto sobre o rendimento do período - Impostos diferidos	2 m), 20	-	-	-	(382.947)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-	18.979.695	12.652.263

•	_
r	•
•	•

					EUROS	
			2023	2023		
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	NOTAS	VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIAÇÕES / AMOTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LÍQUIDO	2022	
ATIVO						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 g), 12	2.112.261		2.112.261	6.221.895	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		100	-	100	100	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	2 d), 13	62.054.137	-	62.054.137	50.188.357	
Terrenos e edifícios	2 q), 14	549.574	144.066	405.508	468.626	
Terrenos e edifícios de uso próprio		549.574	144.066	405.508	468.626	
Outros ativos intangíveis	2 c), 15	8.819.209	4.911.774	3.907.435	4.034.416	
Ativos de contratos de resseguro do Ramo Não Vida	2 l), 16	2.131.184	-	2.131.184	1.343.500	
De serviços futuros		10.767	-	10.767	14.394	
De serviços passados		2.120.418	-	2.120.418	1.329.106	
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 l), 17	1.390.320		1.390.320	81.629	
Contas a receber por operações de seguro direto		72.144	-	72.144	61.290	
Contas a receber por outras operações de resseguro		4.048	-	4.048	-	
Contas a receber por outras operações		1.314.128	-	1.314.128	20.339	
Acréscimos e diferimentos	2 r), 21	-	-	-	1.750	
Outros elementos do ativo		473	-	473	421	
TOTAL ATIVO		77.057.258	5.055.840	72.001.418	62.340.693	

			EUROS
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	NOTAS	2023	2022
PASSIVO			
Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida	2 I), 16	17.819.946	19.749.428
De serviços futuros		3.961.743	3.496.882
De serviços passados		13.858.203	16.252.545
Outros passivos financeiros	2 f), 18	416.580	483.165
Depósitos recebidos de resseguradores		6.810	10.161
Outros		409.770	473.004
Outros credores por operações de seguros e outras operações	2 I), 19	8.510.249	8.288.709
Contas a pagar por operações de seguro direto		3.688.031	3.377.039
Contas a pagar por outras operações de resseguro		2.784.584	2.273.517
Contas a pagar por outras operações		2.037.633	2.638.152
Passivos por impostos	2 m), 20	5.814.958	3.129.766
Passivos por impostos correntes		4.665.609	2.288.469
Passivos por impostos diferidos		1.149.349	841.297
Acréscimos e diferimentos	2 r), 21	2.921.810	2.024.867
TOTAL PASSIVO		35.483.541	33.675.934
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	2 h), 22	7.500.000	7.500.000
Reservas de reavaliação	2 j), 22	(1.980.634)	(3.852.871)
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas		(2.042.280)	(3.934.562)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas		61.647	81.691
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro		60.881	37.661
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro		(17.859)	(5.215)
Reserva por impostos	2 k), 20	523.155	1.024.216
Outras reservas	2 i), 22	6.322.015	7.176.535
Resultados transitados		5.130.622	4.132.169
Resultado do exercício		18.979.695	12.652.263
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		36.517.876	28.664.759
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		72.001.418	62.340.693

**68** 

Vida
Não
guros
S -
tander
n San
Aego

										EUROS
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE SEGURO	RESERVA DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE RESSEGURO	RESERVA POR IMPOSTOS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
Capital próprio em 31 de dezembro 2021		7.500.000	232.059				6.236.104		9.404.312	23.310.980
Alteração de politicas contabilisticas (IFRS 17 e IFRS 9)	2 l), 4	-	66.392	6.834	(236)	(19.342)	-	4.132.169	-	4.185.817
Capital próprio em 1 de janeiro 2022		7.500.000	298.451	6.834	(236)	(80.838)	6.236.104	4.132.169	9.404.312	27.496.796
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	-	940.431	-	(940.431)	-
Distribuição de dividendos  Outro rendimento integral:		-	-	-	-	-	-	-	(8.463.881)	(8.463.881)
Ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	2 j), 22	-	(4.166.621)	-	-	-	-	-	-	(4.166.621)
Provisão para perdas de crédito previstas em ativos financeiros	2 j), 22	-	15.299	-	-	-	-	-	-	15.299
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	2 l), 9	-	-	30.827	-	-	-	-	-	30.827
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	2 l), 9	-	-	-	(4.978)	-	-	-	-	(4.978)
Impostos	2 m), 20	-	-	-	-	1.105.054	-	-	-	1.105.054
Total da variação do Capital Próprio		-	(4.151.322)	30.827	(4.978)	1.105.054	940.431	-	(9.404.312)	(11.484.300)
Resultado do exercício		-	-	-	-		-	-	12.652.263	12.652.263
CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO 2022		7.500.000	(3.852.871)	37.661	(5.215)	1.024.216	7.176.535	4.132.169	12.652.263	28.664.759
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	-	4.045.480	998.453	(5.043.934)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(2.880.099)	-	(7.608.329)	(10.488.429)
Distribuição de reservas livres		-	-	-	-	-	(2.019.901)	-		(2.019.901)
Aumento de capital por incorporação de prémio de emissão		4.900.000	-	-	-	-	(4.900.000)	-	-	-
Redução de capital e constituição de reservas livres		(4.900.000)	-	-	-	-	4.900.000	-	-	-
Outro rendimento integral:										
Ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	2 j), 22	-	1.892.282	-	-	-	-	-	-	1.892.282
Provisão para perdas de crédito previstas em ativos financeiros	2 j), 22	-	(20.044)	-	-	-	-	-	-	(20.044)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	2 l), 9	-	-	23.219	-	-	-	-	-	23.219
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	2 l), 9	-	-	-	(12.645)	-	-	-	-	(12.645)
Impostos	2 m), 20	-	-	-	-	(501.061)	-	-	-	(501.061)
Total da variação do Capital Próprio		-	1.872.237	23.219	(12.645)	(501.061)	(854.520)	998.453	(12.652.263)	(11.126.578)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	18.979.695	18.979.695
CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO 2023		7.500.000	(1.980.634)	60.881	(17.859)	523.155	6.322.015	5.130.622	18.979.695	36.517.876

•		$\boldsymbol{\cap}$
•	•	$\smile$
L		•
	-	_

5.228.835

6.221.895

			201103
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	NOTAS	2023	2022
Resultado líquido do exercício		18.979.695	12.652.263
Outro rendimento integral do exercício			
Ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	2 j), 22	1.892.282	(4.166.621)
Provisão para perdas de crédito previstas em ativos financeiros	2 j), 22	(20.044)	15.299
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	2 l), 9	23.219	30.827
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	2 I), 9	(12.645)	(4.978)
Impostos	2 m), 20	(501.061)	1.105.054
Rendimento integral total do exercício		20.361.447	9.631.844

EUROS DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA 2023 2022 Operações de seguro 124.169.614 104.443.105 Prémios de seguro direto Custos com sinistros de seguro direto (26.255.113) (17.495.604) Comissões por intermediação de seguros (40.403.943) (33.917.754) Pagamento a resseguradores (líquido de recebimentos) (10.955.454) (8.281.712) Outros fluxos de caixa Pagamentos a fornecedores (9.402.406) (8.494.920) Pagamentos ao Estado e outros entes públicos (15.581.133) (17.127.142) (1.811.068) (1.585.022) Outros fluxos de caixas operacionais Total 18.214.488 19.086.960 Investimentos financeiros (18.956.682) (13.990.499) Aquisições Vendas 2.109.766 8.740.000 1.750.000 Amortizações de capital Rendimentos de títulos 724.260 599.431 **Outros investimentos** Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis (323.370) (98.717) (9.815.792) (9.630.020) Total Distribuição de dividendos (8.463.881) (10.488.429) Distribuição de reservas livres (2.019.901) Total (12.508.329) (8.463.881) Variação de caixa e equivalentes de caixa (4.109.633) 993.059

6.221.895

2.112.262

Caixa e Equivalentes e Depósitos no início do período

Caixa e Equivalentes e Depósitos no final do período

# Notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras

(Montantes em Euros, exceto quando expressamente indicado)

#### 1. Informações gerais

A Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia) foi constituída em 16 de dezembro de 2014 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido do ramo não vida – Acidentes e doença e Incêndio e outros danos, tendo obtido as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Os seguros não vida (ramos reais) têm por objeto segurar danos em coisas, bens imateriais, créditos e quaisquer outros direitos patrimoniais, bem como os seguros pessoais (exceto o seguro de vida). No caso concreto da Companhia os ramos reais referem-se a seguros de acidentes pessoais, acidentes de trabalho e multirriscos habitação.

Conforme indicado na Nota 22, a Companhia é detida pela Aegon Iberia Holding B.V. e pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e, consequentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões dos Grupos em que se insere (Grupo Aegon e Grupo Santander).

No âmbito da constituição da Companhia, a Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. realizou entradas no montante total de 12.400.000 Euros, incluindo o capital social da Companhia no montante de 7.500.000 Euros, representado por sete milhões e quinhentas mil ações com o valor nominal de 1 Euro cada, e o prémio de emissão no montante de 4.900.000 Euros.

Após a constituição, com referência à data de 31 de dezembro de 2014, o acionista único transferiu para a Companhia a totalidade da sua carteira de seguros do ramo não vida – Acidentes pessoais, pelo montante de 500.000 Euros, bem como os respetivos ativos e passivos associados. Adicionalmente, a Companhia adquiriu ao Banco Santander Totta, S.A., pelo montante de 4.400.000 Euros, o direito de ser designada como a Companhia de seguros adquirente da carteira constituída pelos contratos de seguro correspondentes aos produtos comercializados pelo Banco Santander Totta, S.A. ao abrigo do contrato de mediador de seguros ligado celebrado em 16 de dezembro de 2010 com a Liberty Seguros, S.A., sucessora da Génesis Seguros Generales, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (adiante designada "Carteira Liberty") – seguros do ramo Incêndio e outros danos.

Posteriormente à transferência de carteira, mas previamente ao efetivo início de desenvolvimento da atividade por parte da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social e direitos de voto da Companhia.

Adicionalmente, foi celebrado entre a Companhia e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual este Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da Companhia até 31 de dezembro de 2039.

Em 27 de fevereiro de 2015 o Banco Santander Totta, S.A. notificou a Liberty Seguros, S.A. para efeitos de aquisição da Carteira mencionada anteriormente, sendo que esta operação foi efetivada através da celebração de um tratado de co-seguro e de resseguro, em julho de 2015, entre a Companhia e a Liberty Seguros S.A. No âmbito destes acordos os novos contratos de seguro do ramo Incêndio e outros danos são comercializados em co-seguro entre a Companhia e a Liberty Seguros, S.A. e adicionalmente a Liberty Seguros S.A. cede e a Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. aceita uma parte do risco de seguro da carteira nos termos do tratado de resseguro celebrado entre as duas Companhias.

Salienta-se ainda que estes tratados mantiveram-se em vigor até ao final do primeiro semestre de 2018, momento em que ocorreu a migração total da carteira de apólices em vigor à data para a Aegon Santander Portugal Não Vida e excluem todas as novas apólices subscritas a partir de 1 de abril de 2017, as quais são comercializadas exclusivamente pela Aegon Santander Portugal Não Vida.

Em setembro de 2019, concretizou-se a incorporação do ramo de atividade adquirido à Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A. no final de 2018, composto por apólices de seguro dos ramos acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil, juntamente com todos os elementos patrimoniais ativos

e passivos e relações contratuais afetas, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores.

Em junho de 2023, a Assembleia Geral da Companhia aprovou um aumento de capital social de 7,5 milhões de Euros para 12,4 milhões de Euros por incorporação do prémio de emissão, com o aumento proporcional, no valor nominal de todas as ações da Sociedade. Nessa mesma data, a Assembleia Geral, aprovou igualmente a redução do capital social de 12,4 milhões de Euros para 7,5 milhões de Euros, tendo por finalidade a libertação do excesso de capital, transferindo para reservas livres o montante do capital social liberto e por redução proporcional do valor nominal de todas as ações da Sociedade, que passam a ter o valor nominal unitário de 1 Euro por ação.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem o nono exercício de atividade operacional da Companhia, iniciado em 1 de janeiro de 2023.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2024.

# 2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

#### Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar nº 9/2022-R, de 9 de setembro, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros integra as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Tal como descrito a seguir, sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Companhia adotou na preparação destas demonstrações financeiras, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira da Companhia.

#### Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

#### Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2023

• IAS 1 (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações relativas a políticas contabilísticas imateriais não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. Esta alteração à norma tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 8 (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas'. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. Esta alteração à norma tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 17 (nova e alteração), 'Contratos de seguro'. Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou "General measurement model" ("GMM"); ii) a Abordagem de imputação dos prémios - ou "Premium allocation approach" ("PAA"); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou "Variable fee approach" ("VFA"). A IFRS 17 é de aplicação retrospetiva com algumas isenções na data da transição. Esta alteração à norma tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, tendo igualmente impactos na reexpressão das contas de 2022.
- IFRS 17 (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 Informação Comparativa'. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospetiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados

a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. Esta alteração à norma tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, tendo igualmente impactos na reexpressão das contas de 2022.

- IAS 12 (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação'. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias são excluídas do âmbito da isenção de registo de impostos diferidos no reconhecimento inicial de ativos ou passivos. Esta alteração é de aplicação retrospetiva. Esta alteração à norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 12 (alteração), 'Reforma da tributação internacional regras do modelo Pilar Dois'. Na sequência da implementação das regras do Global Anti-Base Erosion ("GloBE") da OCDE, poderão existir impactos significativos no apuramento dos impostos diferidos das entidades abrangidas que a esta data são difíceis de estimar. Esta alteração à IAS 12 introduz: i) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e ii) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como seja: o facto de a exceção ter sido aplicada, o gasto de imposto corrente que se refere às regras Pilar Dois, e a estimativa razoável do impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor. Esta alteração à norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, que a União Europeia já endossou:

• IAS 1 (alteração), 'Classificação de passivos como não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com "covenants" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Estas alterações clarificam que os passivos são

classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospetiva. Esta alteração à norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

• IFRS 16 (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospetiva. Esta alteração à norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia

# Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, mas que a União Europeia ainda não endossou:

• IAS 7 (alteração) e IFRS 7 (alteração), 'Acordos de financiamento de fornecedores' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Os Acordos de financiamento de fornecedores caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores. As alterações introduzidas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os

acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na Agenda Decision de dezembro de 2020. Esta alteração à norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

• IAS 21 (alteração) 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. Esta alteração à norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as a seguir descritas, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados:

#### a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio. Tendo em consideração que a Companhia explora os ramos de seguros não vida de Acidentes Pessoais e Incêndio e outros danos, estes são os seus únicos segmentos.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

#### b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a depreciação e testes de imparidade. As respetivas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

• Equipamento administrativo	12,50%
<ul> <li>Máquinas e ferramentas</li> </ul>	20,00%
<ul> <li>Equipamento informático</li> </ul>	33,33%
Material de transporte	25,00%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o correto funcionamento do ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, é estabelecida uma vida útil do ativo capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos por parte deste, depreciando-o por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe a evidência de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável do ativo é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

#### c) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são mantidos na rubrica de intangíveis em curso durante a fase de desenvolvimento e até à conclusão de cada módulo.

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base numa taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a sua vida útil estimada, a qual não excede os 5 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

A Companhia registou nesta rubrica o preço de aquisição das carteiras de seguros não vida transferidas da Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 2014 e da Popular, Companhia de Seguros, S.A. em 2019, bem como o custo de aquisição do direito de ser designada como a Companhia de seguros adquirente da Carteira Liberty. Estes ativos serão amortizados ao longo do período em que se espera que as referidas carteiras gerem benefícios económicos para a Companhia.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

#### d) Instrumentos financeiros

#### i) Reconhecimento inicial

A classificação dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende dos seus termos contratuais e do modelo de negócio para a gestão dos instrumentos.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos na data da transação e mensurados pelo seu justo valor. Com exceção dos ativos e passivos financeiros registados ao justo valor, os custos de transação são adicionados a este valor.

#### ii) Categorias de mensuração

A Companhia classifica todos os seus ativos financeiros com base no modelo de negócio para a gestão dos ativos e nos termos contratuais do ativo. As categorias são as seguintes:

- Custo amortizado
- Justo valor através de reservas (FVOCI)
- Justo valor através de ganhos e perdas (FVPL)

#### Instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado

Os instrumentos de dívida são detidos ao custo amortizado se ambas as condições seguintes forem satisfeitas:

- Os instrumentos são detidos no âmbito de um modelo de negócio com o objetivo de deter o instrumento para receber os fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do instrumento de dívida dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros (SPPI) sobre o montante de capital em dívida..

#### Avaliação do modelo de negócio

A Companhia determina o seu modelo de negócio ao nível que melhor reflete a forma como gere os grupos de ativos financeiros para atingir o seu objetivo de

negócio. A Companhia detém ativos financeiros para gerar retornos e fornecer uma base de capital para a regularização de sinistros à medida que estes surgem. A Companhia considera o momento, o montante e a volatilidade dos requisitos de fluxos de caixa para suportar as carteiras de responsabilidades de seguros na determinação do modelo de negócio para os ativos, bem como o potencial para maximizar o retorno para os acionistas e o desenvolvimento futuro do negócio.

O modelo de negócio da Companhia não é avaliado instrumento a instrumento, mas a um nível mais elevado de carteiras agregadas que se baseia em fatores observáveis, tais como:

- A forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio são avaliados e comunicados às pessoas chave da gestão da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e, em particular, a forma como esses riscos são geridos;
- A forma como os gestores da atividade são compensados (por exemplo, se a compensação se baseia no justo valor dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais cobrados).

A frequência, o valor e o momento previstos para a venda de ativos são também aspetos importantes da avaliação da Companhia.

A avaliação do modelo de negócio baseia-se em cenários razoavelmente esperados, sem ter em conta cenários de "pior caso" ou de "stress". Se os fluxos de caixa após o reconhecimento inicial forem realizados de uma forma diferente das expectativas iniciais da Companhia, esta não altera a classificação dos restantes ativos financeiros detidos nesse modelo de negócio, mas incorpora essa informação ao avaliar os ativos financeiros recém-originados ou recém-adquiridos no futuro.

#### O teste SPPI (Solely Payments of Principal and Interest)

Como segundo passo do processo de classificação, a Companhia avalia os termos contratuais para identificar se estes cumprem o teste SPPI.

O "capital" para efeitos deste teste é definido como o justo valor do ativo financeiro no reconhecimento inicial e pode mudar durante a vida do ativo financeiro (por exemplo, se houver reembolsos de capital ou amortização do prémio/desconto).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de dívida são tipicamente a consideração do valor temporal do dinheiro e o risco de crédito. Para fazer a avaliação do SPPI, a Companhia aplica o seu julgamento e considera fatores relevantes, tais como a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período para o qual a taxa de juro é definida.

A Companhia não tem instrumentos de dívida valorizados ao custo amortizado.

#### Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas

A Companhia aplica a nova categoria ao abrigo da IFRS 9 para instrumentos de dívida mensurados ao FVOCI quando ambas as condições seguintes são cumpridas:

- O instrumento é detido no âmbito de um modelo de negócio, cujo objetivo é tanto a recolha de fluxos de caixa contratuais como a venda de ativos financeiros;
- Os termos contratuais do ativo financeiro cumprem o teste SPPI.

Estes instrumentos incluem maioritariamente instrumentos de dívida que tinham sido anteriormente classificados como disponíveis para venda ao abrigo da IAS 39. Os instrumentos de dívida nesta categoria são aqueles que se destinam a ser detidos para receber fluxos de caixa contratuais e que podem ser vendidos em resposta a necessidades de liquidez ou em resposta a alterações nas condições de mercado.

#### Ativos financeiros mensurados pelo justo valor através de ganhos e perdas

Os ativos financeiros desta categoria são os que são geridos segundo um modelo de negócio de justo valor, ou que foram designados pela gestão no momento do reconhecimento inicial, ou que são obrigados a ser mensurados ao justo valor nos termos da IFRS 9. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida cujas características de fluxos de caixa não cumprem o critério SPPI ou não são detidos no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em receber fluxos de caixa contratuais, ou em receber fluxos de caixa contratuais e vender.

A Companhia não detém ativos financeiros mensurados pelo justo valor através de ganhos e perdas.

#### iii) Medição subsequente

#### Instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado

Após a mensuração inicial, os instrumentos de dívida são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva (TJE), menos a provisão para imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e as comissões ou custos que são parte integrante da TJE. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas na demonstração de resultados quando os investimentos estão em imparidade.

#### Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas

Os instrumentos de dívida registados ao justo valor através de reservas (FVOCI) são subsequentemente mensurados ao justo valor com os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor reconhecidos em reservas. Os rendimentos de juros e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos nos resultados da mesma forma que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O cálculo da ECL para instrumentos de dívida ao FVOCI é explicado nestas políticas contabilísticas. Quando a Companhia detém mais do que um investimento no mesmo título, considera-se que estes são alienados numa base de "FIFO". Aquando do desreconhecimento, os ganhos ou perdas acumuladas anteriormente reconhecidos no OCI são reclassificados de OCI para ganhos e perdas.

#### Ativos financeiros mensurados pelo justo valor através de ganhos e perdas

Os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados na demonstração da posição financeira pelo justo valor. As variações do justo valor são registadas nos resultados. Os juros vencidos relativos a ativos obrigatoriamente mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas são registados à taxa de juro contratual. Os rendimentos de dividendos de instrumentos de capital próprio mensurados ao FVPL são registados nos resultados como outros juros e proveitos similares quando o direito ao pagamento tiver sido estabelecido.

#### iv) Reclassificação dos ativos e passivos financeiros

A Companhia não procede à reclassificação dos seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, salvo em circunstâncias excecionais em que a Companhia adquire, aliena ou encerra um ramo de atividade.

#### v) Desreconhecimento

#### Desreconhecimento que não seja por modificação substancial

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou
- A Companhia transferiu o seu direito de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos na totalidade e sem atrasos materiais a um terceiro segundo um acordo de "passagem"; e ou:
  - a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
  - b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controlo do ativo.

A Companhia considera que o controlo é transferido se, e apenas se, aquele que recebe a transferência tiver a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem impor restrições adicionais à transferência.

Quando a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios e reteve o controlo do ativo, o ativo continua a ser reconhecido apenas na medida do envolvimento continuado da Companhia caso em que a Companhia a reconhece também um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que a Companhia reteve.

O envolvimento continuado que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre a quantia escriturada original do ativo e a quantia máxima de retribuição que a Companhia poderia ser obrigada a pagar.

# Desreconhecimento devido a modificação substancial dos termos e condições

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os termos e condições foram renegociados ao ponto de, substancialmente, se tornar um novo instrumento, sendo a diferença reconhecida como um ganho ou perda de desreconhecimento. No caso de instrumentos de dívida ao custo amortizado, os empréstimos recém-reconhecidos são classificados como Stage 1 para efeitos de mensuração de perdas de crédito esperadas.

Ao avaliar se deve ou não desreconhecer um instrumento, a Companhia considera, entre outros, os seguintes fatores:

- Alteração da moeda do instrumento de dívida;
- Introdução de uma caraterística de capital próprio;
- Alteração da contraparte;
- Se a modificação for tal que o instrumento deixe de cumprir o critério SPPI.

Se a modificação não resultar em fluxos de caixa que sejam substancialmente diferentes, a modificação não resulta no desreconhecimento. Com base na alteração dos fluxos de caixa descontados à EIR original, a Companhia regista um ganho ou perda de modificação.

#### vi) Imparidade de ativos financeiros

Outras informações relativas à imparidade de ativos financeiros são igualmente fornecidas nas notas seguintes:

- Perdas por imparidade em instrumentos financeiros
- Divulgações de juízos de valor e estimativas significativas

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo justo valor através de ganhos e perdas. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos nos termos do contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa de juro efetiva adequada.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas fases. Relativamente às posições em risco de crédito para as quais não se registou um aumento

significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são fornecidas para perdas de crédito resultantes de eventos de incumprimento que são possíveis nos próximos 12 meses (perdas de crédito esperadas a 12 meses).

Para as posições em risco de crédito relativamente às quais se registou um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é exigida uma provisão para perdas relativamente às perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da posição em risco, independentemente do momento do incumprimento (uma ECL vitalícia).

Os instrumentos de dívida da Companhia são compostos por obrigações classificadas Investment Grade pelas agências de rating internacionais e, por conseguinte, são considerados investimentos de baixo risco de crédito. A Companhia detém na sua carteira de obrigações, títulos com notação de crédito inferior a Investment Grade, portanto, considerados investimentos com um maior risco de crédito. A política da Companhia consiste em medir as perdas de crédito esperadas sobre esses instrumentos numa base de 12 meses.

A Companhia considera que um ativo financeiro está em situação de incumprimento (com imparidade de crédito) quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia pode também considerar que um ativo financeiro está em situação de incumprimento quando informações internas ou externas indicam que é pouco provável que a Companhia receba os montantes contratuais em dívida. Um ativo financeiro é anulado quando não existe uma expetativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

#### O cálculo das perdas de crédito esperadas (ECL)

A Companhia calcula as ECL com base em cenários para medir os défices de caixa esperados, descontadas a uma TJE apropriada. Um défice de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa que são devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

A mecânica dos cálculos ECL é descrita a seguir e os elementos-chave são os seguintes:

 PD - A probabilidade de incumprimento (Probability of Default) é uma estimativa da probabilidade de incumprimento num determinado horizonte temporal. É estimada tendo em conta cenários económicos e informações prospetivas.

- EAD A exposição em caso de incumprimento é uma estimativa da exposição numa data futura de incumprimento, tendo em conta as alterações previstas na exposição após a data de referência, incluindo os reembolsos de capital e juros, previstos por contrato ou de outra forma, e os juros acumulados decorrentes de pagamentos não efetuados.
- LGD A perda resultante do incumprimento é uma estimativa da perda que surge no caso de ocorrer um incumprimento num determinado momento. Baseia-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os que a Companhia esperaria receber. É normalmente expressa como uma percentagem da EAD..

A Companhia afeta os seus ativos sujeitos a cálculos de ECL a uma destas categorias, determinada da seguinte forma:

- 12mECL (Stage 1) Os 12m ECL são calculados como a parte dos LTECL que representam as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento num instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato. A Companhia calcula a provisão para 12mECL com base na expetativa de ocorrência de um incumprimento nos 12 meses seguintes à data de relato. Estas probabilidades de incumprimento esperadas para 12 meses são aplicadas a uma EAD prevista e multiplicadas pela LGD esperada e descontadas por uma TJE apropriada.
- LTECL (Stage 2) Quando um instrumento apresenta um aumento significativo do risco de crédito desde a sua origem, a Companhia regista uma provisão para os LTECL. Os mecanismos são semelhantes aos explicados acima, incluindo a utilização de múltiplos cenários, mas as PD e LGD são estimadas ao longo da vida do instrumento. As perdas esperadas são descontadas por uma TJE apropriada.
- Imparidade (Stage 3) Para instrumentos de dívida considerados com imparidade de crédito, a Companhia reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida desses instrumentos. O método é semelhante ao dos ativos LTECL, com a PD fixada em 100%.

#### Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas

As ECL relativas a instrumentos de dívida mensurados pelo FVOCI não reduzem a quantia escriturada destes ativos financeiros na demonstração da posição financeira, que permanece pelo justo valor. Em vez disso, uma quantia igual à dedução que surgiria se os ativos fossem mensurados pelo custo amortizado é reconhecida

no OCI com um débito correspondente nos ganhos ou perdas. O ganho acumulado reconhecido no OCI é reciclado para os ganhos ou perdas aquando do desreconhecimento dos ativos.

#### Informação prospetiva

Nos seus modelos ECL, a Companhia baseia-se numa vasta gama de informações prospetivas de dados económicos, tais como:

- Crescimento do PIB
- Taxas de base do Banco Central

#### vii) Anulações

Os ativos financeiros só são anulados, parcial ou totalmente, quando a Companhia tiver deixado de tentar a sua recuperação. Se o montante a anular for superior à provisão para perdas acumuladas, a diferença é primeiramente tratada como um acréscimo à provisão que é depois aplicada contra o montante bruto escriturado. Quaisquer recuperações subsequentes são creditadas nas despesas com perdas de crédito. Não houve amortizações durante os períodos relatados nestas demonstrações financeiras.

#### e) Reconhecimento de juros e proveitos equiparados

#### i) O método da taxa de juro efetiva

Nos termos da IFRS 9, as receitas de juros são registadas utilizando o método da taxa de juro efetiva para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Tal como acontece com os ativos financeiros que vencem juros anteriormente classificados como disponíveis para venda ou detidos até à maturidade de acordo com a IAS 39, o rendimento de juros dos ativos financeiros que vencem juros mensurados ao FVOCI de acordo com a IFRS 9 também é registado utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A TJE é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para a quantia escriturada bruta do ativo financeiro. A TJE (e, por conseguinte, o custo amortizado do ativo financeiro) é calculada tendo em conta os custos de transação e qualquer desconto ou prémio na aquisição do ativo financeiro, bem como as comissões e custos que são parte integrante da TJE.

A Companhia a reconhece os juros e proveitos equiparados utilizando uma taxa de retorno que representa a melhor estimativa de uma taxa de retorno constante durante a vida esperada do instrumento de dívida.

Se as expectativas dos fluxos de caixa de um ativo financeiro de taxa fixa forem revistas por razões que não sejam o risco de crédito, então as alterações aos fluxos de caixa contratuais futuros são descontadas à taxa TJE original com um consequente ajustamento à quantia escriturada. A diferença para a quantia escriturada anterior é registada como um ajustamento positivo ou negativo na quantia escriturada do ativo financeiro na demonstração da posição financeira com um aumento ou diminuição correspondente no rendimento de juros.

Para os instrumentos financeiros de taxa flutuante, a reestimativa periódica dos fluxos de caixa para refletir os movimentos nas taxas de juro do mercado também altera a taxa de juro efetiva, mas quando os instrumentos foram inicialmente reconhecidos por uma quantia igual ao capital, a reestimativa dos pagamentos de juros futuros não afeta significativamente a quantia escriturada do ativo ou do passivo.

#### ii) Juros e proveitos equiparados

Os juros e proveitos equiparados incluem os montantes calculados segundo o método do juro efetivo e outros métodos. Estes são divulgados separadamente na face da demonstração de resultados.

Nos juros e proveitos equiparados calculados pelo método do juro efetivo, a Companhia apenas inclui os juros de instrumentos financeiros ao custo amortizado ou EVOCI.

Os outros juros e proveitos similares incluem os juros de todos os ativos financeiros mensurados ao FVPL, utilizando a taxa de juro contratual.

A Companhia calcula os rendimentos de juros sobre os ativos financeiros, que não os considerados em imparidade de crédito, aplicando a TJE à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

#### iii) Instrumentos de capital

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos em resultados quando o direito ao seu recebimento é estabelecido.

#### f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros incluem essencialmente passivos de contratos de investimento e são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

#### g) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

#### h) Capital social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

#### i) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

#### j) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

#### k) Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

#### I) Contratos de seguro

A Companhia adotou o IFRS 17 – Contratos de Seguro a partir de 1 de janeiro de 2023. Esta resulta em mudanças significativas a nível da contabilização de contratos de seguro e de resseguro, que estão detalhadas abaixo.

#### Classificação dos contratos

#### Contratos de seguro

A Companhia reconhece como contratos de seguro, os contratos em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento coberto pelo seguro) afetar adversamente o tomador de seguro.

#### Contratos de resseguro cedido

A Companhia celebra acordos com o intuito de transferir o risco de seguro, juntamente com os respetivos prémios, para uma ou mais entidades resseguradoras. Se, a entidade resseguradora não tiver a capacidade de cumprir com as suas obrigações, a Companhia continua responsável perante os seus tomadores de seguro pela parcela ressegurada.

#### Nível de agregação

A Companhia determina o nível de agregação para os contratos de seguro emitidos dividindo-os por portfólios. Cada portfólio deve incluir contratos de seguro sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto.

A Companhia agrupou os seus portfólios tendo por base as suas linhas de negócio, correspondendo a Acidentes pessoais, Acidentes de trabalho, Doença, Incêndio e outros danos e Responsabilidade civil geral.

No reconhecimento inicial, os contratos de seguro inseridos em cada portfólio são divididos em grupos de:

- Contratos que são onerosos;
- Contratos que não apresentam uma possibilidade significativa de se tornarem posteriormente onerosos;
- Restantes contratos do portfólio.

A Companhia aplicou a metodologia anteriormente referida para os contratos de resseguro cedido, conforme previsto no normativo.

A norma IFRS 17 não permite que sejam incluídos num mesmo portfólio contratos emitidos com mais de um ano de intervalo. Este requisito leva a uma posterior divisão dos cohorts anuais ao nível do ano de emissão.

#### Separação de componentes

O normativo exige que a Companhia separe as componentes de investimento distintas do contrato de seguro de acolhimento. A Companhia não detém, ao momento, componentes de investimento, pelo que não necessita de efetuar esta separação.

#### **Reconhecimento inicial**

A Companhia reconhece um dado grupo de contratos de seguro por si emitidos a partir da primeira das seguintes ocorrências:

• início do período de cobertura do grupo de contratos;

- data em que o primeiro pagamento de um tomador de seguro do grupo se torna exigível;
- data em que o grupo se torna oneroso, no caso de grupos de contratos onerosos.
- No caso dos grupos de contratos de resseguro cedidos a Companhia reconhece-os a partir da primeira das seguintes datas:
- o início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguro cedidos;
- a data em que a entidade reconhece um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes. No entanto, se a Companhia celebra um contrato de resseguro conexo cedidos no grupo de contratos de resseguro cedidos reconhece-o nessa data ou antes.

#### Modelos de mensuração

A IFRS 17 introduz três modelos de mensuração, nos quais os proveitos de contratos de seguro são reconhecidos em ganhos e perdas ao longo do tempo, à medida que os serviços vão sendo prestados. Os modelos têm por base o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, um ajustamento para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros inerentes aos fluxos de caixa futuros, na medida em que não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa futuros, um ajustamento de risco para o risco não financeiro e também uma margem de serviços contratuais que representa o lucro ainda não realizado.

Os contratos de seguro com participação nos resultados devem de ser mensurados através da abordagem da comissão variável. Por outro lado, os contratos sem participação nos resultados são mensurados através do modelo geral de mensuração. Os contratos que tenham um período de cobertura igual ou inferior a 12 meses podem ser elegíveis para a aplicação da abordagem de imputação dos prémios.

Atendendo ao tipo de produtos detidos pela Companhia e também aos requisitos de aplicabilidade de cada um dos modelos de mensuração, a Companhia só irá aplicar apenas um dos três modelos previstos no normativo – a abordagem de imputação dos prémios.

#### **Fronteiras Contratuais**

O normativo prevê que a Companhia inclua no cálculo dos fluxos de caixa, ligados ao cumprimento dos contratos de seguro e dos contratos de resseguro detido, as estimativas dos fluxos de caixa futuros que se inscrevam dentro dos limites de

cada contrato do grupo. Os fluxos de caixa inscrevem-se dentro dos limites de um contrato de seguro se decorrem de direitos e obrigações de caráter substantivo existentes durante o período de relato por via dos quais a Companhia pode obrigar o tomador de seguro a pagar os prémios ou a entidade tem uma obrigação material de prestar serviços de contratos de seguro ao tomador de seguro.

Uma obrigação material de prestação de serviços de contratos de seguro termina quando:

- a Companhia tiver a possibilidade prática de reavaliar os riscos do tomador de seguro, pelo que pode fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente esses riscos; ou
- estiverem preenchidos ambos os seguintes critérios:
  - a) a Companhia tem a possibilidade prática de reavaliar os riscos da carteira de contratos de seguro que contém o contrato e, consequentemente, puder fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente o risco dessa carteira;
     e
  - b) a tarifação dos prémios até à data em que os riscos são reavaliados não tem em conta os riscos que dizem respeito a períodos posteriores à data de reavaliação.

No caso dos contratos de resseguro cedidos, a obrigação substantiva de receber serviços termina quando o ressegurador tem a possibilidade prática de reavaliar os riscos de seguro que lhe foram transferidos e, consequentemente, puder definir o preço ou o nível de benefícios que reflitam esse mesmo risco, ou quando o ressegurador tiver o direto substantivo de cessar a cobertura.

A Companhia não reconhece ativos ou passivos relativos a prémios ou sinistros que não estejam inseridos nas fronteiras contratuais – estes montantes dizem respeito a contratos de seguro futuros.

#### Aplicação dos modelos de mensuração aos contratos de seguro

#### Abordagem de imputação dos prémios

A abordagem de imputação dos prémios (PAA) é utilizada para simplificar a mensuração de grupos de contratos de seguro nas seguintes circunstâncias:

- existirem razões para crer que essa simplificação conduzirá a uma mensuração do passivo de cobertura remanescente do grupo que não será significativamente diferente caso não fosse utilizada esta abordagem; ou
- o período de cobertura de cada contrato do grupo (incluindo os serviços de contratos de seguro decorrentes de todos os prémios dentro dos limites contratuais, determinada nessa data) é igual ou inferior a um ano.

#### Mensuração no reconhecimento inicial

No reconhecimento inicial, a quantia escriturada do passivo corresponde: i) aos prémios eventualmente recebidos no reconhecimento inicial, se for o caso; ii) menos quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros nessa data; e iii) mais ou menos qualquer quantia decorrente do desreconhecimento nessa data do seguinte: 1. qualquer ativo para fluxos de caixa de aquisição de seguros; e 2. qualquer outro ativo ou passivo reconhecido anteriormente por fluxos de caixa relacionados com o grupo de contratos:

#### Mensuração subsequente

No final de cada período de relato subsequente, a quantia escriturada do passivo é a quantia escriturada no início do período de relato: i) mais os prémios recebidos durante o período; ii) menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; iii) mais quaisquer quantias respeitantes à amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidas como gastos no período de relato; iv) mais qualquer ajustamento de uma componente de financiamento; v) menos o montante reconhecido como rédito de seguros por serviços prestados nesse período; e vi) menos qualquer componente de investimento paga ou transferida para o passivo para sinistros ocorridos. Os fluxos de caixa de aquisição são reconhecidos como gastos ao longo do período de cobertura.

Os passivos para sinistros ocorridos compreendem os fluxos de caixa relativos a sinistros incorridos, incluindo eventos que já ocorreram para os quais ainda não foram reportados sinistros e outras despesas de seguro incorridas, sendo ajustados pelo efeito temporal do dinheiro e pelo efeito do risco financeiro.

#### Taxa de desconto

A Companhia mensura o valor temporal do dinheiro através da utilização de taxas de desconto que reflitam as características de liquidez dos contratos de seguro e que sejam coerentes com os preços de mercado correntes observáveis. As taxas de desconto excluem o efeito de fatores que influenciam esses preços de mercado observáveis, mas não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

A Companhia, para apurar a taxa de desconto, aplica a abordagem *bottom-up*. À luz desta abordagem a taxa de desconto é determinada ajustando a taxa de juro sem risco, a fim de refletir as diferenças entre as características de liquidez dos instrumentos financeiros que estão na base das taxas praticadas no mercado e as características de liquidez dos contratos de seguro. Assim, a taxa de desconto que está a ser aplicada resulta da soma entre a taxa de juro sem risco e o prémio de iliquidez.

A Companhia optou por desagregar os rendimentos e os gastos financeiros de seguros em resultados e outro rendimento integral.

#### Ajustamento de risco

O ajustamento de risco reflete o custo para suportar a incerteza sobre o montante e a ocorrência dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A norma não prevê uma metodologia específica para o cálculo do ajustamento de risco, ditando que deverá ser utilizado "expert judgment" por parte de cada entidade para determinar qual a técnica mais adequada para estimar esta métrica.

Neste sentido, a Companhia optou por utilizar o método do Custo de Capital para apurar o ajustamento de risco. Esta metodologia determina um montante de retorno exigido, descontando os retornos sobre o capital e traduzindo esse montante de retorno para um intervalo de confiança correspondente. O nível de confiança definido pela Companhia é de 80% em linha com o setor segurador europeu.

Na determinação da percentagem do ajustamento de risco para os contratos de resseguro cedido, a Companhia também tem em consideração o montante do risco que é transferido pelo tomador do grupo de contratos de resseguro para o emitente desses contratos..

#### Transição

No momento da transição, o normativo requer que a Companhia aplique a abordagem retrospetiva para reconhecer e mensurar tanto os contratos de seguro como os de resseguro cedido. À luz desta abordagem, a IFRS 17 teria de ser aplicada como se estivesse desde sempre em vigor.

No entanto, se tal for impraticável o normativo prevê duas possíveis alternativas: a abordagem retrospetiva modificada e a abordagem do justo valor.

A Companhia só conseguiria aplicar a abordagem retrospetiva se existissem dados históricos necessários completos para todos os movimentos contabilísticos em causa. Dadas as limitações nos dados históricos disponíveis, a Companhia aplicou aos seus contratos a abordagem retrospetiva modificada.

#### Abordagem retrospetiva modificada

O objetivo da abordagem retrospetiva modificada é alcançar um resultado o mais próximo possível da aplicação retrospetiva utilizando informações razoáveis e suportáveis disponíveis sem custos ou esforços indevidos. Contudo, esta abordagem introduz algumas simplificações à abordagem retrospetiva, nomeadamente, no que diz respeito:

- às avaliações dos contratos de seguro ou de grupos de contratos de seguro efetuadas na data de celebração ou de reconhecimento inicial;
- às quantias relativas à margem de serviços contratuais ou à componente de perda dos contratos de seguro sem características de participação direta;
- aos rendimentos ou gastos financeiros de seguros.

A Companhia aplicou esta abordagem à totalidade dos portfólios IFRS 17 dos contratos

#### Contas a receber e a pagar por operações de seguro direto

Os saldos das contas a receber e a pagar associados aos contratos de seguro são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para os agentes angariadores e tomadores de seguro.

Quando houver evidência objetiva de que um destes ativos possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

#### Contas a receber e a pagar por operações de resseguro

A Companhia no decurso normal da sua atividade cede negócio aos Resseguradores, tendo por base os princípios definidos nos tratados de resseguro. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de Companhias de seguro aos resseguradores, por sua vez relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionadas com o Resseguro Cedido, no âmbito de contratos de resseguro, que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

#### m) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens reconhecidos diretamente no Capital Próprio, caso em que são também registados por contrapartida do Capital Próprio.

Os impostos diferidos registados no Capital Próprio decorrentes da reavaliação de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas são posteriormente reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se estimam pagar com base no resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada. Os impostos diferidos são calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando os ajustamentos fiscais se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

#### n) Benefícios concedidos aos empregados

#### Plano de benefícios pós emprego

Em 2 de dezembro de 2020, as seguradoras Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) atualmente em vigor e que foi assinado entre as diversas seguradoras a operar no mercado nacional e sindicatos representativos da classe profissional (STAS, SISEPE SINAPSA), a 6 de abril de 2020. De acordo com o n.º 1 da cláusula 52ª do ACT, "Todos os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, com contratos de trabalho sem termo, beneficiam de um Plano Individual de Reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à Companhia".

O plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

Tendo em conta o disposto no nº 1 do Anexo VII do novo ACT, a Companhia efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente a 3,25% do ordenado anual do trabalhador.

O plano individual de reforma prevê a garantia de capital investido.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem efetuadas.

#### Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)

Ao abrigo da cláusula 44ª do ACT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após este completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na Companhia a seguir indicados, o prémio pecuniário será substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a. Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b. Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- c. Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

#### Benefícios de saúde

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de assistência médica.

Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

#### Bónus de desempenho

A política de remuneração dos Colaboradores é definida pelo Conselho de Administração e poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base

nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia.

Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

#### Estimativa para férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos Colaboradores são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" no passivo da Demonstração da posição financeira.

#### o) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, num montante que possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido em provisões consiste no valor atual da melhor estimativa dos recursos necessários para liquidar a obrigação, na data de relato. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Companhia é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não são possíveis evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que se verifica uma possibilidade não remota de uma saída de recursos englobando benefícios. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos..

#### p) Transações em moeda estrangeira

As conversões para Euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) são convertidos para Euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas, as quais são registadas em reservas.

#### q) Ativos sob direito de uso e passivos de locação

Com a entrada em vigor da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, a qual introduziu alterações significativas na contabilização de alguns contratos de locação, a Companhia passou a ter de reconhecer contabilisticamente um passivo de locação e um ativo de "direito de uso".

O passivo de locação corresponde ao valor atual das rendas a pagar durante o período de locação, descontado à taxa de juro implícita do contrato. O passivo deverá ser remensurado sempre que existirem alteração no contrato de locação que assim o justifiquem.

O ativo relativo ao direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, sendo posteriormente depreciado pelo método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Será igualmente sujeito a teste de imparidade e ajustado caso sejam efetuadas remensurações no passivo de locação.

Os critérios para que um contrato de locação seja enquadrado na IFRS 16 são: (i) identificar um ativo ou conjunto de ativos, explicitamente ou implicitamente e (ii)

103

controlo sobre o ativo ou conjunto de ativos; (iii) benefício económico futuro do uso. Adicionalmente a IFRS 16 prevê a isenção de tratamento para contratos de locação cuja a maturidade é inferior a 12 meses e/ou os ativos subjacentes sejam de valor inferior a 5.000 dólares. Nestas circunstâncias a Companhia regista o pagamento das rendas por contrapartida do reconhecimento de gastos no exercício.

#### r) Reconhecimento de outros rendimentos e gastos

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

#### s) Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), sendo a sua venda altamente provável.

Previamente à classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Posteriormente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

# 3. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize julgamentos e efetue estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são a seguir divulgados, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Na Nota 2 foi apresentada uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Companhia, que levariam a resultados diferentes dos obtidos. No entanto, o Conselho de Administração entende que os julgamentos e as estimativas utilizadas são os adequados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas seriam mais apropriadas.

#### a) Passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística com a designação de passivos de contratos de seguro.

Os passivos de contratos de seguro são determinados, conforme explicado na alínea l) tendo por base vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas.

Os pressupostos utilizados baseiam-se na experiência da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estime pagar é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece passivos para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro, avaliando periodicamente as suas responsabilidades, tendo em consideração as coberturas de resseguro respetivas previstas nos tratados celebrados.

Variáveis na determinação da estimativa dos passivos podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais.

Poderá existir ainda uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado à Companhia, acomodado no passivo IBNR.

Na determinação dos passivos decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

#### b) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo a entidades especializadas) e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados

## c) Imparidade dos ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas e dos ativos detidos até à maturidade

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas nomeadamente para os de rendimento variável (ações e unidades de participação), quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Atualmente a Companhia não detém ações ou unidades de participação classificadas como ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas.

Relativamente a títulos de dívida, eventos que alterem os fluxos de caixa futuros estimados são tomados em consideração para o apuramento da necessidade, ou não, do reconhecimento de uma perda por imparidade.

A Companhia efetua igualmente um cálculo para perdas de crédito esperadas (ECL) base em cenários para medir os défices de caixa esperados, descontadas a uma taxa de juro efetiva apropriada. Um défice de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa que são devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

#### d) Imparidade de ativos intangíveis

A Companhia efetua uma análise de indicadores de imparidade dos ativos intangíveis, tendo por base a estimativa do valor atual dos fluxos de caixa esperados associados a cada ativo.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade por reconhecer, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

#### e) Impostos sobre lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos ou doze anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras

### 4. Impactos da transição

A adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2023, nomeadamente IFRS 17 e IFRS 9, tem como data de referência de transição 31 de dezembro de 2021.

Os impactos da adoção destas normas na Demonstração da Posição Financeira à data de transição são analisados como segue:

							EUROS
	2021	AJUSTAMENTO IFRS 9	AJUSTAMENTO IFRS 17	EFEITO FISCAL	AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO	RECLASSIFICAÇÕES	"2021 REEXPRESSO"
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.228.835	-	-	-	-	-	5.228.835
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	44.596.141	-	-	-	-	-	44.596.141
Ativos de contratos de resseguro	770.934	-	(10.669)	-	(10.669)	-	760.265
Outros ativos	4.995.172	-	-	-	-	(322.675)	4.672.497
Ativos	55.591.082	-	(10.669)	-	(10.669)	(322.675)	55.257.738
Passivos de contratos de seguro	19.101.618	-	(5.705.658)	-	(5.705.658)	(322.675)	13.073.285
Passivos por impostos	3.172.631	-	-	1.509.172	1.509.172	-	4.681.803
Outros passivos	10.005.854		-	-	-	-	10.005.854
Passivos	32.280.103	-	(5.705.658)	1.509.172	(4.196.486)	(322.675)	27.760.942
Capital	7.500.000	-	-	-	-	-	7.500.000
Reservas de reavaliação	232.059	66.392	-	-	66.392	-	298.451
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro e resseguro	-	-	6.598	-	6.598	-	6.598
Reserva por impostos	(61.496)	-	-	(19.342)	(19.342)	-	(80.838)
Outras reservas	6.236.104	-	-		-	-	6.236.104
Resultados transitados	-	(66.392)	5.688.391	(1.489.830)	4.132.169	9.404.312	13.536.481
Resultado do exercício	9.404.312	-	-	-	-	(9.404.312)	-
Capital próprio	23.310.980	-	5.694.989	(1.509.172)	4.185.817	-	27.496.796

## 5. Reporte por segmentos

A Companhia opera nos ramos não vida e explora os ramos de acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil geral. A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

Os principais valores, por segmento de negócio da Companhia, são os seguintes, em 2023 e 2022:

RÉDITOS DE CONTRATOS DE SEGURO   CONTRATOS DE RESSEGURO   CONTRATOS DE CONTRATOS DE CONTRATOS	(73.502.884) 654.140 (	ΓAL
CONTRATOS DE SEGURO	(139.316) (4)	
CONTRATOS DE SEGURO	(47.396.228) 134.461	tirriscos habitação
CONTRATOS DE CONTRATOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO   CONTRATOS DE RESSE		
CONTRATOS DE CONTRATOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO CONTRATOS DE RESSEGURO DE CONTRATOS DE RESSEGURO DE SEGURO DE SEGUR	(19.939.941) 512.333	nça
CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS DE CONTRATOS CONTRATOS DE CONTRATOS CONTRATOS DE CONTRATOS CONTRATOS DE CONTRATOS CONTRATOS DE CONTRATOS DE CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS DE CONTRATOS CONTRATOS DE CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS DE CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS DE CONTRATOS CONTRATOS DE CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS DE CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS DE CONTRATOS DE CONTRATOS DE CONTRATOS DE CONTRATOS CONTRATOS DE	(5.990.329) 2.499	entes pessoais
CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS DE CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS DE CONTRATOS CONTRATOS DE SEGURO	(37.070) 4.851	entes de trabalho
CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS CONTRATOS DE CONTRATOS		lentes e doença
	CONTRATOS CONTRATOS DE SEGUROS DE DE	

geral TOTAL	94.271.331	(66.518.046)	344.021	(8.380.091)	19.717.215	1.343.500	(19.749.428)	(18.405.928)
Responsabilidade civil	30.784	(40.743)	280	(7.767)	(17.447)	5.649	(18.032)	(12.383)
Multirriscos habitação	64.045.038	(47.988.937)	665	(6.886.286)	9.170.480	80.211	(15.747.905)	(15.667.694)
Incêndio e outros danos								
Doença	19.647.383	(12.759.357)	337.835	(1.259.782)	5.966.079	1.114.959	(2.287.376)	(1.172.417)
Acidentes pessoais	10.474.461	(5.702.055)	2.496	(182.940)	4.591.961	140.048	(1.661.948)	(1.521.900)
Acidentes de trabalho	73.665	(26.954)	2.745	(43.315)	6.141	2.633	(34.166)	(31.533)
Acidentes e doença								
	RÉDITOS DE CONTRATOS DE SEGURO	GASTOS DE CONTRATOS DE SEGUROS	RÉDITOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO	GASTOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO	RESULTADO DE CONTRATOS DE SEGURO	ATIVOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO	PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
								2022

# 6. Réditos de contratos de seguro

Os réditos de contratos de seguro são analisados como se segue:

EUROS

		LUNUS
	2023	2022
Acidentes e doença		
Acidentes de trabalho	80.329	73.665
Acidentes pessoais	10.837.038	10.474.461
Doença	31.557.153	19.647.383
Incêndio e outros danos		
Multirriscos habitação	70.099.018	64.045.038
Responsabilidade civil geral	30.328	30.784
TOTAL	112.603.866	94.271.331

## 7. Gastos de contratos de seguros

Os gastos de contratos de seguros são analisados como se segue:

								EUROS
	SINISTROS OCORRIDOS E OUTROS GASTOS ATRI- BUÍVEIS	CUSTOS DE AQUISIÇÃO ATRIBUÍVEIS	ALTERAÇÕES RELATIVAS A SERVIÇOS PASSADOS	2023	SINISTROS OCORRIDOS E OUTROS GASTOS ATRI- BUÍVEIS	CUSTOS DE AQUISIÇÃO ATRIBUÍVEIS	ALTERAÇÕES RELATIVAS A SERVIÇOS PASSADOS	2022
Acidentes e doença								
Acidentes de trabalho	(24.274)	(22.420)	9.624	(37.070)	(21.034)	(19.003)	13.082	(26.954)
Acidentes pessoais	(778.353)	(5.153.957)	(58.019)	(5.990.329)	(582.946)	(5.107.413)	(11.696)	(5.702.055)
Doença	(6.931.739)	(15.430.632)	2.422.431	(19.939.941)	(3.233.849)	(10.398.290)	872.781	(12.759.357)
Incêndio e outros danos								
Multirriscos habitação	(31.474.458)	(28.960.737)	13.038.966	(47.396.228)	(32.261.278)	(26.378.079)	10.650.421	(47.988.937)
Responsabilidade civil geral	(28.349)	(111.403)	437	(139.316)	(3.013)	(12.054)	(25.676)	(40.743)
TOTAL	(39.237.173)	(49.679.149)	15.413.439	(73.502.884)	(36.102.120)	(41.914.838)	11.498.912	(66.518.046)

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios sinistros, aquisição, gastos e resultados de contratos de seguro:

EUROS

	2023	2022
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros + Alterações relativa a serviços passados / Réditos de contrato de seguro	21%	26%
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros/ Réditos de contratos de seguro	44%	44%
Gastos de contratos de seguro/ Réditos de contratos de seguro	65%	71%
Resultados de contratos de seguro/ Réditos de contratos de seguro	25%	21%

## 8. Réditos e gastos de contratos de resseguro

Os réditos e gastos de contratos de resseguro são analisados como segue:

EUROS

	RÉDITOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO	GASTOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO	2023	RÉDITOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO	GASTOS DE CONTRATOS DE RESSEGURO	2022
Acidentes e doença						
Acidentes de trabalho	4.851	(45.782)	(40.931)	2.745	(43.315)	(40.570)
Acidentes pessoais	2.499	(169.363)	(166.864)	2.496	(182.940)	(180.445)
Doença	512.333	(1.942.876)	(1.430.543)	337.835	(1.259.782)	(921.947)
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	134.461	(9.102.635)	(8.968.174)	665	(6.886.286)	(6.885.621)
Responsabilidade civil geral	(4)	(19.766)	(19.771)	280	(7.767)	(7.488)
TOTAL	654.140	(11.280.423)	(10.626.282)	344.021	(8.380.091)	(8.036.069)

109

# Aegon Santander - Seguros Não Vida

# 9. Resultados da componente financeira dos contratos de seguro

Os Resultados da componente financeira dos contratos de seguro são analisados como se segue:

						EUROS
	RECONHECIDO EM RESULTADOS	RECONHECIDO EM RESERVAS	2023	RECONHECIDO EM RESULTADOS	RECONHECIDO EM RESERVAS	2022
Acidentes e doença						
Acidentes de trabalho	29	(3.721)	(3.692)	58	340	398
Acidentes pessoais	1.432	(2.988)	(1.556)	1.418	34.558	35.975
Doença	934	(2.339)	(1.405)	5.962	6.542	12.505
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	32.618	36.296	68.914	86.060	(10.705)	75.355
Responsabilidade civil geral	6	(4.028)	(4.022)	5	92	97
TOTAL	35.019	23.219	58.239	93.503	30.827	124.330

Os Resultados da componente financeira dos contratos de resseguro são analisados como se segue:

						EUROS
	RECONHECIDO EM RESULTADOS	RECONHECIDO EM RESERVAS	2023	RECONHECIDO EM RESULTADOS	RECONHECIDO EM RESERVAS	2022
Acidentes e doença						
Acidentes de trabalho	(10)	(120)	(130)	(6)	(68)	(74)
Acidentes pessoais	(25)	(228)	(252)	294	(619)	(326)
Doença	(301)	(11.699)	(12.001)	(227)	(2.612)	(2.839)
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	(100)	37	(63)	(268)	(1.680)	(1.947)
Responsabilidade civil geral		(635)	(635)	-	-	
TOTAL	(436)	(12.645)	(13.081)	(208)	(4.978)	(5.186)

### 10. Rendimentos e gastos de investimentos

A rubrica de rendimentos corresponde aos juros reconhecidos no exercício originados pelos Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas.

A rubrica gastos de investimentos corresponde ao custo amortizado pela taxa efetiva dos Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas.

Os dos Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas são exclusivamente obrigações. Ver Nota 13.

## 11. Gastos atribuíveis e não atribuíveis

Os Gastos atribuíveis e não atribuíveis são repartidos como segue:

								EUROS
	GASTOS ATRIBUÍVEIS A SINISTROS E OUTROS GASTOS	GASTOS ATRI- BUÍVEIS A AQUISIÇÃO	GASTOS NÃO ATRIBUIVEIS	2023	GASTOS ATRIBUÍVEIS A SINISTROS E OUTROS GASTOS	GASTOS ATRIBUÍVEIS A AQUISIÇÃO	GASTOS NÃO ATRIBUIVEIS	2022
Gastos com o pessoal	338.990	564.646	1.219.838	2.123.474	239.548	399.008	862.000	1.500.556
Fornecimentos e serviços externos	1.529.379	937.855	1.448.567	3.915.801	1.076.544	758.065	1.658.624	3.493.233
Impostos e taxas	-	-	274.562	274.562	-	-	230.608	230.608
Depreciações e amortizações do exercício	88.318	409.096	63.531	560.945	119.183	440.852	19.229	579.264
Juros	4.239	7.061	15.255	26.556	1.471	2.450	5.294	9.215
Comissões	444.159	-	18.813	462.972	417.427	-	16.358	433.785
TOTAL	2.405.086	1.918.658	3.040.566	7.364.310	1.854.173	1.600.376	2.792.113	6.246.662

Em 2023 e 2022, estes gastos são detalhados como segue:

		EUROS
	2023	2022
Gastos com o pessoal	2.123.474	1.500.556
Fornecimentos e serviços externos	3.915.801	3.493.233
Impostos e taxas	274.562	230.608
Depreciações e amortizações do exercício	560.945	579.264
Juros	26.556	9.215
Comissões	462.972	433.785
TOTAL	7.364.310	6.246.662

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

		EUROS
	2023	2022
Remunerações		
Dos órgãos sociais	148.763	109.188
Do pessoal	1.635.958	1.129.771
Encargos sobre remunerações	289.914	215.988
Benefícios pós-emprego	•	-
Planos de contribuição definida	23.077	17.592
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	5.924	5.133
Seguros	14.138	18.398
Outros gastos com pessoal	5.700	4.486
TOTAL	2.123.474	1.500.556

#### A remuneração dos Órgãos Sociais, encontra-se detalhada no quadro que se segue:

		EUROS
	2023	2022
REMUNERAÇÕES		
Conselho Fiscal		
Presidente	13.179	13.179
Vogal	8.970	8.970
Vogal	8.970	8.970
Conselho de Administração		
Administrador Delegado (*)	58.244	47.030
Conselho de Administração		
Remunerações variáveis (**)	59.400	31.039
TOTAL	148.763	109.188

(\*) inclui estimativas de custos com férias e subsidio de férias, não liquidados no ano em que os custos foram incorridos (\*\*) apenas Administrador Delegado

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, partilhando estruturas com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. tem ao seu serviço 90 colaboradores, incluindo o Administrador Delegado, (2022: 82).

Conforme referido na Nota 2, alínea n), nos termos do estabelecido no Acordo Coletivo para a atividade seguradora, cujo texto foi publicado no BTE nº4 de 29 janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores.

A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos Colaboradores que cumprem a regra acima referida.

O plano de pensões (plano individual de reforma – PIR) é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2023 ascendeu a 23 milhares de Euros (2022: 18 milhares de Euros).

Conforme referido na Nota 2, alínea n), ao abrigo do ACT, a cláusula 42ª contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (a Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (a Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2023 ascendeu a 6 milhares de Euros (2022: 5 milhares de Euros).

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como se segue:

FLIROS	

	2023	2022
Material de escritório	4.287	1.981
Comunicação	176.929	149.449
Deslocações e estadas	3.412	1.910
Trabalhos especializados	3.566.470	3.155.488
Outros fornecimentos e serviços	164.703	184.405
TOTAL	3.915.801	3,493,233

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - trabalhos especializados. Os respetivos honorários ascenderam a 92 milhares de Euros (2022: 60 milhares de Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia (no montante de 75 milhares de Euros (2022: 43 milhares de Euros)) e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial (no montante de 17 milhares de Euros (2022: 16 milhares de Euros)).

A rubrica de trabalhos especializados inclui ainda o montante de 1,9 milhões de Euros relacionado com serviços informáticos e de tecnologia (2022: 1,4 milhões de Euros), bem como 334 milhares de Euros (2022: 646 milhares de Euros) relativos a gastos de consultoria associados a projetos de natureza atuarial, comercial e de implementação da nova norma contabilística IFRS 17.

Esta rubrica inclui ainda custos incorridos relativos a serviços de suporte à exploração e administrativos, contratados à Aegon Agrupación de Interés Económico no montante de 590 milhares de Euros (2022: 553 milhares de Euros), (ver Nota 23), bem como outros gastos de consultoria e serviços de *outsourcing*.

As depreciações e amortizações do exercício em 2023 e 2022 são analisadas como segue:

FU	RC.	19

	2023	2022
Terrenos e Edificios	110.593	33.473
Ativos intangíveis	450.352	545.790
TOTAL	560.945	579.264

## 12. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisado como se segue::

FUROS

		201103
	2023	2022
Caixa e seus equivalentes	-	-
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	2.112.261	6.221.895
TOTAL	2.112.261	6.221.895

Os valores em depósitos à ordem em Instituições de Crédito dizem respeito a depósitos da Companhia junto do Banco Santander Totta, S.A.

# 13. Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas

Os Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas desagregam-se da seguinte forma:

							EUROS
	CUSTO	,			JUSTO VALOR	JURO DECORRIDO	VALOR DE BALANÇO
	AMORTIZADO	POSITIVA	NEGATIVA	PROVI- SÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO		PECONNIDO	BALAITÇO
Ativos disponíveis para venda							
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
Títulos de dívida pública	29.698.059	100.890	(367.411)	54.599	29.486.137	140.319	29.626.457
De outros emissores	34.019.648	94.702	(1.870.462)	7.047	32.250.936	176.745	32.427.681
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	63.717.707	195.592	(2.237.872)	61.647	61.737.073	317.064	62.054.137

							Euros
	CUSTO AMORTIZADO =	,,			JUSTO VALOR	JURO DECORRIDO	VALOR DE BALANÇO
	AMORTIZADO -	POSITIVA	NEGATIVA	PROVI- SÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO		DECORRIDO	BALAINÇO
Ativos disponíveis para venda							
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
Títulos de dívida pública	19.474.514	-	(773.383)	67.284	18.768.415	158.007	18.926.423
De outros emissores	34.222.272	-	(3.161.179)	14.407	31.075.500	186.435	31.261.934
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	53.696.786	-	(3.934.562)	81.691	49.843.915	344.442	50.188.357

FUROS

#### 14. Terrenos e Edifícios

Em 1 de Setembro de 2022, a Companhia assinou um contrato de arrendamento relativo aos seus novos escritórios. De acordo com o IFRS16, a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso de imóveis e um passivo de locação na data de início da locação.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisado como se segue:

		201103
	2023	2022
Ativo sob direito de uso - Edifício	549.574	502.099
Depreciações acumuladas	(144.066)	(33.473)
TOTAL	405.508	468.626

Adicionalmente, ver Nota 18.

#### 15. Outros ativos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisado como se segue:

		EUROS
	2023	2022
Direito de aquisição da Carteira Liberty	4.400.000	4.400.000
Transferência da carteira de acidentes pessoais	500.000	500.000
Transferência da carteira comercializada pela Popular Seguros	1.871.535	1.871.535
Despesas com aplicações informáticas	2.047.674	1.724.304
	8.819.209	8.495.839
Amortizações acumuladas	(4.911.774)	(4.461.423)
TOTAL	3.907.435	4.034.416

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2023 e 2022 são analisados como se segue:

EUROS

	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	AMORTIZAÇÕES	VALOR DE BALANÇO
Outros ativos intangíveis				
Direito de aquisição da Carteira Liberty	2.580.095	-	(205.897)	2.374.199
Transferência da carteira de acidentes pessoais	18.353	-	(10.511)	7.842
Transferência da carteira comercializada pela Popular Seguros	1.302.796	-	(127.949)	1.174.846
Despesas com aplicações informáticas	133.172	323.370	(105.995)	350.547
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	4.034.416	323.370	(450.352)	3.907.435

EUROS

	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	AMORTIZAÇÕES	VALOR DE BALANÇO
Outros ativos intangíveis				
Direito de aquisição da Carteira Liberty	2.794.571	-	(214.476)	2.580.095
Transferência da carteira de acidentes pessoais	32.899	-	(14.547)	18.353
Transferência da carteira comercializada pela Popular Seguros	1.448.805	-	(146.009)	1.302.796
Despesas com aplicações informáticas	205.214	98.717	(170.759)	133.172
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	4.481.489	98.717	(545.790)	4.034.416

O saldo da rubrica "Direito de aquisição da Carteira Liberty" corresponde ao preço acordado entre o Banco Santander Totta, S.A. e a Companhia para a aquisição por esta do direito de opção de ser designada como a Companhia de seguros adquirente da Carteira Liberty (Ver Nota 1).

O saldo da rubrica "Transferência da carteira não vida" corresponde ao preço final da transmissão da carteira de seguros não vida anteriormente detida pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., conforme descrito na Nota 1. Para efeitos de definição do preço de transferência, esta carteira foi avaliada pela Ernst & Young Servicios Corporativos, S.L., com referência a 30 de novembro de 2014, de acordo com o método do desconto dos dividendos futuros, utilizando uma taxa de desconto de 13,5%.

No final de 2018, a Companhia celebrou com a Popular Seguros, S.A. um contrato através do qual adquiriu um ramo de atividade constituído por uma carteira de apólices de seguros dos ramos acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil geral, juntamente com todos os elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetas à referida carteira, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores, pelo montante total de 2,0 milhões de Euros. Para efeitos de definição do preço de transferência, foi utilizado o método cash flows futuros descontados, utilizando uma taxa de desconto de 11,5%. Os cash flows futuros foram projetados até ao término de cada apólice, considerando uma taxa de anulação adequada ao portfolio.

O preço final acordado para a transferência foi posteriormente ajustado para 1,9 milhões de Euros, tendo em conta as cláusulas de ajustamento de preço previstas no referido contrato.

Para além dos ativos e passivos identificados no contrato de transferência a Companhia identifica ainda como um ativo intangível adquirido o "value of business acquired" (VOBA) relativo à carteira de seguros que faz parte integrante do negócio. O VOBA da referida carteira de seguros ascende a 1,9 milhões de Euros e pretende refletir o valor estimado dos benefícios económicos futuros que serão gerados pelas apólices que constituem a referida carteira.

Como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma análise a indicadores de imparidade destes ativos. Esta análise incluiu entre outros aspetos a comparação dos principais pressupostos incluídos na avaliação que definiu o preço de transferência com a atual evolução das carteiras, em particular (i) comportamento de anulação dos contratos; (ii) evolução da sinistralidade; e (iii) rentabilidade efetiva da carteira. Adicionalmente, foram considerados a existência de fatores externos e internos que possam afetar os cash flows futuros. Esta análise permitiu concluir sobre a inexistência de indicadores de imparidade.

Estes ativos serão amortizados ao longo do período em que se espera que as referidas carteiras gerem benefícios económicos para a Companhia. O saldo remanescente será amortizado da seguinte forma:

						EUROS
AMORTIZAÇÃO ESTIMADA	2024	2025	2026	2027	2028	APÓS
Direito de aquisição da Carteira Liberty	198.000	190.000	182.000	175.000	168.000	1.462.000
Transferência da carteira de acidentes pessoais	8.000	-	-	-	-	-
Transferência de unidade de negócio ex-Popular Seguros	113.000	100.000	89.000	80.000	72.000	721.000

As Despesas com aplicações informáticas correspondem ao custo de aquisição do software em uso e que permite à Companhia exercer a sua atividade, o qual é amortizado a partir da entrada em funcionamento de cada módulo e ao longo da vida útil estimada de cada aplicação.

Para os restantes ativos, considera-se que o valor contabilístico relevado, não difere significativamente do valor de realização dos ativos intangíveis detidos.

# Aegon Santander - Seguros Não Vida

# 16. Ativos e passivos de contratos de seguro e resseguro

Os Ativos e passivos relativos a serviços futuros decompõem-se como se segue em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

EUROS

	SEGURO DIRETO	RESSEGURO	2023	SEGURO DIRETO	RESSEGURO	2022
Acidentes e doença						
Acidentes de trabalho	(19.673)	-	(19.673)	(18.495)	-	(18.495)
Acidentes pessoais	(275.535)	10.767	(264.768)	(269.272)	14.394	(254.878)
Doença	(1.386.994)	-	(1.386.994)	(989.380)	-	(989.380)
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	(2.269.365)	-	(2.269.365)	(2.207.813)	-	(2.207.813)
Responsabilidade civil geral	(10.177)	-	(10.177)	(11.922)	-	(11.922)
TOTAL	(3.961.743)	10.767	(3.950.976)	(3.496.882)	14.394	(3.482.488)

Os Ativos e passivos relativos a serviços passados decompõem-se como se segue em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

EUROS

						LONOS
	SEGURO DIRETO	RESSEGURO	2023	SEGURO DIRETO	RESSEGURO	2022
Acidentes e doença						
Acidentes de trabalho	(28.226)	5.851	(22.376)	(15.671)	2.633	(13.038)
Acidentes pessoais	(1.610.625)	141.710	(1.468.915)	(1.392.676)	125.654	(1.267.022)
Doença	(2.326.361)	1.829.324	(497.037)	(1.297.996)	1.114.959	(183.037)
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	(9.883.304)	134.549	(9.748.755)	(13.540.092)	80.211	(13.459.881)
Responsabilidade civil geral	(9.686)	8.984	(702)	(6.110)	5.649	(461)
TOTAL	(13 858 203)	2 120 418	(11 737 785)	(16 252 545)	1 329 106	(14 923 439)

#### A reconciliação dos passivos contratos de seguro é analisada como segue:

										EUROS
		BILIDADES RELATIVAS OBERTURA RESTANTE	SEGURO	PASSIVO TRATOS DE - SERVIÇOS PASSADOS			ABILIDADES RELATIVAS OBERTURA RESTANTE		PASSIVO TRATOS DE - SERVIÇOS PASSADOS	
	EXCLUINDO A COMPO- NENTE DE PERDA	COMPO- NENTE DE PERDA	VALOR ATUAL DOS CASH FLOWS FUTUROS	AJUSTA- MENTO DO RISCO	2023	EXCLUINDO A COMPO- NENTE DE PERDA	COMPO- NENTE DE PERDA	VALOR ATUAL DOS CASH FLOWS FUTUROS	AJUSTA- MENTO DO RISCO	2022
Ativos dos contratos de seguro de não vida em 1 de janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos/ (Passivos) líquidos de contratos de seguro de não vida em 1 de janeiro	(3.496.882)	-	(16.049.385)	(203.160)	(19.749.428)	(2.711.181)	-	(10.361.043)	(1.061)	(13.073.285)
Responsabi- lidades dos contratos de seguro de não vida em 1 de janeiro	(3.496.882)	-	(16.049.385)	(203.160)	(19.749.428)	(2.711.181)	-	(10.361.043)	(1.061)	(13.073.285)
Réditos de contratos de seguro	112.603.866	-	-	-	112.603.866	94.271.331	-	-	-	94.271.331
Gastos de contratos de seguros										
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	-	-	(39.263.956)	26.783	(39.237.173)	-		(35.900.021)	(202.099)	(36.102.120)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(49.679.149)	-	-	-	(49.679.149)	(41.914.838)	-	-	-	(41.914.838)
Alterações relativas a serviços passados	-	-	15.413.439	-	15.413.439	-	-	11.498.912	-	11.498.912
	(49.679.149)	-	(23.850.518)	26.783	(73.502.884)	(41.914.838)	-	(24.401.109)	(202.099)	(66.518.047)
Resultado dos serviços de seguros	62.924.717	-	(23.850.518)	26.783	39.100.982	52.356.493	-	(24.401.109)	(202.099)	27.753.284
Resultado da componente financeira de contratos de seguro		-	58.239	-	58.239	-	-	124.330	-	124.330
Total das variações da demonstração de resultados e do OCI	62.924.717	-	(23.792.279)	26.783	39.159.221	52.356.493	-	(24.276.779)	(202.099)	27.877.615
Fluxos de caixa										
Prémios recebidos	(112.949.074)	-	-	-	(112.949.074)	(94.720.319)	-	-	-	(94.720.319)
Sinistros e outras despesas pagas	-	-	26.159.839	-	26.159.839	-	-	18.588.437	-	18.588.437
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	49.559.496	-	-	-	49.559.496	41.578.125	-	-	-	41.578.125
Fluxos de caixa totais	(63.389.577)	-	26.159.839	-	(37.229.739)	(53.142.194)	-	18.588.437	-	(34.553.757)
Ativos/ (Passivos) líquidos de contratos de seguro de não vida em 31 de dezembro	(3.961.743)	-	(13.681.826)	(176.377)	(17.819.946)	(3.496.882)	-	(16.049.385)	(203.160)	(19.749.428)

H	П	R	n	١
_	_		$\overline{}$	-

		BILIDADES RELATIVAS OBERTURA RESTANTE		PASSIVO TRATOS DE - SERVIÇOS PASSADOS			BILIDADES RELATIVAS OBERTURA RESTANTE	SEGURO	PASSIVO TRATOS DE - SERVIÇOS PASSADOS	EUROS
	EXCLUINDO A COMPO- NENTE DE PERDA	COMPO- NENTE DE PERDA	VALOR ATUAL DOS CASH FLOWS FUTUROS	AJUSTA- MENTO DO RISCO	2023	EXCLUINDO A COMPO- NENTE DE PERDA	COMPO- NENTE DE PERDA	VALOR ATUAL DOS CASH FLOWS FUTUROS	AJUSTA- MENTO DO RISCO	2022
Ativos dos contratos de resseguro de não vida em 1 de janeiro	14.394	-	1.328.039	1.067	1.343.500	22.616	-	737.608	41	760.265
Ativos/ (Passivos) líquidos de contratos de resseguro de não vida em 1 de janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Responsabi- lidades dos contratos de resseguro de não vida em 1 de janeiro	14.394	-	1.328.039	1.067	1.343.500	22.616	-	737.608	41	760.265
Réditos de contratos de resseguro										
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros - ressegu- radores		-	761.914	(1.282)	760.632		-	1.166.513	1.027	1.167.540
Alterações relativas a serviços passados - ressegu- radores	-	-	(107.773)	-	(107.773)	-	-	(822.492)	-	(822.492)
	-	-	654.140	(1.282)	652.859	-	-	344.021	1.027	345.048
Gastos de contratos de resseguro	(11.280.423)	-	-	-	(11.280.423)	(8.380.091)	-	-	-	(8.380.091)
Resultado dos serviços de resseguros	(11.280.423)	-	654.140	(1.282)	(10.627.564)	(8.380.091)	-	344.021	1.027	(8.035.043)
Resultado da componente financeira de contratos de seguro		-	(13.081)	-	(13.081)	-		(5.186)	-	(5.186)
Total das va- riações da de- monstração de resultados e do OCI	(11.280.423)	-	641.059	(1.282)	(10.640.645)	(8.380.091)	-	338.835	1.027	(8.040.229)
Fluxos de caixa										
Prémios pagos, liquidos de fluxos de aquisição	11.276.796	-	-	-	11.276.796	8.371.868	-	-	-	8.371.868
Sinistros e outras despesas pagas	-	-	151.534	-	151.534	-	-	251.596	-	251.596
Fluxos de caixa totais	11.276.796	-	151.534	-	11.428.330	8.371.868	-	251.596	-	8.623.464
Ativos/ (Passivos) líquidos de contratos de resseguro de não vida em 31 de dezembro	10.767	-	2.120.632	(214)	2.131.185	14.394	-	1.328.039	1.067	1.343.500

O desenvolvimento dos passivos de contratos de seguro de serviços passados é analisado como segue:

						EUROS
	2024	2025	2026	2027	2028	TOTAL
Estimativas dos fluxos de caixa futuros	9.341.851	3.967.797	533.979	247.670	75.108	14.166.406
Efeito de desconto	(198.439)	(209.445)	(41.635)	(25.531)	(9.529)	(484.580)
Ajustamento do risco	-	-	-	-	-	176.377
PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO DE SERVIÇOS PASSADOS	9.143.412	3.758.352	492.344	222.139	65.579	13.858.203

# 17. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode decompor-se como se segue:

		EUROS
	2023	2022
Contas a receber por operações de seguro direto	72.144	61.290
Contas a receber por operações de resseguro	4.048	0
Contas a receber por outras operações	1.314.128	20.339
TOTAL	1.390.320	81.629

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de Contas a receber por operações, inclui o montante de 1,3 milhões de Euros a relativos a adiantamentos efetuados à entidade que presta serviços à Companhia no âmbito da gestão de sinistros. A esta data, o valor já se encontra liquidado na totalidade.

#### 18. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica diz respeito a depósitos recebidos de resseguradores no âmbito dos tratados de resseguro celebrados pela Companhia e também a Locações, desagregadas da seguinte forma:

		EUROS
	2023	2022
Depósitos recebidos de resseguradores	6.810	10.161
Outros	409.770	473.004
TOTAL	416.580	483.165

Em 1 de Setembro de 2022, a Companhia assinou um contrato de arrendamento dos seus novos escritórios. Decorrente acordo com o IFRS16, a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso de imóveis e um passivo de locação na data de início da locação.

O movimento ocorrido nos passivos de locações durante os exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

<b>EUROS</b>	5
--------------	---

	2023	2022
Outros passivos financeiros no inicio do período	473.004	-
Direito de uso - Edíficio	47.475	502.099
Juros	26.556	9.215
Pagamentos	(137.265)	(38.311)
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS NO FINAL DO PERÍODO	409.770	473.004

Os valores registados durante o ano são reconhecidos de acordo com os princípios definidos na IFRS 16 – "Locações" (nota 2, r)). Adicionalmente, ver Nota 14.

# 19. Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisado como se segue:

		EUROS
	2023	2022
Contas a pagar por operações de seguro direto	3.688.031	3.377.039
Contas a pagar por operações de resseguro	2.784.584	2.273.517
Contas a pagar por outras operações	2.037.633	2.638.152
TOTAL	8.510.249	8.288.709

A rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto inclui o montante de 3,6 milhões de Euros (2022: 3,2 milhões de Euros) a pagar ao Banco Santander Totta, S.A. relativo a comissões de mediação de contratos de seguro. Ver Nota 23.

A rubrica de Contas a pagar por outras operações, inclui o montante de 287 milhares de Euros a pagar a um fornecedor de tecnologia. A esta data este saldo está liquidado. Em 31 de dezembro de 2022 esta rubrica inclui o montante de 1,1

milhões de Euros a pagar ao fornecedor que presta apoio às atividades de gestão de sinistros do ramo Incêndio e outros danos, que foi liquidado em 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de Contas a pagar por outras operações, inclui ainda o montante de 1,6 milhões de Euros (2022: 1,2 milhões de Euros) a pagar à Aegon Santander Portugal Vida, S.A., relativo a custos com o pessoal, no âmbito da partilha de estruturas existente e pelo facto de todos os colaboradores terem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com as duas Companhias. Este saldo foi liquidado integralmente em janeiro de 2024. Ver Nota 23.

## 20. Ativos e passivos por impostos

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2023 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, acrescida das taxas de derrama previstas na legislação, aplicável de acordo com o lucro tributável da Companhia.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte. No entanto, é convicção do Conselho de Administração, não ser previsível qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos correntes, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são analisados como se segue:

						EUROS
	ATIVOS	PASSIVOS	2023	ATIVOS	PASSIVOS	2022
Impostos correntes						
IRC a pagar	-	3.477.062	(3.477.062)	-	1.241.959	(1.241.959)
Retenção de imposto na fonte	-	2.685	(2.685)	-	2.787	(2.787)
IVA a pagar	-	29.054	(29.054)	-	50.492	(50.492)
Selo	-	796.729	(796.729)	-	683.095	(683.095)
ANPC	-	121.075	(121.075)	-	105.988	(105.988)
INEM	-	94.694	(94.694)	-	77.964	(77.964)
Taxa para o FAT	-	404	(404)	-	381	(381)
Taxa para a ASF	-	140.279	(140.279)	-	122.257	(122.257)
Contribuições para a Segurança Social	-	3.627	(3.627)	-	3.548	(3.548)
TOTAL	-	4.665.609	(4.665.609)	-	2.288.469	(2.288.469)

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço, nos exercícios de 2023 e 2022, bem como os impactos das alterações do ano, são analisados como se segue:

					EUROS
	2022	RECONHECIDO EM GANHOS E PERDAS	RECONHECIDO EM RESERVAS	RECLASSIFI- CAÇÃO PARA IMPOSTOS CORRENTES	2023
Ativos / (passivos) por impostos diferidos					
Ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	1.054.463	-	(503.047)	-	551.416
Outros	3.040	-	1.986	-	5.026
Ajustamentos de transição	(1.898.800)	-	-	193.009	(1.705.791)
TOTAL	(841.297)	-	(501.061)	193.009	(1.149.349)

	2021	RECONHECIDO EM GANHOS E PERDAS	RECONHECIDO EM RESERVAS	RECLASSIFI- CAÇÃO PARA IMPOSTOS CORRENTES	2022
Ativos / (passivos) por impostos diferidos					
Ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	(61.496)	-	1.115.958	-	1.054.463
Outros	7.263	(4.223)	-	-	3.040
Ajustamentos de transição	(1.509.172)	(378.724)	(10.904)	-	(1.898.800)
TOTAL	(1.563.404)	(382.947)	1.105.054	-	(841.297)

De acordo com a legislação fiscal em vigor, os impactos decorrentes da adoção pela primeira vez Plano de Contas para as Empresas de Seguros aprovado na Norma Regulamentar nº 9/2022-R, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável correspondente ao período de tributação iniciado em 2023 e em cada um dos nove períodos de tributação subsequentes.

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como se segue:

	2023	2022
Resultado antes de impostos	25.940.191	17.206.470
Gasto de imposto nominal (26,8%)	(6.938.553)	(4.536.779)
Gasto de imposto efetivo	(6.960.496)	(4.554.207)
Taxa efetiva de imposto	26,8%	26,5%
Diferença	(21.943)	(17.428)
Tributação autónoma	(25.163)	(20.314)
Benefícios fiscais	4.479	5.209
Outros	(1.259)	(2.323)
DIFERENÇA	(21.943)	(17.428)

#### 125

#### 21. Acréscimos e Diferimentos

A rubrica acréscimos e diferimentos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como se segue:

		EUROS
	2023	2022
Ativo		
Acréscimos de proveitos	-	-
Gastos diferidos	-	1.750
Total acréscimos e diferimentos ativos	-	1.750
Passivo		
Acréscimos de gastos	-	-
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	(757.316)	(468.618)
Outros acréscimos de gastos	(2.164.494)	(1.556.249)
Total acréscimos e diferimentos passivos	(2.921.810)	(2.024.867)
TOTAL	(2.921.810)	(2.023.117)

A rubrica de Remunerações e respetivos encargos a liquidar inclui os montantes de 211 milhares de Euros (2022: 161 milhares de Euros) relativo a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício, bem como 530 milhares de Euros (2022: 296 milhares de Euros) de estimativa de bónus.

A rubrica de Outros acréscimos de gastos inclui essencialmente gastos de aquisição no montante de 1,5 milhões de Euros (2022: 949 milhares de Euros), serviços de informáticos 251 milhares de Euros (2022: 185) bem como custos de reporte regulatório, consultoria e outros trabalhos especializados no montante de 275 milhares de Euros (2022: 318 milhares de Euros) incorridos e ainda não liquidados.

# 22. Capital, reservas de reavaliação, outras reservas

#### **Capital**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é detido em 51% pela Aegon Iberia Holding B.V. e em 49% pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., estando representado por 7.500.000 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em junho de 2023, a Assembleia Geral da Companhia aprovou um aumento de capital social de 7,5 milhões de Euros para 12,4 milhões de Euros por incorporação do prémio de emissão, com o aumento proporcional, no valor nominal de todas as ações da Sociedade. Nessa mesma data, a Assembleia Geral, aprovou igualmente a redução do capital social de 12,4 milhões de Euros para 7,5 milhões de Euros, tendo por finalidade a libertação do excesso de capital, transferindo para reservas livres o montante do capital social liberto e por redução proporcional do valor nominal de todas as ações da Sociedade, que passam a ter o valor nominal unitário de 1 Euro por ação.

#### Resultados básicos por ação

Os resultados básicos por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia, e detalham-se do seguinte modo:

		EURUS
	2023	2022
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)	18.979.695	12.652.263
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (denominador)	7.500.000	7.500.000
TOTAL	2,53	1,69

#### Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros incluem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos, na parte que pertence ao Acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Ver adicionalmente a Nota 13.

#### Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no capital próprio, situação em que são também registados por contrapartida do capital próprio, na rubrica reserva por impostos diferidos. Os impostos diferidos

reconhecidos no capital próprio decorrentes da reavaliação de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Ver adicionalmente a Nota 20.

#### **Outras reservas**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica de outras reservas é analisado como segue:

		EUROS
	2023	2022
Reserva legal	3.441.916	2.276.535
Prémio de emissão	-	4.900.000
Reservas livres	2.880.099	-
TOTAL	6.322.015	7.176.535

Conforme explicado na Nota 1, em 2022, o prémio de emissão no montante de 4,9 milhões de Euros, correspondente preço pago pela Companhia pela compra do direito de aquisição da Carteira Liberty, no montante de 4,4 milhões de Euros, acrescido do preço pago pela transferência da carteira de apólices de seguro não vida, no montante de 500 milhares de Euros.

Durante o ano de 2023, foi realizado um aumento de capital por incorporação do prémio de emissão e uma redução de capital para reservas livre no mesmo montante. Em 2023 foram ainda distribuídas reservas livres aos Acionistas no montante 2 milhões de Euros.

## 23. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia comercializa Seguros Não Vida exclusivamente através das Agências do Banco Santander Totta, S.A., seguindo uma estratégia de aproveitamento de sinergias de distribuição das atividades bancária e seguradora.

A Companhia adquire alguns serviços a empresas dos Grupos Santander e Aegon, designadamente serviços bancários, informáticos e de suporte administrativos e

de suporte à exploração (gestão da carteira de investimentos, serviços atuariais, desenvolvimento de negócio, recursos humanos e outros serviços financeiros).

Por outro lado, em 2019, o Banco Santander Totta, S.A. contratou uma apólice de seguro do ramo Incêndio e outros danos. Em 2023, o Banco Santander Totta, S.A. contratou também apólices nos ramos Acidentes e Doença.

Adicionalmente, salienta-se que todos os colaboradores possuem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., encontrando-se definida a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. como o empregador que representa as Companhias no cumprimento dos deveres e no exercício dos direitos emergentes do contrato de trabalho.

Dos serviços prestados entre partes relacionadas, a Companhia reconheceu como gastos/perdas e proveitos/ganhos nas suas demonstrações financeiras os seguintes valores:

						EUROS
			2023			2022
	PROVEITOS / (CUSTOS)	OUTROS ATIVOS	SALDOS A RECEBER / (A PAGAR)	PROVEITOS / (CUSTOS)	OUTROS ATIVOS	SALDOS A RECEBER / (A PAGAR)
Banco Santander Totta, S.A.						
Comissões de mediação	(41.588.864)	-	(3.633.010)	(35.256.871)	-	(3.245.425)
Depósitos à Ordem	-	2.112.261	-	-	6.221.895	-
Suporte tecnológico	(228.687)	-	-	(262.125)	-	-
Prémios de seguro	836.423	-	-	506.369	-	-
Outros	(462.972)	-	-	(474.041)	-	-
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.						
Comissões de mediação	(9.796)	-	(858)	(11.066)	-	(6.345)
Santander Global Technology, S.L.						
Serviçios informáticos	(215.654)	-	-	(150.228)	-	(150.228)
Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE)						
Serviços administrativos e de exploração	(540.128)	-	-	(528.998)	-	-
Suporte tecnológico	(49.978)	-	-	(23.500)	-	-
Aegon Santander Portugal Vida, S.A.						
Custos com o pessoal	-	-	(1.584.343)	-	-	(1.193.458)
TOTAL	(42.259.656)	2.112.261	(5.218.212)	(36.200.459)	6.221.895	(4.595.456)

#### 24. Gestão de Riscos da Atividade

A Companhia tem implementado um sistema de gestão de riscos que se centra num processo de governação baseado no modelo das três linhas de defesa, no qual estão claramente definidas as responsabilidades pela aceitação, gestão, monitorização e reporte dos riscos, permitindo assim à Companhia cumprir o seu principal objetivo, que passa essencialmente por acrescentar valor ao seu negócio.

Assim, a primeira linha de defesa é composta pelas unidades operacionais que assumem os riscos e são responsáveis pela sua gestão numa base diária. A segunda linha de defesa integra as funções de gestão de risco, *compliance* e atuarial, que colaboram com as unidades operacionais na gestão e controlo dos diversos riscos. Por último, a terceira linha de defesa, que tem como objetivo avaliar de forma independente a efetividade do modelo de governo, do sistema de gestão de risco e dos controlos implementados, é assegurada pela função de auditoria interna.

Neste âmbito, as principais responsabilidades atribuídas às funções mencionadas anteriormente são:

#### Função de gestão de risco:

- Coordenar a implementação de um sistema de governação que promova uma tomada de decisão adequada e fundamentada;
- Identificar, mensurar e monitorizar os riscos a que Companhia está exposta, incluindo as interligações entre eles e os riscos potenciais e emergentes;
- Promover a definição do apetite ao risco e tolerância e monitorizar o seu cumprimento;
- Produzir orientações para o desenvolvimento das estratégias e processos para identificação, mensuração, monitorização, gestão e reporte dos riscos da Companhia.
- Implementar e monitorizar o cumprimento de diversas políticas de risco;
- Produzir relatórios quantitativos e qualitativos de análise de risco, internos e externos, incluindo o relatório do exercício ORSA.

#### Função atuarial:

• Emitir parecer, dirigido ao Órgão de Administração, sobre a adequação do nível de provisionamento, da política global de subscrição e dos tratados de resseguro;

129

- Coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no referido cálculo:
- Assegurar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, em especial no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência.

Função de verificação do cumprimento (Compliance):

- Exercer assessoria ao Órgão de Administração relativamente ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis;
- Avaliar o potencial impacto de eventuais alterações do enquadramento legal na atividade das Companhias;
- Identificar e avaliar o risco de incumprimento legal;
- Apoiar e acompanhar ações de auditoria externa e interna e efetuar e acompanhar as correções relativas a não conformidades;
- Promover e coordenar o processo de prevenção de branqueamento de capitais, assegurando o cumprimento da legislação;
- Assegurar o cumprimento das regras de conduta de mercado e dos normativos aplicáveis nesta matéria.

Função de auditoria interna:

- Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno;
- Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade;
- Elaborar e apresentar ao Órgão de Administração um relatório com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria, que identifique as recomendações que foram seguidas.

No exercício da sua atividade a Aegon Santander Portugal Não Vida identificou os seguintes riscos como aqueles aos quais poderá estar exposta:

#### A. Risco específico de seguro

O risco específico de seguro é definido como o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Reflete a incerteza de, no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com precisão o custo real efetivo dos sinistros futuros, assim como o momento temporal em que estes ocorrerão.

Esta categoria de risco é composta pelo risco de prémios, reservas, descontinuidade e catastrófico. Estes riscos são geridos com base nas políticas de subscrição, tarifação e desenvolvimento de produtos, resseguro e provisões técnicas.

Assim, a Política de Subscrição pretende assegurar que a Companhia mantém práticas de subscrição consistentes com o perfil de risco definido pelo Órgão de Administração, enquanto a Política de Tarifação e Desenvolvimento de Produtos contempla os controlos definidos para assegurar a suficiência de prémios, incluindo a identificação e incorporação nos prémios de elementos como opções e garantias, comportamento de tomadores, riscos de investimento, liquidez e estrutura de resseguro prevista.

Para tal, existem procedimentos internos definidos, que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos. Estas regras têm por base análises estatísticas efetuadas a vários indicadores da carteira, de forma a estabelecer o melhor preço possível face ao preço do risco. É também considerada a informação disponibilizada pelos resseguradores da Companhia. A adequação da tarifa é testada através de técnicas atuariais de projeção de cash-flows, enquanto a rentabilidade de cada produto é monitorizada anualmente.

A Política de passivos de contrato de seguro tem como principal objetivo assegurar que os passivos da Companhia representam, a qualquer momento, o valor atual das responsabilidades futuras assumidas no decurso da sua atividade. Como tal, esta Política documenta os controlos e regras necessárias ao processo por forma a dotar a Companhia de um nível de provisionamento adequado e suficiente.

Assim, a Companhia constitui provisões de acordo com a tipologia dos produtos, tendo por base estimativas e pressupostos que são definidos através de análises estatísticas de dados históricos internos e / ou externos. O nível de adequação

das estimativas das responsabilidades da atividade da Companhia é revisto anualmente e, caso se verifique um nível de insuficiência, é imediatamente reconhecida uma provisão adicional por forma a cobrir o valor atual dos cash-flows futuros esperados (sinistros, custos e comissões).

Por último, a Política de Resseguro inclui os controlos definidos para garantir que os resseguradores selecionados são adequados e que não existe uma excessiva concentração por contraparte, permitindo assim cumprir com o principal objetivo do resseguro, que é limitar o valor das perdas associadas a sinistros de grandes dimensões, tanto numa ótica individual, para os casos em que os limites das indemnizações são elevados, bem como na possibilidade de se verificar uma única ocorrência com impacto em múltiplos tomadores de seguro.

As principais características dos tratados de resseguro estão resumidas na tabela que se segue:

NOME DO TRATADO	TIPO DE TRATADO	RETENÇÃO DA COMPANHIA	LIMITE DO TRATADO
Acidentes pessoais telemarketing	Proporcional Quota-Share	70%	-
Acidentes pessoais 2015	Proporcional Surplus	80 000 €(1)	2.000.000€
Acidentes pessoais CAT	Não Proporcional Excess of Loss	135.000€	7.500.000 €
Acidentes de trabalho - QS	Proporcional Quota-Share	50%	400.000€
Acidentes de trabalho - XL	Não Proporcional Excess of Loss	100.000€	1.800.000€
Proteção Jurídica AT   Assistência MRH   Assistência Saúde   Assistência (apólices ex-Popular Seguros)   Proteção Jurídica (apólices ex-Popular Seguros)	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-
Multirriscos habitação - XL	Não Proporcional Excess of Loss	75.000 €	3.000.000€
Multirriscos habitação - CAT XL	Não Proporcional Excess of Loss	1.500.000€	300.000.000€
Multirriscos habitação - Prot Reinst	Proporcional Quota-Share	0%	-
Responsabilidade Civil	Proporcional Quota-Share	50%	-
Saúde Risco Base	Proporcional Quota-Share	40%	-
Saúde Doenças Graves Internacional	Proporcional Quota-Share	30%	-
Proteção Pagamentos (apólices ex-Popular Seguros)	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-

(1) por cabeça

No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos nas análises de sensibilidade aos gastos com sinistros de contratos de seguro e dos gastos atribuíveis e não atribuíveis a contratos de seguro:

		EUROS
CENÁRIO	2023	2022
Aumento de 3% dos gastos com sinistros de contratos de seguro	(1.104.963)	(1.027.438)
Aumento de 5% dos gastos com sinistros de contratos de seguro	(1.841.604)	(1.712.397)
Aumento de 3% dos gastos atribuiveis e não atribuiveis a contratos de seguro	(220.929)	(187.400)
Aumento de 5% dos gastos atribuiveis e não atribuiveis a contratos de seguro	(368.216)	(312.333)

#### B. Risco de mercado

O risco de mercado contempla os riscos decorrentes de variações adversas no valor dos ativos ou passivos relacionados com alterações nos mercados financeiros, em especial pelas variações nos mercados de capitais, cambiais, imobiliários e de taxas de juro.

No ano de 2023 foi introduzida na Política de Investimentos a definição e monitorização de limites de exposição por critério ESG (Sustainalytics).

Como tal, o conjunto dos riscos de mercado inclui o risco de spread, o risco de taxa de juro, o risco acionista, o risco imobiliário, o risco cambial, o risco de concentração e os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados.

A Companhia definiu no âmbito do seu sistema de gestão de riscos uma Política de Investimentos. Esta política rege-se por um elevado grau de prudência, que se traduz em baixos níveis de aceitação de risco máximo e pela exigência de elevados níveis de diversificação. Adicionalmente, refira-se que a Companhia não se encontra exposta ao risco acionista, ao risco imobiliário, ao risco cambial e aos riscos de derivados.

O Comité de Risco tem como responsabilidade a análise da adequação da estratégia de investimentos à atividade e ao apetite ao risco da Companhia. Adicionalmente verifica a conformidade das decisões operativas tomadas, a evolução da carteira de investimentos e monitoriza a atividade relacionada com a sua gestão. Além disso, controla os níveis dos riscos de mercado com base na definição e implementação de ações de redução, mitigação ou transferência, caso se verifique necessário.

O justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras foi determinado de acordo com o definido na IFRS 13, em que os ativos financeiros podem ser valorizados ao justo valor segundo os seguintes níveis:

- Nível 1 Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo:
- Nível 2 Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3 Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Os quadros seguintes apresentam a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras relativos a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

					EUROS
2022	VALC	R DE MERCADO	TOTAL VALOR	VALOR DE	
2023			NÍVEL 3	DE MERCADO	BALANÇO
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	62.054.137	-	-	62.054.137	62.054.137

					EUROS
2022	VALO	R DE MERCADO	TOTAL VALOR	VALOR DE	
2022	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	DE MERCADO	BALANÇO
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	50.188.357	-	-	50.188.357	50.188.357

#### Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. Todos os ativos e passivos da Companhia são valorizados em Euros, como tal a exposição a este risco é inexistente.

#### Risco acionista

O risco acionista resulta do nível ou volatilidade dos preços de mercado de capitais. De referir que, de acordo com a Política de Investimentos, a Companhia não está exposta a este risco. A Companhia apenas detém uma participação residual num agrupamento complementar de empresas, a Aegon AIE, valorizada ao custo.

#### Risco imobiliário

A volatilidade dos preços do mercado imobiliário é capturada através do risco imobiliário. Como referido, a Companhia não se encontra exposta a este tipo de risco.

#### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro apresenta-se em exposições, tanto ativos como passivos, cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Este risco encontra-se essencialmente nas obrigações, em especial nos títulos que pagam cupões com base em taxas variáveis.

Analisando os ativos da Companhia, que não detém obrigações de taxa variável, e os passivos conclui-se que o risco de taxa de juro não é materialmente relevante.

O quadro que se segue apresenta a evolução da exposição da Companhia ao risco de taxa de juro entre 31 de dezembro de 2023 e 2022:

				EUROS
		2023		2022
	VALOR	PROPORÇÃO	VALOR	PROPORÇÃO
Obrigações de taxa fixa	60.166.307	97%	48.397.682	96%
Obrigações de taxa variável	1.887.830	3%	1.790.675	4%
TOTAL	62.054.137	100%	50.188.357	100%

O cenário que poderá implicar uma perda de valor dos ativos financeiros é o de subida das taxas de juro. Este efeito pode ser verificado no quadro seguinte, onde estão apresentadas as sensibilidades dos ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas a alterações nas taxas de juro:

							EUROS
2023	-200 BP	-100 BP	-50 BP	CENÁRIO BASE	+50 BP	+100 BP	+200 BP
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	64.415.974	63.235.056	62.644.596	62.054.137	61.463.678	60.873.219	59.692.300
Impacto	2.361.837	1.180.919	590.459	-	(590.459)	(1.180.919)	(2.361.837)
							EUROS
2022	-200 BP	-100 BP	-50 BP	CENÁRIO BASE	+50 BP	+100 BP	+200 BP
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	52.419.363	51.303.860	50.746.108	50.188.357	49.630.605	49.072.854	47.957.351
Impacto	2.231.006	1.115.503	557.751	-	(557.751)	(1.115.503)	(2.231.006)

#### Risco de spread

O risco de spread refere-se à parte do risco dos ativos que é explicada pela sensibilidade do valor dos ativos a alterações no nível ou volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os spreads de créditos são monitorizados periodicamente, de acordo com a Política de Investimentos.

#### Risco de concentração

Este risco surge por falta de diversificação de contrapartes de crédito, por qualquer relação empresarial ou concentração em setores de negócio ou regiões geográficas. Resulta da volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor.

Por ser um risco plenamente diversificável, a Companhia definiu limites relativos às diferentes categorias dos ativos e contrapartes na Política de Investimentos por forma a reduzir a sua exposição.

À data de 31 de dezembro de 2023 e 2022, a carteira de ativos financeiros por setores de atividade apresentava a seguinte composição:

				EUROS
	202	23	202	2
SETOR DE ATIVIDADE	VALOR DE BALANÇO	PESO (%)	VALOR DE BALANÇO	PESO (%)
Governamental	29.103.312	46,90%	18.406.731	36,68%
Financeiro	12.691.090	20,45%	15.221.335	30,33%
Consumo, não cíclico	5.756.542	9,28%	3.575.393	7,12%
Consumo, cíclico	3.219.142	5,19%	3.290.480	6,56%
Utilities	1.969.775	3,17%	2.128.324	4,24%
Asset backed securities	1.825.400	2,94%	1.882.136	3,75%
Comunicações	1.450.516	2,34%	1.392.136	2,77%
Energia	1.340.092	2,16%	1.284.001	2,56%
Multi-nacional	859.925	1,39%	834.999	1,66%
Tecnologia	816.966	1,32%	782.210	1,56%
Materiais básicos	733.198	1,18%	703.401	1,40%
Infraestrutura	696.309	1,12%	687.211	1,37%
Industrial	1.591.870	2,57%	-	0,00%
TOTAL	62.054.137	100,00%	50.188.357	100,00%

Ao nível dos contratos de seguro, o volume de capitais seguros é analisado como segue:

		MILHÕES DE EUROS
	2023	2022
Acidentes e doença		
Acidentes de trabalho	4	4
Acidentes pessoais	2.534	2.652
Doença	1.796	1.125
Incêndio e outros danos		
Multirriscos habitação	58.472	60.106
Responsabilidade civil geral	2.029	90
TOTAL	64.836	63.976

#### C. Risco de liquidez

O risco relativo à possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das responsabilidades para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam traduz-se no risco de liquidez.

Por forma a assegurar um adequado perfil de liquidez dos seus ativos, a Política de Investimentos apresenta um conjunto de requisitos / limites que a carteira de investimentos deve apresentar. Adicionalmente, a Companhia monitoriza regularmente

as suas responsabilidades de tesouraria face aos seus fluxos de entrada de caixa, ajustando a sua posição de acordo as suas necessidades / excedentes de capital mediante a realização de investimentos.

A análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros à data de 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentada no seguinte quadro:

							EUROS
2023	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 ANO A 3 ANOS	DE 3 ANOS A 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	SEM MATURI- DADE DEFINIDA	TOTAL
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	2.112.261	2.112.261
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	100	100
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	7.911.226	11.816.353	28.063.753	12.142.171	2.120.634	-	62.054.137
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1.390.320	-	-	-	-	-	1.390.320
TOTAL	9.301.546	11.816.353	28.063.753	12.142.171	2.120.634	2.112.361	65.556.818
Passivo							
Outros passivos financeiros							
Depósitos recebidos de resseguradores	6.810	-	-	-	-	-	6.810
Outros	24.993	80.119	231.800	72.858	-	-	409.770
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro direto	3.688.031	-	-	-	-	-	3.688.031
Contas a pagar por operações de resseguro	2.784.584	-	-	-	-	-	2.784.584
Contas a pagar por outras operações	2.037.633	-	-	-	-	<u> </u>	2.037.633
TOTAL	8.542.052	80.119	231.800	72.858	-	-	8.926.828

							EUROS
2022	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 ANO A 3 ANOS	DE 3 ANOS A 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	SEM MATURI- DADE DEFINIDA	TOTAL
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	6.221.895	6.221.895
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	100	100
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	3.261.059	5.855.065	23.718.688	13.557.973	3.795.572	-	50.188.357
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	81.629	-	-	-	-	-	81.629
TOTAL	3.342.688	5.855.065	23.718.688	13.557.973	3.795.572	6.221.995	56.491.980
Passivo							
Outros passivos financeiros							
Depósitos recebidos de resseguradores	10.161	-	-	-	-	-	10.161
Outros	31.881	68.540	96.234	276.348	-	-	473.004
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro direto	3.377.039	-	-	-	-	-	3.377.039
Contas a pagar por operações de resseguro	2.273.517	-	-	-	-	-	2.273.517
CONTAS A PAGAR POR OUTRAS OPERAÇÕES	2.638.152	-	-	-	-	-	2.638.152
TOTAL	8.330.751	68.540	96.234	276.348	-	-	8.771.873

#### D. Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes.

Analisando as exposições da Companhia, verifica-se que este risco encontra-se principalmente na carteira de investimentos, Companhias de resseguro e clientes. Como tal, a Companhia tem definido na sua Política de Investimentos limites de exposição máxima por emissor e rating. Em paralelo, na Política de Resseguro da Companhia estão estabelecidos os limites máximos de exposição por resseguradora.

Assim, na escolha dos resseguradores e dos emissores de valores mobiliários são tidos em consideração os seus ratings e monitorizada, periodicamente, a sua evolução ao longo do ano.

A exposição da Companhia ao risco de crédito, por rating do emitente, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontra-se no quadro que se segue:

	23.518.497	9.224.843	25.318.566	6.104.492	1.390.420	65.556.818
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	1.390.320	1.390.320
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	23.518.497	9.224.843	23.206.305	6.104.492	-	62.054.137
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	100	100
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	2.112.261	-	-	2.112.261
2023	AAA	AA	A	ВВВ	SEM RATING	TOTAL
						EUROS

						EUROS
2022	AAA	AA	Α	ВВВ	SEM RATING	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	6.221.895	-	-	6.221.895
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	100	100
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	10.774.246	6.037.817	20.238.340	13.137.954	-	50.188.357
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	81.629	81.629
	10.774.246	6.037.817	26.460.235	13.137.954	81.729	56.491.980

Em 31 de dezembro de 2023, o montante líquido de prémios à cobrança ascende a 401 milhares de Euros (2022: 327 milhares de Euros). A exposição máxima, em caso de não cobrança destes prémios ascende a 250 milhares de Euros (2022: 205 milhares de Euros). As contas a receber por operações de resseguro ascendem a 4 milhares de Euros (2022: 0).

Os quadros seguintes apresentam o rating atribuído a cada um dos resseguradores e a sua participação nos tratados de resseguro:

		RATING	
RESSEGURADOR	S&P	MOODY'S	
Chubb	A	NR	A+
EUROP ASSISTANCE - POP	-	A3	A
Hannover Re (Bermuda) Ltd.	AA-	-	-
Hannover Rück SE	AA-	-	A+
Inter Partner Assistance, S.A.	A+	Aa3	AA-
Mapfre Re Compañía De Reaseguros, S.A.	A+	-	-
MunichRe	AA-	Aa3	AA-
Nacional de Reaseguros, S.A.	A	-	-
QBE RE (EUROPE) LIMITED	A+	A1	A+
R+V Versicherung AG	A+	-	-
RGA International Reinsurance Company	AA-	-	-
SCOR Global Life SE	A+	A1	А
SCOR GLOBAL P&C SE	A+	A1	А
Swiss Re Europe S.A.	AA-	Aa3	-

No quadro seguinte é apresentada a comparação da exposição da Companhia à dívida pública por país entre 31 de dezembro de 2023 e 2022:

				EURUS
	2023		2022	_
EMITENTE	VALOR DE BALANÇO	PESO	VALOR DE BALANÇO	PESO
Alemanha	16.343.724	56,2%	7.756.350	42,1%
Portugal	4.509.931	15,5%	5.302.271	28,8%
Holanda	5.349.373	18,4%	2.131.898	11,6%
Espanha	849.620	2,9%	850.022	4,6%
Polónia	303.674	1,0%	719.842	3,9%
Bélgica	644.719	2,2%	632.279	3,4%
Irlanda	615.356	2,1%	620.188	3,4%
Itália	-	0,0%	393.882	2,1%
Austria	486.916	1,7%	-	0,0%
	29.103.312	100,0%	18.406.731	100,0%

#### E. Risco operacional

O risco operacional que resulta da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, pode ser subdividido nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

140

Aegon Santander - Seguros Não Vida

As principais medidas de mitigação do risco operacional existentes na Companhia são:

- Existência de Código de Conduta;
- Existência de manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de procedimentos de gestão de recursos humanos;
- Formação às áreas que interagem diretamente com os Clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas;
- Implementação de novos mecanismos de análise da relação e fluxo de informação com entidades subcontratadas, nomeadamente no que respeita a requisitos decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Por forma a assegurar que o sistema de controlo interno apresenta um nível de robustez suficiente para minimizar a ocorrência de perdas financeiras originadas, direta ou indiretamente, pelos riscos atrás mencionados, foram definidos os responsáveis pelos diferentes processos.

Assim, a Companhia dispõe de uma ferramenta que possibilita, trimestralmente, ao responsável por cada processo reportar a informação relevante referente aos controlos operacionais, indicadores de controlo e efetuar a autoavaliação relativamente ao risco que cada atividade representa. Posteriormente, a área de controlo interno analisa a informação reportada, produz relatórios e, caso se justifique emite recomendações, que são analisadas com o responsável pelos processos de modo a definir planos de ação, que também serão monitorizados.

Adicionalmente, a Companhia mantém um registo de perdas operacionais, no qual são registadas as perdas financeiras mais relevantes, permitindo desta forma monitorizar o risco operacional e possibilitando implementar medidas corretivas ou definir novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de que tais incidentes ocorrerem no futuro.

Por último, integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal, que engloba, entre outros, o risco que decorre da exposição da Companhia a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão.

Para além das medidas mencionadas anteriormente, a Companhia também dispõe das seguintes medidas de mitigação do risco legal:

- Existência / formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Formação específica referente à prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e acompanhamento de controlos efetuados pelo distribuidor:
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Companhia se encontra sujeita;
- Implementação de mecanismos de monitorização do cumprimento das regras decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados, de modo a mitigar riscos legais e aplicação de coimas;
- Implementação de regras decorrentes do disposto na Diretiva de Distribuição de Seguros.

#### F. Risco reputacional

O risco reputacional pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou entidades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como dos nomes e marcas que lhe estão associados, sendo a gestão deste risco uma preocupação constante.

Apresentam-se algumas medidas que permitem mitigar este risco:

 A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social e utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;

- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- No que respeita a temas que poderão ter impacto na relação com entidades externas e com o mercado, a Companhia conta com o suporte de uma sociedade de Advogados, no sentido de assegurar a conformidade face aos requisitos regulamentares e legais;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor do cliente;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Monitorização dos níveis de serviço nas respostas a clientes e a entidades de supervisão;
- Implementação de uma política de proteção de dados;
- Implementação de uma política de prevenção de branqueamento de capitais;
- Nomeação de um Data Proteccion Officer como meio de assegurar a conformidade e a proteção dos dados, com destaque para os dados de clientes, incluindo dados sensíveis.

#### G. Risco estratégico

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco. Os diferentes fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver. A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade. Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Assim, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível do Conselho de Administração, por forma gerir este risco. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

#### 143

#### 25. Solvência

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvência robustos, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Durante o decorrer do ano de 2023 a Companhia desenvolveu os diversos processos respeitantes ao regime de Solvência II, tendo por base o definido na Lei nº 147/2015, de 9 de Setembro.

Com referência a 31 de dezembro de 2022, o rácio de Solvency Capital Requirement (SCR) ascende a 154% e o de Minimal Capital Requirement (MCR) a 431%.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2023.

Os valores finais serão apresentados no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2024. Não é expectável que os valores a apurar sofram uma grande variação face aos valores agora apresentados.

#### 26. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

### **Anexo I**

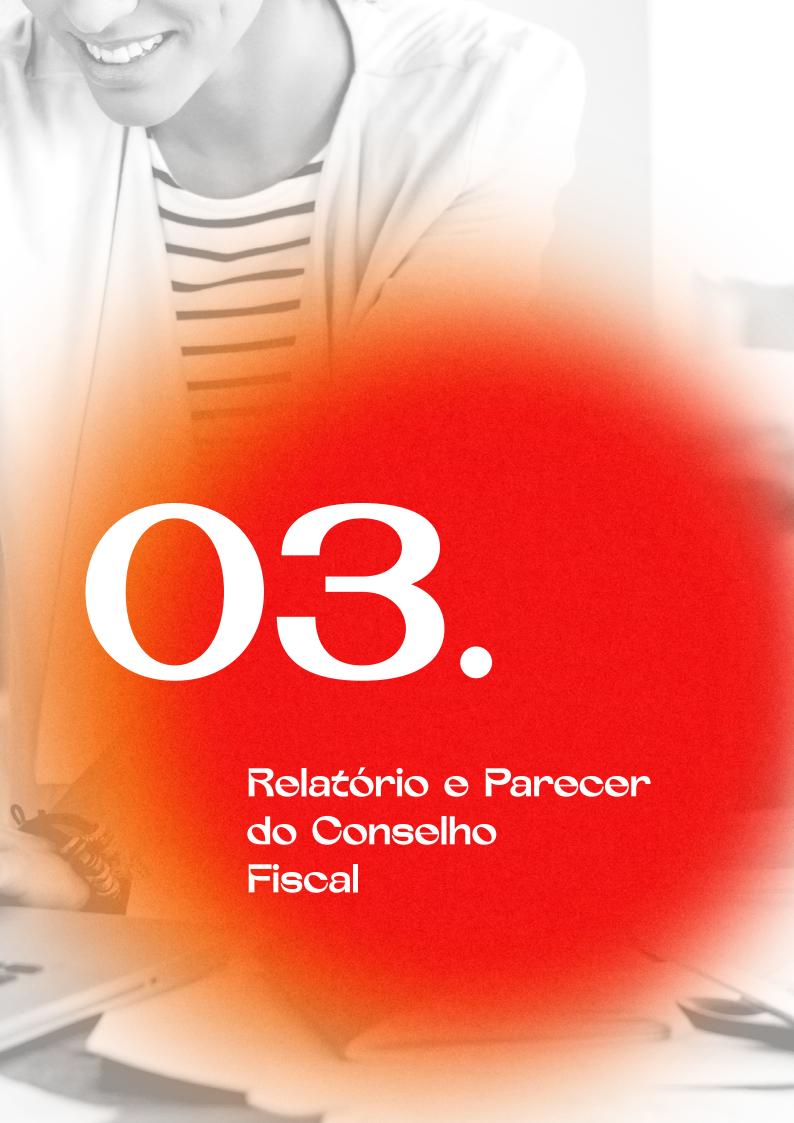
IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS

VALOR DE BALANÇO

PORTI  Outros emissores  METRI EDP 2' METRI  Títulos estrangeiros  Ações PARTI  Dívida pública  ALEMA ALEMA NETHI ALEMA BELGI IRLAN ALEMA NETHI Outros emissores  DEUTS KFW O CALL RABO CALL	JGAL 0,70% 15/10/2027 (9833)  JGAL 5,65% 15/02/2024 (8210)  JGAL 4,125% 14/04/2027 (9441)  JGAL 2,875% 21/07/2026 (8653)  JGAL 2,125% 17/10/2028 (10031)  JGAL 2,875% 15/10/2025 (9437)  D DE LISBOA 4.799% 07/12/2027 (6146)  % 22/04/2025 (10302)  O LISBOA 4,061% 04/12/2026 (9647)  CIPACIONES AEGON AIE (6820)  ANIA 0,2% 14/06/2024 (10201)  ANIA 0% 17/01/2024 (10313)  5 BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287)  ANIA 0% 15/08/2026 (10240)	1.550.000 925.000 600.000 500.000 400.000 500.000 500.000 150.000 100	97,6 111,9 128,2 115,5 115,4 114,0 137,6 97,1 127,6	1.513.147 1.035.236 769.488 577.690 576.850 455.832 687.750 485.670 191.325	94,6 105,1 108,7 103,0 99,8 101,3 107,9 99,5 104,5	1.465.994 972.313 652.366 515.037 498.897 405.323 539.613 497.468 156.695
PORTI METRI Títulos estrangeiros Ações PARTI Dívida pública ALEMA ALEMA NETHI ALEMA NETHI ALEMA NETHI ALEMA OUTOS emissores DEUTS KFW O CALL RABO CALL	UGAL 5,65% 15/02/2024 (8210)  UGAL 4,125% 14/04/2027 (9441)  UGAL 2,875% 21/07/2026 (8653)  UGAL 2,125% 17/10/2028 (10031)  UGAL 2,875% 15/10/2025 (9437)  O DE LISBOA 4.799% 07/12/2027 (6146)  % 22/04/2025 (10302)  O LISBOA 4,061% 04/12/2026 (9647)  CIPACIONES AEGON AIE (6820)  ANIA 0,2% 14/06/2024 (10201)  ANIA 0% 17/01/2024 (10313)  5 BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287)  ANIA 0% 15/08/2026 (10240)	925.000 600.000 500.000 500.000 400.000 500.000 500.000 150.000	111,9 128,2 115,5 115,4 114,0 137,6 97,1 127,6	1.035.236 769.488 577.690 576.850 455.832 687.750 485.670 191.325	105,1 108,7 103,0 99,8 101,3 107,9 99,5 104,5	972.313 652.366 515.037 498.897 405.323 539.613 497.468 156.695
PORTI  Outros emissores  METRI EDP 2' METRI  Títulos estrangeiros  Ações  PARTI  Dívida pública  ALEMA ALEMA ALEMA NETHI ALEMA ESPAÑ BELGI IRLAN ALEMA NETHI Outros emissores  DEUTS KFW O CALL RABO CALL	UGAL 5,65% 15/02/2024 (8210)  UGAL 4,125% 14/04/2027 (9441)  UGAL 2,875% 21/07/2026 (8653)  UGAL 2,125% 17/10/2028 (10031)  UGAL 2,875% 15/10/2025 (9437)  O DE LISBOA 4.799% 07/12/2027 (6146)  % 22/04/2025 (10302)  O LISBOA 4,061% 04/12/2026 (9647)  CIPACIONES AEGON AIE (6820)  ANIA 0,2% 14/06/2024 (10201)  ANIA 0% 17/01/2024 (10313)  5 BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287)  ANIA 0% 15/08/2026 (10240)	925.000 600.000 500.000 500.000 400.000 500.000 500.000 150.000	111,9 128,2 115,5 115,4 114,0 137,6 97,1 127,6	1.035.236 769.488 577.690 576.850 455.832 687.750 485.670 191.325	105,1 108,7 103,0 99,8 101,3 107,9 99,5 104,5	972.313 652.366 515.037 498.897 405.323 539.613 497.468 156.695
PORTI PORTI PORTI PORTI PORTI PORTI PORTI  Outros emissores  METRI EDP 2' METRI  Títulos estrangeiros  Ações PARTI  Dívida pública  ALEMA ALEMA ALEMA ALEMA NETRI  ALEMA NETRI  BELGI IRLAN ALEMA NETRI Outros emissores  DEUTS KFW O CALL RABO CALL	UGAL 4,125% 14/04/2027 (9441)  UGAL 2,875% 21/07/2026 (8653)  UGAL 2,125% 17/10/2028 (10031)  UGAL 2,875% 15/10/2025 (9437)  O DE LISBOA 4.799% 07/12/2027 (6146)  % 22/04/2025 (10302)  O LISBOA 4,061% 04/12/2026 (9647)  CIPACIONES AEGON AIE (6820)  ANIA 0,2% 14/06/2024 (10201)  ANIA 0% 17/01/2024 (10313)  5 BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287)  ANIA 0% 15/08/2026 (10240)	600.000 500.000 500.000 400.000 500.000 500.000 150.000 100 4.600.000	128,2 115,5 115,4 114,0 137,6 97,1 127,6	769.488 577.690 576.850 455.832 687.750 485.670 191.325	108,7 103,0 99,8 101,3 107,9 99,5 104,5	652.366 515.037 498.897 405.323 539.613 497.468 156.695
PORTI PORTI PORTI PORTI PORTI  Outros emissores  METRI EDP 2º METRI  Títulos estrangeiros  Ações PARTI  Dívida pública  ALEMA ALEMA ALEMA ALEMA ALEMA ALEMA ALEMA ALEMA OUTO ALEMA OUTO BELGI IRLAN ALEMA OUTO OUTROS emissores  DEUTS KFW OUTO CALL RABO CALL	UGAL 2,875% 21/07/2026 (8653)  UGAL 2,125% 17/10/2028 (10031)  UGAL 2,875% 15/10/2025 (9437)  D DE LISBOA 4.799% 07/12/2027 (6146)  % 22/04/2025 (10302)  O LISBOA 4,061% 04/12/2026 (9647)  CIPACIONES AEGON AIE (6820)  ANIA 0,2% 14/06/2024 (10201)  ANIA 0% 17/01/2024 (10313)  5 BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287)  ANIA 0% 15/08/2026 (10240)	500.000 500.000 400.000 500.000 500.000 150.000 100 4.600.000	115,5 115,4 114,0 137,6 97,1 127,6	577.690 576.850 455.832 687.750 485.670 191.325	103,0 99,8 101,3 107,9 99,5 104,5	515.037 498.897 405.323 539.613 497.468 156.695
PORTI PORTI PORTI  Outros emissores  METRI EDP 2º METRI  Títulos estrangeiros  Ações  PARTI  Dívida pública  ALEM. ALEM. ALEM. ALEM. ALEM. ALEM. ALEM. ALEM. OUTRI  BELGI IRLAN ALEM. NETHI POLO: Outros emissores  DEUTS KFW 0 CALL RABO CALL	UGAL 2,125% 17/10/2028 (10031) UGAL 2,875% 15/10/2025 (9437)  D DE LISBOA 4.799% 07/12/2027 (6146) % 22/04/2025 (10302) D LISBOA 4,061% 04/12/2026 (9647)  CIPACIONES AEGON AIE (6820)  ANIA 0,2% 14/06/2024 (10201) ANIA 0% 17/01/2024 (10313) 5 BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287) ANIA 0% 15/08/2026 (10240)	500.000 400.000 500.000 500.000 150.000	115,4 114,0 137,6 97,1 127,6	576.850 455.832 687.750 485.670 191.325	99,8 101,3 107,9 99,5 104,5	498.897 405.323 539.613 497.468 156.695
PORTI Outros emissores  METRI EDP 2º METRI Títulos estrangeiros  Ações  PARTI Dívida pública  ALEMA ALEMA ALEMA ALEMA ALEMA ALEMA ALEMA ALEMA ALEMA OUTRI ALEMA ALEMA ALEMA ALEMA ALEMA OUTRI ALEMA ALEMA ALEMA OUTRI BELGI IRLAN ALEMA OUTRI OUTRI OUTRI CALL RABO CALL RABO CALL	DJGAL 2,875% 15/10/2025 (9437)  D DE LISBOA 4.799% 07/12/2027 (6146)  % 22/04/2025 (10302)  D LISBOA 4,061% 04/12/2026 (9647)  CIPACIONES AEGON AIE (6820)  ANIA 0,2% 14/06/2024 (10201)  ANIA 0% 17/01/2024 (10313)  5 BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287)  ANIA 0% 15/08/2026 (10240)	400.000 500.000 500.000 150.000 100 4.600.000	114,0 137,6 97,1 127,6	455.832 687.750 485.670 191.325	101,3 107,9 99,5 104,5	539.613 497.468 156.695
Outros emissores  METRI EDP 2º METRI Títulos estrangeiros  Ações  PARTI Dívida pública  ALEM. ALEM. ALEM. ALEM. ALEM. ALEM. NETHI ALEM. NETHI ALEM. OUTROS EMISSORES  OUTROS EMISSORES  DEUTS KFW 0 CALL RABO CALL	O DE LISBOA 4.799% 07/12/2027 (6146) % 22/04/2025 (10302) O LISBOA 4,061% 04/12/2026 (9647)  CIPACIONES AEGON AIE (6820)  ANIA 0,2% 14/06/2024 (10201) ANIA 0% 17/01/2024 (10313) 5 BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287) ANIA 0% 15/08/2026 (10240)	500.000 500.000 150.000 100 4.600.000	137,6 97,1 127,6	687.750 485.670 191.325	107,9 99,5 104,5	539.613 497.468 156.695
METRI EDP 2' METRI Títulos estrangeiros  Ações  PARTI  Dívida pública  ALEMA ALEMA ALEMA ALEMA NETHI ALEMA NETHI ALEMA OUTROS EMISSORES  OUTROS EMISSORES  DEUTS KFW 0 CALL RABO CALL	% 22/04/2025 (10302) O LISBOA 4,061% 04/12/2026 (9647)  CIPACIONES AEGON AIE (6820)  ANIA 0,2% 14/06/2024 (10201)  ANIA 0% 17/01/2024 (10313) 5 BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287)  ANIA 0% 15/08/2026 (10240)	500.000 150.000 100 4.600.000	97,1 127,6	485.670 191.325	99,5 104,5	497.468 156.695
EDP 2' METRI  Títulos estrangeiros  Ações  PARTI  Dívida pública  ALEMA ALEMA ALEMA ALEMA NETHI ALEMA BELGI IRLAN ALEMA NETHI POLO  Outros emissores  CALL RABO CALL RABO	% 22/04/2025 (10302) O LISBOA 4,061% 04/12/2026 (9647)  CIPACIONES AEGON AIE (6820)  ANIA 0,2% 14/06/2024 (10201)  ANIA 0% 17/01/2024 (10313) 5 BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287)  ANIA 0% 15/08/2026 (10240)	500.000 150.000 100 4.600.000	97,1 127,6	485.670 191.325	99,5 104,5	497.468 156.695
METRI Títulos estrangeiros  Ações PARTI Dívida pública ALEM. ALEM. PAISE: ALEM. NETHI ALEM. NETHI ALEM. NETHI POLO: Outros emissores  CALL - RABO CALL -	CIPACIONES AEGON AIE (6820)  ANIA 0,2% 14/06/2024 (10201)  ANIA 0% 17/01/2024 (10313)  5 BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287)  ANIA 0% 15/08/2026 (10240)	150.000	127,6	191.325	104,5	156.695
Títulos estrangeiros  Ações  PARTI  Dívida pública  ALEMA ALEMA PAISE: ALEMA ALEMA NETHI ALEMA BELGI IRLAN ALEMA NETHI POLOI  Outros emissores  CALL RABO CALL	CIPACIONES AEGON AIE (6820)  ANIA 0,2% 14/06/2024 (10201)  ANIA 0% 17/01/2024 (10313)  5 BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287)  ANIA 0% 15/08/2026 (10240)	100				
Ações  PARTI  Dívida pública  ALEMA ALEMA PAISE: ALEMA ALEMA NETHI ALEMA BELGI IRLAN ALEMA NETHI POLOI  Outros emissores  CALL RABO CALL	ANIA 0,2% 14/06/2024 (10201) ANIA 0% 17/01/2024 (10313) 5 BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287) ANIA 0% 15/08/2026 (10240)	4.600.000	100,0	100	100.0	400
PARTI  Dívida pública  ALEM. ALEM. PAISE: ALEM. ALEM. NETHI ALEM. ESPAÑ BELGI IRLAN ALEM. NETHI POLO! Outros emissores  DEUTS KFW 0 CALL RABO CALL	ANIA 0,2% 14/06/2024 (10201) ANIA 0% 17/01/2024 (10313) 5 BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287) ANIA 0% 15/08/2026 (10240)	4.600.000	100,0	100	100.0	400
Dívida pública  ALEMA ALEMA PAISE: ALEMA ALEMA NETHI ALEMA ESPAÑ BELGI IRLAN ALEMA NETHI POLOI Outros emissores  DEUTS KFW 0 CALL RABO CALL	ANIA 0,2% 14/06/2024 (10201) ANIA 0% 17/01/2024 (10313) 5 BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287) ANIA 0% 15/08/2026 (10240)	4.600.000	100,0	100	100.0	
ALEM. ALEM. PAISE: ALEM. ALEM. NETHI ALEM. ESPAÑ BELGI IRLAN ALEM. NETHI POLOI Outros emissores  DEUTS KFW 0 CALL RABO CALL	ANIA 0% 17/01/2024 (10313) 5 BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287) ANIA 0% 15/08/2026 (10240)				.00,0	100
ALEM. PAISE: ALEM. ALEM. NETHI ALEM. ESPAÑ BELGI IRLAN ALEM. NETHI POLOI Outros emissores DEUTS KFW 0 CALL- RABO CALL-	ANIA 0% 17/01/2024 (10313) 5 BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287) ANIA 0% 15/08/2026 (10240)		20.0	4 555 504	00.5	4.526.05
PAISE: ALEM. ALEM. NETHI ALEM. ESPAÑ BELGI IRLAN ALEM. NETHI POLOI Outros emissores  DEUTS KFW 0 CALL RABO CALL	S BAJOS 0,5% 7/15/2026 (10287) ANIA 0% 15/08/2026 (10240)		99,0	4.555.591	98,6	4.536.073
ALEM. ALEM. NETHI ALEM. ESPAÑ BELGI IRLAN ALEM. NETHI POLOI Outros emissores DEUTS KFW 0 CALL RABO CALL	ANIA 0% 15/08/2026 (10240)	4.000.000	99,8	3.991.757	99,9	3.994.200
ALEM. NETHI ALEM. ESPAÑ BELGI IRLAN ALEM. NETHI POLOI Outros emissores  DEUTS KFW 0 CALL RABO CALL		3.300.000	93,1	3.073.206	95,8	3.162.32
NETHI ALEM ESPAÑ BELGI IRLAN ALEM NETHI POLOI Outros emissores  DEUTS KFW 0 CALL RABO CALL		2.500.000	92,3	2.308.075	94,6	2.365.875
ALEM. ESPAÑ BELGI IRLAN ALEM. NETHI POLOI Outros emissores DEUTS KFW 0 CALL RABO CALL	ANIA 0% 18/10/2024 (10164)	2.000.000	97,6	1.952.880	97,5	1.949.980
ESPAÑ BELGI IRLAN ALEM NETHI POLOI Outros emissores  DEUTS KFW 0 CALL RABO CALL	ERLANDS 0,25% 7/15/2025 (10216)	1.750.000	95,2	1.665.475	96,5	1.688.093
BELGI IRLAN ALEM NETHI POLOI Outros emissores DEUTS KFW 0 CALL RABO CALL	ANIA 0% 3/15/2024 (10310)	1.500.000	98,9	1.484.115	99,3	1.489.15
IRLAN ALEM NETHI POLOI Outros emissores DEUTS KFW 0 CALL RABO CALL	IA 2,75% 31/10/2024 (8339)	850.000	111,7	949.578	100,0	849.62
ALEM. NETHI POLOI Outros emissores  DEUTS KFW 0 CALL RABO CALL	CA 0,8% 22/06/2025 (8747)	660.000	106,1	700.399	97,7	644.719
NETHI POLOI Outros emissores  DEUTS KFW 0 CALL RABO CALL	DA 3,4% 18/03/2024 (8746)	600.000	123,9	743.118	102,6	615.356
POLO Outros emissores  DEUTS KFW 0 CALL RABO CALL	ANIA 0% 10/9/2026 (10308)	600.000	91,9	551.538	94,3	566.058
Outros emissores  DEUTS  KFW 0  CALL -  RABO  CALL -	ERLANDS 0% 15/01/2024 (9238)	500.000	98,9	494.380	99,8	498.960
DEUTS KFW 0 CALL - RABO CALL -	NIA 3,375% 09/07/2024 (7587)	300.000	116,5	349.350	101,2	303.674
KFW 0 CALL - RABO CALL -	SCHE0,5% 09/04/2027 (10303)	1.700.000	90,7	1.541.747	93,6	1.591.870
CALL - RABO CALL -	,125% 6/30/2025 (10231)	1.500.000	94,4	1.416.150	96,2	1.442.383
RABO CALL -	ABBOTT 1,5% 9/27/2026 (10304)	1.300.000	93,8	1.219.322	96,8	1.258.690
CALL -	BANK 1,25% 3/23/2026 (10299)	1.200.000	94,6	1.134.888	97,3	1.167.642
	LOREAL S 3,375% 23/01/2027(10315)	1.000.000	101,8	1.017.500	102,0	1.019.654
31111	BANK3,75% 14/11/2025 (10241)	1.000.000	100,9	1.008.557	101,3	1.012.526
D7.0.0	1% 10/26/2026 (10307)	1.000.000	90,0	899.900	92,6	926.438
	25% 31/05/2024 (10207)	900.000	99,0	890.730	100,4	903.586
	,25% 06/06/2025 (9363)	900.000	110,3	992.556	99,9	898.96
	SKA 0,01% 02/12/2027 (10088)	1.000.000	98,0	979.500	88,4	883.82
	ANDINA 1,125% 13/02/2025 (9589)	878.000	105,7	928.134	97,9	859.92
	VER1,375% 31/07/2029 (10017)	900.000	109,7	987.004	93,3	839.79
	ORP 1,25% 29/01/2027 (9646)	850.000	107,1	910.469	96,1	816.96
	OMO0,303% 28/10/2027 (9941)	900.000	99,5	895.572	90,0	810.04
	EST 1,00% 28/05/2024 (9545)	800.000	102,0	816.376	99,4	795.26
	5 FARGO 0,5% 26/04/2024 (9503)	800.000	100,3	802.065	99,2	793.80
	BOOKING 1,80% 03/03/2027 (8628)	800.000	111,7	893.568	97,7	781.265
	PA 1,25% 18/05/2026 (9926)	800.000	106,5	852.288	96,6	772.54
	LER 0,875% 09/04/2024 (9361)	750.000	101,7	762.953	99,8	748.679
	RIES 1,00% 19/07/2024 (9535)	750.000	100,2	751.350	98,8	740.74
	BASF 0,25% 05/06/2027 (9827)	800.000	100,2	806.824	91,6	733.19
	ESSILORLU 0,375% 27/11/27 (9756)	800.000	101,5	811.600	91,4	731.44
	UBS GROUP 0,25% 29/01/2026 (9754)	700.000	99,4	695.891	96,0	672.29
		700.000	105,4	737.884	96,0	671.850
		700.000	100,4	703.052	91,0	637.300
	ANHEUSER- 1,15% 22/01/2027 (9250)	700.000	100,4	706.090	88,6	620.124
CALL -	INTER 0,625% 06/10/2027 (10016) ICAN0,3% 07/07/2028 (10047)	600.000	100,9	625.920	97,0	581.724

	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	VALOR DE BALANÇO				
CATEGORIA	DESIGNAÇÃO	VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO (INCLUI JUROS DECOR- RIDOS)	TOTAL
	CALL - BG ENERGY2,25% 21/11/2029 (10048)	600.000	116,3	697.740	94,6	567.545
	CALL - PEUGEOT 1,125% 18/09/2029 (9719)	600.000	104,0	623.754	90,0	539.854
	CEZCO 4,875 % 16/4/2025 (6642)	500.000	121,2	606.000	104,6	523.144
	CA 1,375% 13/03/2025 (9693)	500.000	105,4	526.750	98,6	492.914
	BPCE 1% 01/04/2025 (9691)	500.000	103,1	515.305	97,6	487.983
	OEBB 3,5% 10/19/2026 (10306)	472.000	100,3	473.180	103,2	486.916
	BMW 1,00% 29/08/2025 (9482)	500.000	102,6	512.800	96,9	484.619
	CALL - ABERTIS I 0,625% 15/07/2025 (9795	500.000	102,0	509.800	96,0	479.943
	CALL - JPMORGAN1,09% 11/03/27 (9461)	500.000	105,2	526.050	95,9	479.258
	BNPP 1,125% 11/06/2026 (9549)	500.000	105,4	527.245	95,8	478.875
	CALL - EDF 1% 13/10/2026 (9617)	500.000	105,1	525.355	94,8	474.114
	CALL TELEFONIC 1,201% 21/08/2027 (9928)	500.000	107,3	536.605	93,7	468.716
	TOYOTA 0,25% 16/07/2026 (9757)	500.000	100,7	503.500	93,4	467.074
	RABOBANK 0,25% 30/10/2026 (9688)	500.000	99,4	497.185	93,2	465.842
	SKANDINAVISKA 0,375% 21/06/2028 (10028)	500.000	99,6	497.800	87,5	437.684
	CALL - BNPP 0,50 % 19/02/2028 (10064)	400.000	100,2	400.960	91,4	365.482
	TOYOTA 0,125% 05/11/2027 (10029)	400.000	99,6	398.264	89,7	358.793
	CA 0,375% 20/04/2028 (10050)	400.000	100,2	400.872	88,5	353.985
	CALL - JPM 0,625% 25/01/2024 (9439)	340.000	100,2	340.612	100,4	341.242
	RED ELECTRICA 1% 21/04/2026 (8607)	300.000	99,6	298.809	96,7	290.103
	TELENOR 2,50% 22/05/2025 (8846)	200.000	112,0	224.036	100,3	200.534
	CALL - ING GROEP 0,1% 03/09/2025 (9755)	200.000	99,6	199.138	97,5	194.931
	CALL - CEZ AS 0,875% 02/12/2026 (9683)	200.000	99,1	198.252	92,5	184.947
	CALL - UBS 0,25% 05/11/2028 (10052)	200.000	99,8	199.538	87,9	175.865
	CALL - CCEP 0,50% 06/09/2029 (10051)	200.000	101,6	203.288	86,7	173.437

Aegon Santander - Seguros Não Vida









# RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL Exercício de 2023

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2023, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

# **RELATÓRIO ANUAL**

O Conselho Fiscal efetuou treze reuniões, seis das quais já no primeiro trimestre de 2024, em que procedeu ao acompanhamento da atividade e das contas da Companhia, quer trimestrais, quer anuais, e à análise e tratamento de outras matérias como as relacionadas com a política de remunerações, com a prestação pelo revisor oficial de contas de serviços profissionais distintos da auditoria, que não os serviços distintos da auditoria proibidos, com o processo de nomeação do revisor oficial de contas e com o código de conduta da Companhia. Dessas treze reuniões, cinco tiveram a presença do Administrador Delegado, do Diretor Financeiro e de outros responsáveis da Companhia e três contaram com a participação de representantes do Revisor Oficial de Contas da Companhia.

149

Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional da Companhia, realizaram-se, durante o ano, contactos pontuais sempre que as circunstâncias o justificaram, com pessoal dirigente da Companhia, bem como com os representantes do Revisor Oficial de Contas.

O Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2023 a submeter à aprovação da Assembleia Geral, bem como na reunião deste órgão em que foram apreciados e aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2022.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2023, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação mensal sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.





Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foi, designadamente, prestada especial atenção ao relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, à política de gestão de capital, às alterações efetuadas à estrutura do capital próprio, aos princípios, procedimentos e linhas de reporte que compõem o sistema de governação, ao relatório ORSA e aos relatórios da auditoria interna.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual a fim de ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados. Foi acompanhado o desenvolvimento do processo de implementação da IFRS 17.

Desenvolveram-se os trabalhos de análise e verificação conducentes à emissão do Relatório sobre a Política de Remunerações da Companhia, referente ao exercício de 2022, conforme previsto no artigo 90.º da Norma Regulamentar 4/2022-R, de 26 de abril, da ASF, relativa ao sistema de governação das empresas de seguros e de resseguros.

Após adequada apreciação, foi emitido o parecer prévio do Conselho Fiscal sobre o Código de Conduta, cuja revisão pretendeu, essencialmente, assegurar o cumprimento da citada Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão, bem como as demonstrações financeiras, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia.

Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho. Foram, ainda, analisados os pedidos de aprovação prévia quanto à prestação pelo Revisor Oficial de Contas de serviços distintos da auditoria não proibidos e, consequentemente, emitidos os correspondentes pareceres de aprovação.

No contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.





O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Conforme atrás descrito e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da Aegon Santander Portugal Não Vida — Companhia de Seguros, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2023, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade. O Conselho Fiscal considera, ainda, que a proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório reúne condições para aprovação, face à configuração do capital próprio tal como evidenciado na Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2023.

Face ao exposto e atento o normativo contabilístico vigente no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2023;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 25 de março de 2024

## O CONSELHO FISCAL

Assinado por: **José Duarte Assunção Dias** Num. de Identificação: 00362136 Data: 2024.03.25 19:53:39+00'00'

José Duarte Assunção Dias (Presidente)

Assinado por: **António Bala Engana** Num. de identificação: 01121249 Data: 2024,03.25 19:17:31+00'00'

António Baia Engana (Vogal)

Assinado por: Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço Num. de Identificação: 01264171 Data: 2024.03.25 19:38:39+00'00'

Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)



Certificação Legal de Contas







# Certificação Legal das Contas

# Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

## Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aegon Santander Portugal Não Vida — Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 72.001 milhares de euros e um total de capital próprio de 36.518 milhares de euros, incluíndo um resultado líquido de 18.980 milhares de euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

## Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a proya de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Primeira aplicação da IFRS 17 - Contratos de seguro e da IFRS 9 - Instrumentos financeiros em 1 de janeiro de 2023

Mensuração e divulgações relacionadas com a primeira aplicação da IFRS 17 - Contratos de seguro ("IFRS 17") e da IFRS 9 - Instrumentos financeiros ("IFRS 9") em 1 de janeiro de 2023, apresentadas nas notas anexas 2.d), 2. l) e 4 às demonstrações financeiras.

Em 1 de janeiro de 2023 a IFRS 17 entrou em vigor, substituindo a IFRS 4 - Contratos de Seguro, sendo a data efetiva de transição, 1 de janeiro de 2022.

Também a partir de 1 de janeiro de 2023, a Entidade deixou de aplicar a isenção temporária relativa à aplicação da IFRS 9, a qual substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros, alterando a classificação e discriminação dos ativos e passivos financeiros nas contas da Entidade.

A IFRS 17 modifica substancialmente os modelos de mensuração de contratos de seguro e resseguro face à IFRS 4, pelo que a sua implementação à data de transição requereu a adoção de determinados julgamentos e estimativas por parte da gestão da Entidade, como seguem:

- Seleção do método de transição para avaliação dos contratos de seguro em vigor na data de transição. A Entidade adotou a abordagem retrospetiva modificada para todo o negócio de seguros de não-vida sob a abordagem de alocação de prémio (PAA);
- Definição dos grupos de contratos de seguro para agrupar os mesmos, tendo em conta serem contratos sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto (denominados "portfólios"), a sua onerosidade e a data da sua emissão;
- Definição do método de reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, de acordo com as suas características e o seu período de cobertura. A Entidade utiliza a abordagem de

Efetuámos uma compreensão dos processos de relato financeiro relativos à primeira aplicação das IFRS 17 e IFRS 9.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos, com a contribuição dos nossos especialistas atuariais e de sistemas informáticos, incluíram:

- A avaliação da conformidade das políticas contabilísticas adotadas com as IFRS 17 e IFRS 9;
- A análise da homogeneidade dos grupos de contratos de seguro definidos na IFRS 17, pela Entidade:
- A verificação da metodologia e dos pressupostos significativos utilizados para os cálculos efetuados pela Entidade no âmbito da IFRS 17, relativos ao valor atual dos fluxos de caixa (PVFCF) e ao ajustamento de risco não financeiro;
- A verificação do método de reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, nomeadamente, da aplicação da abordagem de alocação de prémio (PAA) quando a mesma não difere significativamente daquela produzida pela aplicação do modelo geral de mensuração; e
- A análise da classificação e apresentação dos instrumentos financeiros de acordo com os requisitos emanados da IFRS 9.



## Matérias relevantes de auditoria

alocação de prémio (PAA) para todos os contratos; e

 Determinação das taxas de desconto "locked-in" para os contratos de seguro, com o objetivo de determinar retrospetivamente o montante acumulado de rendimentos ou gastos financeiros reconhecidos noutro resultado integral à data da transição.

A Entidade aplicou a IFRS 9 ao mesmo tempo que adotou a IFRS 17, tendo o período comparativo sido reexpresso de acordo com a abordagem "classification overlay".

O impacto da adoção destas normas é significativo nas demonstrações financeiras da Entidade, razão pela qual esta constitui uma matéria relevante para a nossa auditoria.

## Síntese da abordagem de auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluiram também a revisão das divulgações sobre a primeira aplicação da IFRS 17 - Contratos de seguro e da IFRS 9 - Instrumentos financeiros em 1 de janeiro de 2023, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilisticas em vigor.

## Justo valor de instrumentos financeiros

Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros apresentadas nas notas anexas 2.d) e 13 às demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros apresentados na demonstração da posição financeira, na linha de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas, no montante global de 62.054 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023, constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão na demonstração da posição financeira da Entidade, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão da Entidade.

A valorização dos instrumentos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à valorização dos instrumentos financeiros;
- A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados à seleção dos preços/cotações para valorização de ativos financeiros;
- A verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas pela Entidade, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas e manuais internos; e



# Aegon Santander - Seguros Não Vida

## Matérias relevantes de auditoria

Para os instrumentos financeiros ativamente negociados e em relação aos quais estão disponíveis cotações ou outros indicadores de mercado, a determinação do justo valor tem por base o seu preço ou cotação de fecho à data da demonstração da posição financeira.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas pela Entidade podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras.

## Síntese da abordagem de auditoria

 A análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os instrumentos financeiros, constantes das notas do anexo às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.

## Passivos de contratos de seguro – Ramos não vida (reais)

Mensuração e divulgações relacionadas com os passivos de contratos de seguro de ramos não vida apresentadas nas notas anexas 2.I) e 16 às demonstrações financeiras.

Os passivos de contratos de seguro dos ramos não vida ascendem a 17.820 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023 (representando 50% do total do passivo), tendo passado a ser mensurados em conformidade com a IFRS 17 – contratos de seguro, a partir de 1 de janeiro de 2023.

Estes passivos, incluem responsabilidades por serviços passados no montante de 13.858 milhares de euros, correspondendo a estimativas de montantes a pagar por sinistros já incorridos, mas ainda não regularizados/pagos. Tais responsabilidades por serviços passados acomodam a expectativa da Entidade relativamente a pagamentos futuros de sinistros conhecidos e desconhecidos, à data, bem como das respetivas despesas associadas à gestão dos mesmos.

A Entidade adota vários métodos para estimar tais obrigações. A mensuração destas responsabilidades requer um nível significativo de julgamento por parte da gestão da Entidade no respeitante a pressupostos assumidos, como sejam o impacto de alterações na

Efetuamos uma compreensão do processo de estimativa e registo dos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida, que incluiu uma avaliação do respetivo ambiente de controlo interno, incluindo os respetivos controlos do sistema de informação.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos sobre os passivos de contratos de seguro dos ramos não vida, com a contribuição de especialistas atuariais e em sistemas e processos de informação, incluíram:

- A avaliação da adequação das metodologias atuariais em vigor, bem como dos processos associados à determinação de pressupostos e estimativas para mensuração das responsabilidades com serviços passados de contratos de seguro de ramos não vida;
- A verificação da integridade, exatidão e reconciliação dos dados utilizados nos motores



## Matérias relevantes de auditoria

taxa de inflação, desenvolvimentos esperados na concretização dos sinistros e alterações regulatórias.

Também há um julgamento significativo da gestão relativamente à determinação das taxas de desconto consideradas para estimar tais responsabilidades. Em particular, ramos reais com baixa frequência de sinistralidade, sinistros individuais de montantes significativos ou com períodos de regularização de sinistros longos, estão sujeitos a uma maior incerteza relativamente à determinação da respetiva responsabilidade estimada.

Tendo em consideração a relevância das responsabilidades por serviços passados na demonstração da posição financeira e na performance financeira da Entidade, bem como o nível de julgamento exercido pela gestão e as incertezas associadas às estimativas efetuadas, consideramos os passivos de contratos de seguros dos ramos não vida e, nomeadamente, as responsabilidades por serviços passados, como sendo uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

## Síntese da abordagem de auditoria

de cálculo das referidas responsabilidades no final do exercício; e

 O recálculo do montante das responsabilidades por serviços passados para determinados ramos de negócio, tendo em conta a respetiva relevância. No âmbito de tal teste substantivo de auditoria, comparamos os montantes por nós calculados com aqueles determinados pela Entidade.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre passivos de contratos de seguro de ramos não vida, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.

# Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cetícismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilisticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da



auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

# Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

## Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

## Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2017, mantendonos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 29 de março de 2021 para o mandato compreendido entre 2021 e 2023;
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data; e

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

25 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados

- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

representada por:

Fernando Manuel Miguel Henriques, ROC nº 904

Registado na CMVM com o nº 20160523



